

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**TAVAMA NUNES SANTOS**

**A TRAJETÓRIA DA S.R.B. ESTADO MAIOR DA  
RESTINGA E SEU PAPEL NA CONSTITUIÇÃO  
DA IDENTIDADE E VISIBILIDADE DO BAIRRO  
RESTINGA (PORTO ALEGRE -1977 A 2002)**

**Porto Alegre  
2011**

TAVAMA NUNES SANTOS

**A TRAJETÓRIA DA S.R.B. ESTADO MAIOR DA RESTINGA  
E SEU PAPEL NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE  
E VISIBILIDADE DO BAIRRO RESTINGA  
(PORTO ALEGRE -1977 A 2002)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em História do  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da  
Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Charles Monteiro

Porto Alegre

2011

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

**S237t** Santos, Tavama Nunes  
A trajetória da S.R.B. Estado Maior da Restinga e seu papel na constituição da identidade e visibilidade do bairro Restinga (Porto Alegre -1977 a 2002). / Tavama Nunes Santos. - Porto Alegre, 2011.  
151 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.  
Orientação: Prof. Dr. Charles Monteiro.

1. Porto Alegre - História. 2. Carnaval - Porto Alegre. 3. Escola de Samba. 4. Identidade Social. 5. Território Negro. 6. Segregação Espacial.  
I. Monteiro, Charles. II. Título.

**CDD 981.651**

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

TAVAMA NUNES SANTOS

**A TRAJETÓRIA DA S.R.B. ESTADO MAIOR DA RESTINGA  
E SEU PAPEL NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE  
E VISIBILIDADE DO BAIRRO RESTINGA  
(PORTO ALEGRE -1977 A 2002)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em História do  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da  
Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul

Aprovada em 30 de março de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientador: Prof. Dr. Charles Monteiro  
PUCRS

---

Profa. Dr. Lúcia Pereira Brito  
SERS

---

Prof. Dr. Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior  
UFRGS

*Dedico esta dissertação ao meu pai,  
in memoriam, Guarani Santos, professor,  
militante social e carnavalesco. Assim como eu.*

## *AGRADECIMENTOS*

*A minha mãe, Hilda, cuja trajetória sempre honrou o amor e a dignidade.  
A minha família querida, Caio, esposo, Zíngara e Jade, filhas, que tentam  
compreender minhas ausências e minha enorme vontade de estar junto.*

*Aos componentes da Estado Maior da Restinga, verdadeiros mestres da  
superação e da alegria, que tão atenciosamente me abriram suas casas  
e lembranças, sem vocês este trabalho não seria possível.*

*Ao meu professor orientador Dr. Charles Monteiro, pela confiança, sugestões e  
questionamentos. E, além de tudo pela acolhida a um tema que ainda  
busca sedimentar o seu espaço. Estendo meus agradecimentos a  
todos os professores do Programa, pela qualidade e dedicação.*

*A Capes, que viabilizou a minha permanência no curso e à equipe  
administrativa do Programa de Pós Graduação em História da PUC.*

*Aos funcionários do Arquivo Histórico Moises Velinho, Museu Hipólito José da  
Costa e do CID- Centro de Informação e Documentação de Zero Hora,  
cujo pronto atendimento e colaboração foram constantes.*

*Aos meus familiares, companheiros, amigos e colegas,  
que com suas afetividades me alicerçaram até aqui.*

*E, em especial, a todos os carnavalescos de Porto Alegre,  
que com sua paixão, não deixam o samba morrer.*

## RESUMO

O presente estudo tem como tema de investigação a trajetória da entidade carnavalesca Sociedade Recreativa e Beneficente Estado Maior da Restinga entre 1977 e 2002, seu papel na construção da identidade e visibilidade do bairro Restinga. Para tanto, analiso os processos de segregação espacial na cidade de Porto Alegre e as políticas públicas de habitação. Além disto, traço um panorama geral a partir de uma revisão bibliográfica que trata transformações do carnaval em Porto Alegre. O processo de fundação da escola de samba, bem como sua estruturação e consolidação, a partir das entrevistas junto aos membros da comunidade e componentes da escola, e de matérias publicadas em jornais da época.

**Palavras-chave:** Carnaval. Escola de Samba. Identidade. Território negro. Segregação espacial.

## **ABSTRACT**

This study is a research topic of the carnival life of this institution and the Sports Association of Chiefs Charitable Restinga between 1977 and 2002, its role in the construction of identity and visibility of the Restinga district. Its analyzes the processes of spatial segregation in the city of Porto Alegre and the public housing policy. In addition, an overview aa dash from a literature review dealing with the transformations of the carnival in Porto Alegre. The process of founding the school of samba as well as structuring and consolidation, from interviews with community members and components of the samba school, and materials published in newspapers.

**Key words:** Carnival. Samba School. Identity. Black territory.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Carro alegórico do CECORES .....	92
Figura 2 - Carnaval Infantil no CECORES, 1973 .....	93
Figura 3 - Baile de Carnaval no CECORES,1972.....	93
Figura 4 - Sr. Paco na Ala Brasil.....	98
Figura 5 - Sr. Claudionor, como mestre da banda, desfile cívico na Restinga.....	99
Figura 6 - Sr. Brasil .....	105
Figura 7 - Galeto Ala Brasil, anos 80 .....	106
Figura 8 - Confeção de fantasias Ala Brasil anos 80.....	107
Figura 9 - Foto tirada no Museu de Comunicação Social .....	108
Figura 10 - Foto tirada no Museu de Comunicação Social .....	108
Figura 11 - Estado Maior da Restinga .....	113
Figura 12 - Restinga em estado de graça.....	115
Figura 13 - Tinga cresce e aparece na avenida.....	118
Figura 14 - Tumulto atrasa a escolha da campeã.....	119
Figura 15 - Desfile das campeãs está adiado .....	120
Figura 16 - Carnaval de 1999 .....	121
Figura 17 - Orgulho de ser Tinga .....	123
Figura 18 - Eleições 2000.....	129
Figura 19 - Bairros disputam sambódromo .....	131
Figura 20 - Alegorias começam a nascer nos barracões.....	132
Figura 21 - População aprova sambódromo .....	133
Figura 22 - Sede Estado Maior da Restinga - Av. João Antônio da Silveira, Restinga, Porto Alegre/RS. ....	141
Figura 23 - Interior do Ginásio da EMR .....	141
Figura 24 - Planta para acesso .....	142

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS NEGROS</b> .....	30
<b>3 A FORMAÇÃO DA RESTINGA</b> .....	46
3.1 ASPECTOS CONJUNTURAIS .....	46
3.2 A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL E AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.....	49
3.3 A REARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	59
3.4 TERRITÓRIOS NEGROS .....	62
<b>3.4.1 O caso da Ilhota e o Projeto Renascença</b> .....	62
<b>3.4.2 Restinga Velha</b> .....	67
<b>3.4.3 Nova Restinga</b> .....	70
3.5 TERRITORIALIDADES .....	73
<b>4 CARNAVAL EM PORTO ALEGRE E A ESTADO MAIOR DA RESTINGA</b> .....	79
4.1 FUNDAÇÃO DA ESTADO MAIOR DA RESTINGA.....	85
4.2 ESTRUTURAÇÃO DA ESTADO MAIOR DA RESTINGA NOS ANOS 80.....	103
4.3 A SUPERAÇÃO DA ESTADO MAIOR DA RESTINGA NOS ANOS 90 .....	111
4.4 CONSOLIDAÇÃO DA ESTADO MAIOR DA RESTINGA .....	122
<b>4.4.1 Sambódromo de Porto Alegre e a comunidade da Restinga</b> .....	125
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	135
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	143
<b>ANEXOS</b> .....	149
ANEXO A - Estatuto da Escola de Samba da Estado Maior da Restinga.....	150

## 1 INTRODUÇÃO

*“O cisne é a minha vida, o meu amor, na avenida, comunidade é vaso ruim de se quebrar. É ruim de aturar, chegou a Tinga” (Samba Enredo da Estado Maior da Restinga, autoria de Vander Pires, CD Carnaval de Porto Alegre - 2011).*

O presente estudo investiga a trajetória da entidade carnavalesca Sociedade Recreativa e Beneficente Estado Maior da Restinga e seu papel na formação da identidade e visibilidade do bairro Restinga.

O período a ser analisado é compreendido desde a fundação em 20 de março de 1977 até o ano de 2002. Este período é especificamente interessante para a estruturação e consolidação da entidade, que confunde-se com a história do bairro e do carnaval de Porto Alegre. Várias transformações ocorrem no meio urbano neste período, assim como no próprio bairro, no carnaval e na imagem que se construiu da Restinga ao longo deste período. Em 2002, como se já não bastasse a visibilidade alcançada com os diversos campeonatos da Estado Maior da Restinga, a comunidade credencia-se para receber a Pista de Eventos da cidade, num movimento que mobilizou mais de 60 entidades locais, milhares de apoiadores- através de abaixo-assinados, e ainda a promoção de um debate público junto aos meios de comunicação.

A proposta do Comitê Pró Pista de Eventos na Restinga tinha como objetivo não só a Pista de Eventos denominada “sambódromo”, mas também a construção, a partir dela, de uma Universidade do Carnaval. Onde, nas estruturas fixas das arquibancadas, funcionariam atividades ligadas ao carnaval. Com isto desenvolveriam vários projetos de inclusão social, a partir da formação profissional.

Esta agremiação está localizada na periferia de Porto Alegre, região que concentra uma considerável parcela de população afro-descendente, bem como índices sociais que denunciam sua exclusão e vulnerabilidade.

Até então havia (e ainda persiste) uma imagem quase que consensual em torno da Restinga: um lugar de marginalidade, de violência, de pobreza, de precariedade, distante dos recursos mais primários. A visão geral que a maioria dos porto-alegrenses fazia do bairro era esta. Podemos sem arriscar um anacronismo, comparar com os “lugares de alteridade” proposto por Pesavento: os outros, os inconvenientes, os que estão fora dos padrões, dos limites da cidade e das redes de sociabilidade socialmente aceitas.

Pesavento<sup>1</sup> denominou de “lugares de alteridade”, as regiões da cidade que eram ou invisibilizadas pela imprensa, ou malditas por ela. A Colônia Africana e o Areal da Baronesa do final do século XIX eram os territórios negros, que margeavam a região central da cidade. Coincidentemente, destes lugares estigmatizados saíram boa parte das famílias que irão, décadas mais tarde, constituir o bairro Restinga. Num prolongamento através do tempo, da discriminação e da estigmatização. Ocorrendo então uma reterritorialização destes “lugares de alteridade”.

A visibilidade da comunidade, construída a partir da entidade carnavalesca Estado Maior da Restinga - que vai modificar esta imagem - fornece elementos para se compreender a importância do carnaval como símbolo de resistência cultural dos afro-descendentes e de como, em torno dela, essa comunidade articulou-se para suas atingir demandas estruturais e culturais.

A Restinga é um caso clássico de intervenção urbana. Núcleos habitacionais fixados em lugares que estavam passando por um processo de valorização imobiliária (Ilhota, Santa Luzia, por exemplo) foram reassentados para a periferia da cidade, afastando assim a pobreza, a marginalidade, os negros do centro da cidade. Esta mesma comunidade criou seus mecanismos de sobrevivência e de consenso social. Logo, em plena ditadura militar funda-se uma entidade carnavalesca, Estado Maior da Restinga, substituindo uma pré-existente, a Unidos da Restinga, que havia sido criada em 1975, pelo mesmo núcleo de moradores. Esta entidade recebe apoio institucional e a forte adesão da comunidade, estruturando-se ao longo dos anos e afirmando-se como referência espacial e cultural da comunidade.

Num contexto em que a urbanização de Porto Alegre, as reformas urbanas e as políticas segregacionistas, foram elementos fundantes do território ora denominado Restinga, estas questões podem nos dar pistas de sua missão original. No entanto, estes processos, vistos tão somente a partir das questões estruturais explicam a formação do bairro Restinga. Mas são insuficientes para se entender a força de uma comunidade que se afirma, tendo no carnaval a sua marca mais contundente, onde se lê, nos instrumentos de percussão da escola de samba frases do tipo: “hoje sou mais Tinga do que ontem e menos que amanhã”.<sup>2</sup>

Para termos um panorama razoável das condições em que se criou e desenvolveu esta instituição, bem como de seu papel articulador de práticas sociais, faz-se necessário abordar as origens de seus integrantes, que através das entrevistas, procurei abordar, traçando um percurso de suas vivências, resgatando antigas trajetórias carnavalescas, que culminaram na formação de uma nova entidade.

---

<sup>1</sup> PESAVENTO, Sandra Jathy. **Uma outra cidade o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 71.

<sup>2</sup> ORGULHO de ser Tinga. **Zero Hora**. Porto Alegre, 2006, p. 4.

A metodologia da história oral temática foi desenvolvida para dar suporte a esta interação com as fontes. As questões foram semi-estruturadas, dando a abertura necessária para que as pessoas pudessem, num exercício livre de memória, contar casos, lembranças de suas vivências com a Estado Maior da Restinga. A rede de colaboradores formou-se a partir de um conhecimento prévio de quem são os integrantes mais antigos e que permanecem ligados ao carnaval, em especial os sócios-fundadores.

O trabalho aborda questões referentes às transformações da festa carnavalesca em nossa cidade, bem como dos processos que consolidaram o reconhecimento da entidade, ao longo dos seus mais de trinta anos.

Entendo que a análise histórica da contribuição e do papel desempenhado por uma instituição genuinamente popular na formação de laços identitários na periferia de nossa cidade, é de extrema importância, pois trata-se de:

- a) recuperar a formação de um “território negro”;
- b) compreender como a Restinga, apesar do inicial abandono do poder público municipal, produziu cultura e identidade próprias ao longo de sua trajetória;
- c) A partir dos relatos, refletir sobre as memórias de pessoas que protagonizaram este processo;
- d) refletir sobre as manifestações populares dos afro-descendentes, no caso o carnaval desenvolvido pela Estado Maior da Restinga, com símbolo de resistência cultural.

A necessidade de se discutir estes processos vem a preencher uma lacuna, daqueles que não possuíam o direito a história, pois, conforme Charles Monteiro<sup>3</sup>: “[...] estando fora da história local, os negros estiveram alijados de parte de sua cidadania, frente ao papel fundamental que desempenharam na construção do espaço urbano, na formação da cultura e da identidade urbana da sociedade porto-alegrense”.

No caso da Restinga, a invisibilidade social<sup>4</sup> é dupla, pois seus primeiros moradores pertenciam à camada mais excluída da população que era constituída por pessoas pobres e negras.

Além destas questões, é importante ressaltar a motivação pessoal que integra esta pesquisa. Integro uma família que curtia (e ainda curte) o samba com muita naturalidade. Na

---

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas**: história e memória da cidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 196.

<sup>4</sup> Sobre invisibilidade do negro no Rio Grande do Sul (GERMANO, Íris. Carnavais de Porto Alegre, etnicidades e territorialidades negras no sul do Brasil. In: SILVA, Gilberto Ferreira da. SANTOS, José Antônio; CARNEIRO, Luis Carlos da Cunha. **RS Negro**. Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008; OLIVEN, Ruben G. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1996).

minha infância não havia a apropriação política de que o samba e as formas de sociabilidade afro-descendentes eram formas de resistência cultural. Somente mais tarde pude compreender, que a partilha, o encontro de gerações, a integração em um grupo, em uma comunidade, faziam parte não só de uma necessidade concreta, mas de uma tradição, de um modo de ser. Morando sempre na periferia, fazendo uso de espaços comunitários e públicos estudei e, novamente, me agrupei. E foi a partir da adolescência que despertei para uma participação mais consciente nestes espaços, devido, com certeza a um outro processo em curso: o da politização. Logo, meu interesse pelo carnaval foi qualificando-se para, além do sentimento de identidade, a plena consciência de que estava ocupando um lugar legítimo e que deveria ser valorizado e potencializado.

Particpei, em graus diferentes de envolvimento, da vida carnavalesca das agremiações Filhos da Candinha, (como integrante 1983-1988), Copacabana (como integrante 1989-1991), Mocidade Independente da Lomba do Pinheiro (como coordenação 1996-2003) e da Estado Maior da Restinga, a partir de 2004. Posso afirmar que integro organicamente esta parcela da população, logo, faço parte, não apenas apóio, ou valorizo, vivi (e ainda vivo, de certa forma) o carnaval. Ocupei espaços de decisão, de dirigente, de coordenação de alas, de bordadeira, costureira, cozinheira de barracão. Além é claro, de desfilar no chão, de empurrar carro alegórico, de ser destaque. Em fim, atuei efetivamente no carnaval.

Atualmente, em função de outros compromissos, estou afastada da rotina de uma entidade carnavalesca, embora continue desfilando todos os anos. Encontrei neste estudo uma forma diferente de participar do carnaval: pesquisando, refletindo e discutindo com alguns de seus protagonistas. Sendo assim, redescubro um pouco a história da Estado Maior da Restinga, e também um pouco de minha própria história.

Além disto, como professora que sou, atuando na rede municipal de ensino de Porto Alegre, constato entre meus alunos a importância de espaços de sociabilidade na periferia da cidade, e os reflexos negativos para a juventude, quando estes espaços não estão disponíveis.

Minha pesquisa vem complementar uma outra vertente de estudo, que desenvolvi anteriormente. No ano de 2005, elaborei uma monografia intitulada “Porto Alegre: urbanização e exclusão, 1940-1950”, como trabalho de conclusão de Especialização em História do Brasil/FAPA. Na verdade, esse estudo alicerça o panorama em que se desenvolverá a pesquisa sobre Porto Alegre e seu desenvolvimento urbano, sem o qual o crescimento desordenado, a exclusão espacial não pode ser analisada. Outra fonte revisitada, cujos estudos foram concluídos em 2003 foi o trabalho intitulado “Planejamento urbano participativo em Porto Alegre: um processo em construção”/UERGS. Neste trabalho, analisei,

entre outras questões, as políticas de segregação da municipalidade, bem como o desenvolvimento do movimento popular comunitário, que resistiu, e protagonizou várias iniciativas de discussão de reforma urbana.

Em 2008, retomo os estudos, no curso de especialização em História da África e Cultura Afro-Brasileira (FAPA), no qual aponte a relevância da pesquisa do carnaval em nossa cidade a partir de um breve estudo de caso: a Estado Maior da Restinga. Nesta monografia, no entanto, não aprofundei sua trajetória, apenas a aponte como uma possibilidade de pesquisa futura.

Insiro a nomeação destes trabalhos anteriores para demonstrar o meu interesse pela história de Porto Alegre, meu apreço pela história local e recente. Já na minha graduação através do trabalho de conclusão de curso “Movimentos sociais urbanos, três casos de ocupações na Lomba do Pinheiro” (1997/UFRGS), abordei também questões do desenvolvimento urbano, com ênfase na questão específica da formação do bairro Lomba do Pinheiro. Mais tarde, anos depois, este mesmo trabalho serviu como uma das fontes para a publicação da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, o Memória dos Bairros.

Logo, minha temática de trabalho tem sido esta, a de tentar constituir um cenário cada vez mais amplo de nossa cidade, resgatando inicialmente aspectos políticos, econômicos como base para um estudo que amplie e dê suporte para evocações que buscam explicar a cultura, em fim os territórios que se configuraram como referência para estudos temáticos, e considero que somente com a contextualização histórica é possível esta compreensão.<sup>5</sup>

A abordagem sócio-histórica busca identificar o contexto, os sujeitos, suas motivações e a repercussão de suas ações. Através da revisão bibliográfica, das reportagens nos jornais dos arquivos do Museu de Comunicação Social e do CID (Centro de Informação e Documentação) da Zero Hora; do acesso às fotografias de acervos pessoais de integrantes da escola de samba, e principalmente da análise dos relatos orais, foi possível traçar aspectos importantes deste processo.

Início o trabalho com a contextualização básica de todo o historiador. O tempo e o lugar, não como elementos determinantes, mas como imprescindível para o entendimento dos nexos causais, pois, sem a referência estrutural, não seria possível entender a formação do objeto de estudo.

---

<sup>5</sup> Na monografia “Planejamento urbano participativo: um processo em construção”, o foco da análise é a questão política, relacionando políticas públicas e movimentos sociais urbanos. Já na monografia “Porto Alegre, urbanização e exclusão, é aprofundada a questão econômica da cidade, como pólo de atração de mão-de-obra e desenvolvimento.

Eric Hobsbawm oferece uma perspectiva teórica, onde, ao tratarmos com a história local, memória e identidade, chama a atenção para os riscos da não contextualização. Em artigo do autor “Não basta a história de identidade” é realizada uma advertência para que os estudos relativos a estes temas estejam sempre focados numa perspectiva global, conforme o autor:

[...] os historiadores, conquanto microcósmicos, devem se posicionar em favor do universalismo [...] essa é a condição necessária para o entendimento da história da humanidade, inclusive a de qualquer fração específica da humanidade [...] todas as coletividades humanas são e foram necessariamente parte de um mundo mais amplo e complexo.<sup>6</sup>

Contudo, para o terceiro capítulo, várias entrevistas foram realizadas, priorizei as pessoas que fundaram a escola de samba e que ainda possuam vínculos com a mesma. Numa entidade que desfila com aproximadamente dois mil componentes, é imperioso estipular critérios. E, o critério adotado foi o de “antiguidade”. Estas pessoas são efetivamente os arquivos vivos da entidade. E seus testemunhos vão dar voz e materialidade a uma história que ainda não foi contada. Este estudo identifica-se com um campo que insere os sujeitos individuais nos processos históricos como “uma reação aos enfoques excessivamente estruturalistas, descarnados de humanidade, que caracterizaram boa parte da produção historiográfica contemporânea”.<sup>7</sup>

Optou-se por uma história oral temática, produzindo depoimentos a partir de entrevistas semi-estruturadas com questões abertas sobre a criação da escola de samba e seu papel na organização da comunidade e de seu dar-se a ver.

Como o foco do trabalho é a trajetória da entidade, a história oral temática:

[...] é mais passível de confrontos que se regulam a partir de datas, fatos, nomes, situações [...] sendo que o grau de atuação do entrevistador como condutor dos trabalhos fica muito mais explícito e é orientado pelos recursos dados a seqüência de perguntas que devem levar aos esclarecimentos do tema.<sup>8</sup>

As entrevistas foram realizadas por mim, na residência das pessoas e, eventualmente, na quadra da escola de samba.

Neste sentido alguns autores identificados com a Nova História Cultural oferecem múltiplas perspectivas, em termos de metodologias, campos e objetos de pesquisa. No

<sup>6</sup> HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 292.

<sup>7</sup> SCHMIDT, Benito. Construindo biografias [...] historiadores e jornalistas, aproximações e afastamentos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

<sup>8</sup> MEIHY. José Carlos Sebe B; HOLANDA, Fabíola. **História oral como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 38-9.

entanto, podem carecer de um compromisso maior em relação à contextualização histórica, e aos fundamentos materiais para determinadas pesquisas. Daí a proximidade de Thompson, que consegue, numa perspectiva marxista, que não nega as estruturas, construir um entendimento dos movimentos internos da sociedade no que se refere a cultura, aos costumes. Sua obra *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* é ricamente documentada, referenciada, num exaustivo trabalho de consulta e leituras de fontes, que expressavam por fim a dinâmica da produção cultural onde a permeabilidade (e suas decorrências como ressignificação, apropriação e permanências, por exemplo) era imperativa nas culturas “altas” e “baixas” da sociedade inglesa, conforme o autor: “[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole: é uma arena de elementos conflitivos [...]”.<sup>9</sup>

Ora, o carnaval presta-se muito bem a esta análise. Não de uma forma automática, numa tentativa inconsequente de enquadrar o objeto na teoria, mas no sentido de tornar o argumento referência, sem estancá-lo.

Se fizermos uma retrospectiva do carnaval em Porto Alegre constataremos a sua matriz elitista. Os desfiles carnavalescos eram restritos às Sociedades Carnavalescas, que possuíam sede, montavam corsos, confeccionavam fantasias. Ao povo restava a assistência. Já o Entrudo era de fato popular, mas não se caracterizava como desfile carnavalesco, além do mais não era uma festividade aceita pelas autoridades, sendo em seguida proibido. Os ranchos e cordões ocorriam numa outra formatação, mas já prenunciavam uma participação popular nas composições, não perpetuando-se como meros imitadores das marchinhas e polcas dos corsos e dos salões. No período pós-abolição, a participação dos negros propaga a “batucada” que se introduz nos cordões, que paulatinamente vão ganhando, literalmente, outro ritmo.<sup>10</sup>

Com a popularização do carnaval, a sátira, o humor, a crítica social, a transgressão, ganham maior vulto, sendo então, “apropriado pelo povo”, numa perspectiva mais autônoma, com a participação cada vez maior dos negros. No entanto, a tutela e o regramento estatal não tardam a chegar, onde a negociação e o conflito são marcantes, como em todo o processo de manifestação popular. É o “fazer-se” proposto por Thompson, que se deve tanto a ação humana quanto aos condicionamentos do contexto histórico.

---

<sup>9</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>10</sup> LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer*. Campinas/SP: UNICAMP/Cecult, 2001.

A entidade, fundada em 1977, pertence ao Grupo Especial do Carnaval em Porto Alegre, e teve ao longo dos anos uma trajetória que trouxe reconhecimento ao bairro. Sua região de origem é uma área na qual a Prefeitura de Porto Alegre realizou inúmeros reassentamentos, tendo em vista as políticas urbanas de segregação, que culminaram na expulsão gradual de comunidades pobres, majoritariamente negras, que habitavam lugares que estavam em franca valorização imobiliária.

Seu desenvolvimento e afirmação enquanto espaço comunitário, de identidade afro-descendente e autônomo ainda se processa. Pois a mesma não ficou imune às disputas internas e externas pela hegemonia política, de inserção na comunidade estando relacionada num permanente e tensionado contato com as elites econômicas, políticas e culturais. O carnaval é também uma arena de disputas de projetos políticos, no mais amplo sentido do termo. E é neste sentido, que o diálogo proposto por Thompson se aproxima do objeto de minha pesquisa. Segundo o mesmo: “A identidade social de muitos trabalhadores mostra também uma certa ambigüidade. É possível perceber no mesmo indivíduo identidades que se alternam, uma deferente, a outra rebelde”.<sup>11</sup>

Os lugares, assim como as relações também sofrem a ação do tempo, num movimento dialético e complexo, as paisagens urbanas adquirem novos significados. Em Porto Alegre, o que era Colônia Africana, hoje é bairro de classe média, como os bairros Mont Serrat e Rio Branco. O que era um conjunto de chácaras, hoje é bairro de periferia, como a Restinga. O que era um bloco carnavalesco, hoje reivindica-se como quilombo urbano a exemplo do bloco afro Odomodê. Logo, os territórios também possuem a sua historicidade, não são estanques.

O conceito de território negro para este trabalho está entendido como espaço geográfico ou simbólico onde a cultura afro-descendente se socializa e se solidifica, criando referências e pontos de contato.<sup>12</sup>

Logo, tanto o espaço geográfico constituído, quanto o cultural fazem parte do mesmo processo. Sendo que o primeiro pode ser analisado tendo como base o avanço e desenvolvimento do capitalismo periférico em nossa cidade, e os discursos higienistas, moralizadores e controladores da ordem social constituídos no período para justificar as intervenções urbanas.

Mas como aprofundar as questões culturais, os modos de ser e de “dar-se a ver”? No caso, os desfiles carnavalescos são uma mostra “do que o restingueiro é capaz”- sem passar

---

<sup>11</sup> THOMPSON, 1998, p. 17.

<sup>12</sup> BITTENCOURT Jr. Iosvaldy Carvalho. Territórios Negros. In: SANTOS, Irene. **Negro em preto branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre.** Porto Alegre: Do Autor, 2005.

pela discussão da cultura popular, do indivíduo e da sociedade, da narratividade na história e a necessidade da afirmação identitária?

Neste sentido, o desafio teórico se impôs desde o início, na busca de um suporte reflexivo, de uma lente que minimamente fosse capaz de dar conta destas questões, na tentativa de se historiar a entidade carnavalesca, o bairro, a partir da revisão bibliográfica e dos depoimentos de seus integrantes, pois “A história é sempre a história de uma sociedade, mas sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos”.<sup>13</sup>

Neste sentido, as singularidades apreendidas, através das entrevistas, representam, não isoladamente, uma parte do processo, ou melhor, integram o mesmo. Para Elias, os homens não são apenas produtos do meio, mas sim produtos também de suas escolhas, mesmo se considerarmos restrito este campo de escolhas.

Toda a sociedade grande e complexa tem, na verdade as duas qualidades: é muito firme e muito elástica. Em seu interior, constantemente se abre um espaço para as decisões individuais. Apresentam-se oportunidades que podem ser aproveitadas ou perdidas [...].<sup>14</sup>

A autoria da comunidade (e de seus indivíduos) em relação a constituição de uma entidade carnavalesca será abordada nesta perspectiva relacional proposta por Elias, onde o todo é maior e mais intenso que a soma das partes, mas que não pode descuidar-se da ação individual, que também não deixa de ser uma ação articulada, datada historicamente e portanto, condicionada, ao menos em parte pelo contexto social ao qual está inscrita.

Contudo, estas análises também deverão levar em consideração toda uma preocupação com a memória e seus mecanismos que interagem na recriação de lembranças e esquecimentos, na eleição de temas, na parcialidade (mas afinal, existe imparcialidade?) das justificativas, em fim na narrativa, recorrentemente épica (e não menos legítima) dos sócios-fundadores. Reitero, nas palavras de Hobsbawm<sup>15</sup> que:

[...] o acontecimento, o indivíduo, e mesmo a reconstrução de algum estado de espírito, o modo de pensar o passado não são fins em si mesmos, mas constituem o meio de esclarecer alguma questão mais abrangente, que vai muito além da história particular e seus personagens.

---

<sup>13</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1994, p. 45.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>15</sup> HOBBSAWM, 1998, p. 41.

Ou seja, os binômios indivíduo e sociedade, voluntarismo e determinismo, sujeito e estrutura, autonomia e heteronomia, liberdade e necessidade, deverão ser analisadas sob tensão (também no sentido literal) permanente, onde a articulação destes é que vai tentar explicar o desenvolvimento do processo, na busca de uma terceira via explicativa, narrativa.

Tendo a clareza de que o tempo vivido jamais será reconstituído, mas que é possível sim fazer inferências a partir das fontes, das experiências de sujeitos concretos, encarnados, e aí construir uma narrativa explicativa para os processos, onde as possibilidades podem emergir, assim como as verossimilhanças. Para tanto, Reis<sup>16</sup> propõe algumas problematizações:

Como se articularia tempo e narrativa? Para Ricouer, afastando-se tanto da narrativa tradicional quanto da atemporalidade estrutural e lógica dos Annales, a narrativa histórica não coincide com o vivido, não mostra o que realmente se passou, mas refere-se a ele e retorna a ele. A narrativa não é uma abstração alheia ao vivido. Não é apenas lógica. Ela emerge dele, referindo-se a ele, e retorna a ele, transformando-o e transformando-se.

No que se refere a narrativa em História, onde discutiu-se as várias posições a este respeito, a “história narrativa” havia sido historicamente questionada pelos Annales, pela sua vinculação ‘a história tradicional, positivista, dos “grandes homens” e foi substituída. O seu contraponto: a História-problema, que: “não trata de eventos, indivíduos e política, dados objetivamente, mas de estruturas, conjunturas, coletividades, massas, economias, sociedades e civilizações”.<sup>17</sup>

Esta visão não contempla nem o debate atual, nem o objeto de minha pesquisa, posto que são instrumentais insuficientes para explicar a autoria, as estratégias de sociabilidade e as soluções construídas pelos indivíduos frente aos reassentamentos - que vieram a formar o bairro e a fundação da escola de samba. Como compor o enorme mosaico que é a trajetória de uma agremiação carnavalesca de periferia, apenas tendo como ferramenta analítica os processos estruturais da cidade?

Os processos estruturantes (a segregação espacial, o subemprego, o problema habitacional, a periferação da cidade, as políticas públicas em geral, a opção política classista dos governantes, etc.) devem estar presentes, não devem ser de forma alguma desprezados, pelo contrário, devem lastrear todo um conjunto de fatores nos quais se processou a vida destas pessoas.

<sup>16</sup> REIS, José Carlos. Tempo, história e compreensão narrativa em Paul Ricouer. **Revista Lócus**. Revista de História, Juiz de Fora, v. 12, n. 1 jan./jun., 2006, p. 28.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 19.

O fato é que a vida -ou o tempo vivido- não se restringe as “estruturas” tão somente. Ela também, e necessariamente, é relacional. É artística, cultural, religiosa, afetiva, tradicional (no sentido também de transmissão, criando laços identitários, criando memórias), que constrói uma relação circular.<sup>18</sup>

No caso da pesquisa realizada, refiro-me aos tempos vividos das pessoas reais, onde as suas referências serão indiciárias de um contexto maior, que estarão também em permanente diálogo com as fontes (para confirmar, ou contestar testemunhos). Ao narrarem suas trajetórias, comporão um novo ciclo do círculo hermenêutico proposto por Ricouer, onde, na escrita, e nas interpretações, que possuem caráter explicativos se conjugarão novas compreensões, mais amplas de sentido. O que só tem a qualificar a escrita, para o bem do leitor. “Em Ricouer, a história retorna a narrativa e à compreensão, reencontra o tempo vivido, as experiências humanas, como seu objeto e renuncia às explicações abstratas e atemporais científicas. O tempo torna-se mais humano, pois é tempo reconhecido”.<sup>19</sup>

No caso de Porto Alegre, existem várias territorialidades do samba e do carnaval. As históricas, as atuais e as históricas e atuais. Após o processo abolicionista, a ocupação de áreas de todo o tipo foram engendradas pelos ex-cativos a fim de viabilizarem-se como moradores e trabalhadores.

Contudo não havia espaços “vagos” na cidade. No início, cortiços, e casas de pequenos cômodos eram ocupadas pelos ex-escravos, bem como pelos migrantes. Em seguida, com a especulação imobiliária e as obras de urbanização da cidade, alastraram-se as remoções, formando daí a periferia da cidade.

[...] Porto Alegre foi testemunha de uma mobilidade territorial demarcada por ampla exclusão social, no período após a abolição do regime escravo, quando as famílias negras foram obrigadas a se mudarem de lugares sem nenhuma estrutura para outros piores. [...] deste modo os negros constituíram os segmentos populacionais que caracterizariam os denominados pioneiros do solo urbano, já que seguiriam ocupando as áreas menos nobres da cidade, sem a mínima ou com precárias condições de infra-estrutura urbana ou então, distantes e de difícil acesso viário. Consolidaram, assim, inúmeros territórios negros urbanos, a exemplo da Colônia Africana [...] **Vila Restinga** Velha e Vila Nova Restinga [...].<sup>20</sup> (grifo meu).

A noção de território aqui empreendida é a que congrega aspectos culturais de uma dada comunidade, de modos de ser e sentir, que convergem para uma identidade. Ela é mais

---

<sup>18</sup> REIS, 2006, p. 32.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>20</sup> BITTENCOURT Jr. 2005, p. 37.

do que [...] “a definição de um espaço físico delimitado, na medida em que as fronteiras lhes são traçadas por uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita”.<sup>21</sup>

Deve-se entender estes territórios como zona de contato também, permanente e fluida, pois não são estanques. São produtores de bens culturais, mas também consumidores. Afetam e deixam afetar-se. Pela conjuntura, por outras expressões culturais, pelas políticas públicas, bem como pelo trabalho individual e coletivo de cada integrante.

O que não se pode aceitar é uma antiga visão que não reconhece o papel ativo das comunidades na impressão de sua própria cultura. Como se fossem tábulas rasas, apenas absorveriam, o que o poder central- governo, poder econômico, indústria cultural lhes ditasse. Na verdade a “[...] a idéia do povo como uma força mínima e puramente passiva constitui uma perspectiva profundamente anti-socialista”.<sup>22</sup>

Stuart Hall<sup>23</sup> avalia que a bipolarização das interpretações da cultura popular em autêntica ou corrompida, não abarcam todas as interações que qualquer processo humano depreende. Isto para ele são pólos inaceitáveis. Existe uma disputa interna e externa à cultura popular. A cultura dominante teima em desorganizar e reorganizar a cultura popular, aos seus moldes, numa tentativa clara de descaracterização, alienação e cooptação. Neste contexto existem momentos de superação e de resistência, de negociação e de conflito.

[...] O perigo surge porque tendemos a pensar as formas culturais como algo inteiro e coerente; ou inteiramente corrompidas ou inteiramente autênticas, enquanto que elas são profundamente contraditórias, jogam com as contradições, em especial quando funcionam no domínio do popular.<sup>24</sup>

A cultura popular está posta, com novas narrativas, que são necessariamente locais e descentradas, que incluem as práticas cotidianas e tradicionais. Abrindo-se aí um novo campo de trabalho e de contestação. O distanciamento abissal entre erudito e popular está cada vez menor. Observemos a profissionalização do carnaval, por exemplo. Logo, a disputa por uma hegemonia cultural é sempre conjuntural.

[...] Já as estratégias culturais capazes de fazer diferença são o que me interessa - aquelas capazes de efetuar diferenças e deslocar as disposições do poder. Reconheço que os espaços conquistados para a diferença são poucos e dispersos e cuidadosamente regulados e policiados. Acredito que sejam limitados. Sei que eles

<sup>21</sup> GUATTARI (*apud* ANJOS, José Carlos dos. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 42

<sup>22</sup> HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 237.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 238.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 239.

são absurdamente subfinanciados, e que existe sempre um preço de cooptação a ser pago quando o lado cortante da diferença e da transgressão perde o fio da espetacularização. Eu sei que o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada, mas não podemos desprezá-la. [...] é no terreno do senso comum que a hegemonia cultural é produzida, perdida e se torna objeto de lutas. O papel do “popular” na cultura popular é o de fixar a autenticidade das formas populares, enraizando-as nas experiências das comunidades populares das quais elas retiram o seu vigor e nos permitindo vê-las como expressão de uma vida social subalterna específica, que resiste constantemente a ser reformulada enquanto baixa e periférica.<sup>25</sup>

Logo, a valorização da cultura popular, em especial o carnaval, passa pela compreensão de que discussão compreende contradições, hibridismo, transmissão e herança cultural, “condições diaspóricas locais”, onde prioritariamente luta-se para se dar sustentação material e simbólica a uma comunidade, cujos membros chegaram com a sua cultura como o seu capital simbólico.

Ao apresentar os capítulos destacarei alguns autores que serviram de referência, mas já antecipo que outros serão citados no interior dos mesmos, posto a diversidade das contribuições e enfoques diferenciados.

Neste sentido, o capítulo 1 discorre sobre a história de Porto Alegre, sua marcante herança positivista<sup>26</sup>, que vai influenciar a tendência intervencionista dos seus governantes.<sup>27</sup> Os anos 40 e 50 como o período precursor do grande crescimento demográfico e a favelização de Porto Alegre, sendo este fenômeno de abrangência nacional, devido ao período de crescente industrialização do país e do forte êxodo rural.<sup>28</sup>

Uma periodização da evolução urbana de Porto Alegre é proposta por Souza e Müller<sup>29</sup>, sendo que o período em destaque é o da metropolização, com implicações diretas no crescimento da cidade. Neste período, a Prefeitura realiza estudos onde irá propor através de um discurso técnico de caráter homogeneizador e massificador soluções para as demandas de habitação com políticas segregacionistas, que visam especialização de funções, criando com isso mais exclusão social. As políticas adotadas a partir daí (década de 60 e 70) irão fortalecer a monopolização do mercado imobiliário. A terra em Porto Alegre valoriza-se cada vez mais,

<sup>25</sup> HALL, 2003, p. 321-3.

<sup>26</sup> Positivismo, corrente filosófica desenvolvida por August Comte cuja centralidade estava na crença da ciência, da ordem e do progresso como vetores do desenvolvimento social. RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é Positivismo?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>27</sup> BAKOS, Margareth. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

<sup>28</sup> ROLNICK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

<sup>29</sup> SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

enquanto mercadoria. Naida D’Avila<sup>30</sup>, faz um panorama abrangente em relação a este quadro, bem como a coletânea de artigos organizados por Panizzi e Rovatti.<sup>31</sup>

O capítulo 2 aborda a formação da Restinga, onde a obra editada pela Prefeitura de Porto Alegre, *Memória dos Bairros*,<sup>32</sup> é basilar, pois aponta as especificidades da formação da Restinga, sua composição e evolução. Os relatos de moradores do bairro Restinga estão inseridos num contexto histórico ricamente ilustrado. A cada fala, a autora, Marion Kruse Nunes, coloca como pano de fundo o contexto histórico, informações, dados estatísticos, datas que nos dão uma idéia muito clara da conjuntura da época, fazendo um coerente elo entre a fala dos entrevistados e o momento em questão. Sua análise inicia a partir da década de 40 do século passado, período a partir do qual intensificou-se o êxodo rural e vai até meados dos anos 90. Segundo a autora:

O problema da subabitação em Porto Alegre vem de longa data, mas se agravou a partir da década de 40, com o incremento do processo de industrialização. A expansão da indústria ocasionou, no campo a mecanização da lavoura. Esta mecanização, aliada à exploração da mão-de-obra rural, expulsou do mercado de trabalho milhares de agricultores, que, sem perspectivas, voltaram-se para a cidade em busca de melhores condições de vida, atraídos, também, pela industrialização emergente.<sup>33</sup>

Ao longo deste período, segundo a autora seguem-se várias iniciativas comunitárias daquele reassentamento. Destacando-se aí o papel de religiosos, do movimento comunitário, das políticas públicas e o surgimento da Estado Maior da Restinga.

As remoções são contextualizadas como a política habitacional para os pobres que habitavam áreas centrais ou de valorização imobiliária, merecendo destaque o caso da Ilhota<sup>34</sup>, onde a herança cultural é mais visível para o tema de pesquisa, que é o carnaval. A constituição das duas Restingas e o tratamento diferenciado que lhes são dispensados através da Prefeitura de Porto Alegre, articula uma segregação dentro da segregação, onde a escola de samba vai ter um papel fundamental em construir uma unidade através da cultura

---

<sup>30</sup> D’AVILA, Naida. **Com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre**: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, 2000.

<sup>31</sup> PANIZZI, Wrana; ROVATTI, João. **Estudos Urbanos**. Porto Alegre e seu planejamento. Porto Alegre: Editora da Universidade. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

<sup>32</sup> NUNES, Marion Kruse. **Restinga memória dos bairros**. Porto Alegre: Unidade Editorial Secretaria Municipal da Cultura, 1997.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>34</sup> Ilhota: “área que desapareceu da geografia urbana em razão da canalização do arroio Dilúvio, perdendo inteiramente suas características depois da execução do Projeto Renascença, que resultou na abertura da Avenida Érico Veríssimo e áreas que o circundam [...]. Área sujeita a inundações, e por isso mesmo ocupada por moradores muito pobres, deixou sua marca na memória da cidade, sobretudo nas crônicas de carnaval, samba e batuque [...] nela nasceu e viveu por muitos anos o compositor Lupicínio Rodrigues” (FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 208).

carnavalesca. O contexto da ditadura militar (1964 a 1985), bem como o tensionamento com a rearticulação dos movimentos sociais serão também observados, pois são eles fatores importantes para a constituição deste novo território e das relações que vão ser tecidas com os órgãos públicos. Desterritorialização e reterritorialização são conceitos discutidos neste capítulo onde vários autores vão ser elencados, a partir de enfoques que procuram discutir esta questão, assim como a caracterização de um novo território negro.

Segundo Rolnick<sup>35</sup>, na obra *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: negro na geografia do Brasil*, propõe uma reflexão sobre o processo de segregação espacial e indica com dados a localização do negro no Brasil, comprovando o binômio pobreza e afrodescendência. Outra referência importante de Santos<sup>36</sup> é *Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial* o conjunto destes ensaios debruçam-se em processos de reterritorializações, servindo de referência teórica, pois as ações de “higienização social” e especulação imobiliária foram fenômenos nacionais e contemporâneos ao de Porto Alegre. Zamboni<sup>37</sup> também analisa o processo de formação do bairro, com ênfase maior no processo de remoção dos moradores da Vila Santa Luzia para a Restinga, não enfocando, no entanto a questão carnavalesca.

No entanto, o deslocamento por si só não responde às questões que aqui são centrais. Servem de alicerce, mas não abarcam toda a complexidade da experiência humana, quando removem-se pessoas, removem-se culturas, reterritorializam-se modos de ser. A cultura se refaz. O “território” privilegiado a ser estudado, é outro, complementar, singular como “um lugar de identificação, de pertencimento, em que a memória reconhece uma origem comum”.<sup>38</sup> Para tanto, autores como Iosvaldyr Carvalho Bittencourt<sup>39</sup> definem:

[...] território negro urbano como um espaço de construção de singularidades sócio-culturais de matriz afro-brasileira e que, ao mesmo tempo, é um objeto histórico de exclusão social, em razão da expropriação estrutural dos direitos sociais, civis e específicos fundamentais dos negros brasileiros.

<sup>35</sup> ROLNICK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**. O negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 75-90.

<sup>36</sup> SANTOS, Milton. et al. **Território, territórios, ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

<sup>37</sup> ZAMBONI, Vanessa. **Construção social do espaço**. Identidades e territórios em processo de remoção: o caso da Restinga. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

<sup>38</sup> ANJOS, 2006, p. 46.

<sup>39</sup> BITENCOURT, 2005, p. 37.

Sommer faz uma análise dos territórios negros em Porto Alegre, e relaciona com os assentamentos africanos. Sua pesquisa faz um interessante cruzamento de dados do IBGE, onde elenca a ordem de ocupação negra em nossa cidade. Sua pesquisa indica que o bairro Restinga é o segundo em população negra proporcional e em quantidade na cidade, é o bairro que concentra maior número de adeptos a religião de matriz africana e está inserido no rol dos bairros de menor poder aquisitivo, apontando uma renda nominal de R\$ 414,16.<sup>40</sup> Seu trabalho aborda outras áreas da cidade, e enfoca os “quilombos urbanos”, mais precisamente o processo do Quilombo da Família Silva.

No capítulo 3 é feita uma retrospectiva do carnaval, sua origem e desenvolvimento histórico em Porto Alegre, fundamental para a compreensão da fundação da escola de samba Estado Maior da Restinga.

Sobre o carnaval em Porto Alegre, a obra mais abrangente em termos de recorte temporal é “Carnavais de Porto Alegre”<sup>41</sup>, que faz uma retrospectiva desde os primórdios do carnaval até a década de 90, demonstrando a ressignificação do carnaval feito pelas comunidades afro-descendentes. É nesta obra que é explicitada de maneira mais contundente a autoria do carnaval, conforme uma das autoras “pesquisar o carnaval de rua de Porto Alegre é fundamental para a compreensão da cultura de segmentos da população negra da cidade”.<sup>42</sup> Faz uma análise ampla, das transformações pelas quais esta manifestação passou da antiguidade até os dias atuais, aborda as origens do samba, o Entrudo, as sociedades carnavalescas, a intervenção estatal, o carnaval de rua, o carnaval espetáculo, bem como o interior de uma agremiação carnavalesca, onde dá pistas sobre identidade e laços comunitários.<sup>43</sup>

A discussão a cerca da “negritude” do carnaval é bem explorada pela autora Cristiana Tramonte, em seu livro “O samba conquista passagem”<sup>44</sup>, ela evidencia o quanto é essencial para os carnavalescos a “identidade afro”, segundo a mesma: “o principal aspecto da ação

---

<sup>40</sup> SOMMER, Michelle Farias. **Territorialidade Negra Urbana**: a morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo a herança histórica comum. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

<sup>41</sup> KRAWCZYK, C; POSSAMAI, Zita; GERMANO, Iris. **Carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

<sup>42</sup> SILVA, Josiane Abrunhosa da. Descobrimo o universo carnavalesco.. In: KRAWCZYK, Flávio; POSSAMAI, Zita; GERMANO, Iris. **Carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 68.

<sup>43</sup> Vale destacar os trabalhos pioneiros de Josiane Abrunhosa (1993) sobre a escola de samba Bambas da Orgia e o de Liliane Guterres (1995) sobre a escola Imperadores do Samba, ambas dissertações do Programa de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>44</sup> TRAMONTE, Cristiana. **O samba conquista passagem**: as estratégias e a ação educativa das escolas de samba. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

cultural das escolas de samba é a valorização da raiz afro-brasileira”.<sup>45</sup> O funcionamento e a lógica das agremiações carnavalescas, bem como a sua evolução, é debatida em “Carnaval brasileiro: o vivido e o mito”, de Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>46</sup>. Considerando válidas as abordagens de outros autores, como Da Matta e Sebe,<sup>47</sup> a abordagem sócio-histórica realizada por Queiroz é a que mais se aproxima dos objetivos de minha pesquisa, por sua contextualização histórica e a desconstituição do “mito” carnavalesco, que, na abordagem da cultura popular, é extremamente sedutor.

A trajetória da Estado Maior da Restinga vai sendo então traçada, nesta perspectiva, problematizando, questionando os relatos dos carnavalescos, num diálogo com outras fontes, sejam elas livros consagrados, trabalhos acadêmicos e reportagens de jornais. É neste capítulo que as fontes diversificam-se. Entram em cena os depoimentos e as matérias jornalísticas, e as imagens, pois daí por diante inexistem registros sobre esta história singular.

Em relação às matérias jornalísticas que foram utilizadas no terceiro capítulo, elas foram realizadas pela Zero Hora, que, ao menos no período carnavalesco estudado (1979-primeiro desfile da Estado Maior da Restinga - a 2002) deu ampla cobertura ao carnaval, conforme atesta artigo de Iosvaldyr Carvalho Bittencourt<sup>48</sup> sobre a imprensa e o carnaval:

[...] o carnaval de Porto Alegre (no Correio do Povo) era editado na contra-capas, ou em suas páginas internas, misturadas as notícias sobre polícia, educação, seção infantil. O carnaval não possuía identidade na imprensa conservadora e era tratado como uma festa pobre, decadente e melancólica [...]. Em contrapartida, destacava-se o carnaval carioca na primeira página, considerando-o a maior festa popular do planeta [...]. Será a Zero Hora que irá elevar o carnaval de Porto Alegre, cria editoria própria, suplemento especial [...] equipes móveis para visitar as quadras das escolas de samba [...].

Logo, em função do tempo limitado desta pesquisa, limitei as fontes jornalísticas às edições da Zero Hora, que é um veículo de ampla circulação na cidade e importante canal de comunicação e visibilidade. Constatei, no que se refere ao carnaval, uma cobertura que compreende os vários tempos carnavalescos. Outro aspecto interessante das matérias acessadas, foi a atenção dada aos “anônimos” do carnaval, com entrevistas e imagens que

<sup>45</sup> TRAMONTE, 2001, p. 138.

<sup>46</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval Brasileiro o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

<sup>47</sup> DA MATTA. **Carnavais, malandros e heróis, para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; SEBE, José Carlos. **Carnaval, carnavais**. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>48</sup> BITENCOURT Jr., Iosvaldyr C. A imprensa no carnaval. In: KRAWCZYK, Flávio; POSSAMAI, Zita; GERMANO, Iris. **Carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 64..

retratam pessoas ligadas a festa sem maiores responsabilidades- cargos ou funções, com as entidades.<sup>49</sup>

Fazendo um comparativo com outras agremiações, é nítida a referência neste meio de comunicação da Estado Maior da Restinga com a sua comunidade. São vários os títulos de matérias onde “Tinga teu povo te ama”, “A força da comunidade”, “Vitória do povo”, “Tinga, teu povo é bi”, “Orgulho de ser Tinga”, “Restinga em estado de graça” reforçam a idéia de que esta entidade representa a comunidade, contribuindo para uma nova visibilidade do bairro.

A aproximação do vínculo testemunhal ou vivencial, da reconstrução cotidiana do passado, da captação das relevâncias em determinados períodos é possível, se utilizarmos para com esta fonte (jornal) uma metodologia adequada. Sabendo-se que noticiar é mais que mostrar, que nenhuma narrativa pode ser meramente factual, que o jornal é tão ideológico quanto outras fontes, utilizei um método que levasse em consideração estas questões elencadas.

Resumidamente, consiste em: observar no jornal, a materialidade, a função social (que público, como acessa), a relação com a publicidade, a localização da matéria - o espaço ocupado pela notícia informa muito da intencionalidade dos agentes responsáveis por sua publicação, a seqüência, que idéias defendem, o que apontam para o futuro?<sup>50</sup>

Com este instrumental, há que se indagar. Porque o carnaval tem suplemento especial, e não é encartado junto ao caderno de cultura? Por que este veículo só noticia o carnaval em seu período oficial, supondo-se que a maioria das entidades carnavalescas mantêm atividades ao longo do ano? Em toda a discussão sobre a Pista de Eventos - que é um equipamento cultural por excelência, as matérias apareciam junto a seção de informações metropolitanas “Pelo Rio Grande”. Localizada, aliás, antes da página policial? Menciono estes questionamentos para ilustrar quanto é possível explorar uma fonte jornalística, além disto, o conteúdo das matérias dispõe de elementos reveladores do que e como é notícia.

Algumas imagens serão apresentadas, inseridas nos depoimentos, como parte dos acervos pessoais dos entrevistados, e outras pertencentes aos jornais.<sup>51</sup>

<sup>49</sup> A pesquisa realizada, de 1979, ano do primeiro desfile da EMR, até 2006, confirmou a ampla cobertura jornalística da Zero Hora, incluindo também a Rádio Gaúcha. (ver anexos e capítulo 3).

<sup>50</sup> LUCA, Tânia Regina de. A história por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

<sup>51</sup> Tendo-se como foco a fotografia, é indispensável citar aqui o trabalho organizado pela fotógrafa Irene Santos, o **Negro em preto e branco- memória fotográfica de negros em Porto Alegre**, como o precursor desta modalidade. Sua obra alia imagens fotográficas a depoimentos de cidadãos afrodescendentes residentes em Porto Alegre, que notabilizaram-se em sua atuação profissional, política e artística. Além disso, contou com a colaboração de instituições e pessoas que disponibilizaram um amplo acervo de fotos que retratam diversas formas de sociabilidades negra em Porto Alegre, incluindo, obviamente, o carnaval

Sobre a imagem como fonte, existem vários teóricos que se debruçam sobre este assunto, assinalando a onipresença de imagens que retratam o cotidiano e as facetas do tempo, a nossa dependência das imagens (cria, reflete, aponta tendências) aponta e sendo a fotografia, uma modalidade dela.<sup>52</sup>

O uso da fotografia como fonte histórica tem sido objeto de uma discussão mais profunda e acadêmica desde a década de 80 do século passado. Sendo o status da foto como fonte histórica, documental, controverso, ao longo de toda a sua própria história técnica. A questão de sua legitimidade, objetividade e pertinência tem se arrolado até os dias de hoje. No entanto é incontestável o seu testemunho material (exclui-se daí o testemunho flexível do período pós-fotográfico, da era virtual, onde a imagem pode ser criada literalmente, integralmente)<sup>53</sup> mesmo que fragmentário, parcial.

Da mesma forma que outras fontes, como o texto escrito, que possui vários métodos de análise, é a fotografia um objeto de estudo passível de uma ampla gama de interpretações, ou seja, a imagem está reivindicando seu próprio modo de análise. Neste sentido há que se criar metodologias, e não receitas prontas, que respondam às questões postas pelos historiadores. Tendo-se claro, os limites também desta fonte que provavelmente seja mais indiciária que definitiva. Mas, existe algo definitivo em história?

Uma questão extremamente pertinente nesta abordagem é o estudo do contexto da produção, da circulação e do consumo destas imagens. Desta forma, os agentes sociais inseridos no processo serão categorizados, contextualizados.

Boris Kossoy, em sua obra *Fotografia e História*, refere que para o ato fotográfico é formada a tríade: fotógrafo, assunto e técnica. Resumidamente, o autor alerta para a necessidade de desdobrar todos os elementos envolvidos no processo de criação da imagem fotográfica. Ou seja, este profissional (ou não), o agente do “disparo” estava imbuído de qual intenção? Quais aspectos considerou? Quais desprezou? Por quê? Que tipo de imagem produziu? Sob encomenda de quem ou de qual instituição? O assunto/tema foi selecionado por quais razões? Quais as técnicas disponíveis naquela época? Qual foi a utilizada? Por quê?

As respostas a estas questões, aliadas às análises das descrições icônicas e formais da fotografia, podem revelar muito sobre o objeto de estudo, processam a composição de uma intertextualidade. Pois:

---

<sup>52</sup> PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; ZANIRATO, Silvia Helena (Orgs) **As dimensões da imagem: interfaces metodológicas**. Maringá: EDUEM, 2005.

<sup>53</sup> SANTAELLA, Lúcia. Os três paradigmas da imagem. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec/CNPQ, 1998, p. 295.

Na qualidade de texto, que pressupõe competências para sua produção e leitura, a fotografia deve ser concebida como uma mensagem que se organiza a partir de dois segmentos: expressão e conteúdo. O primeiro envolve escolhas técnicas e estéticas, tais como enquadramento, iluminação, definição de imagem, contraste, cor etc. Já o segundo é determinado pelo conjunto de pessoas, objetos, lugares e vivências que compõem a fotografia. Ambos os segmentos se correspondem no processo contínuo de produção de sentido na fotografia, sendo possível separá-los para fins de análise, mas compreendê-los apenas como um todo integrado.<sup>54</sup>

Em relação às entrevistas realizadas, das mesmas foram selecionados trechos, passagens onde se buscou compreender a entidade carnavalesca no carnaval de Porto Alegre, bem como na vida destas pessoas, que inegavelmente se referem à entidade com um grande envolvimento, compromisso e identificação. O uso da história oral foi imprescindível na medida em que, ativando e construindo suas memórias, as pessoas entrevistadas se tornam co-autores da narrativa, complementando, e muitas vezes inaugurando, enfoques inéditos em relação ao papel da Estado Maior na construção da identidade da Restinga. Ao evocar estes processos, ativamos as sensibilidades que:

[...] são formas de apreensão e de conhecimento do mundo que estão para além do conhecimento científico, que não brotam do racional ou das construções mentais mais elaboradas [...] porém ao mesmo tempo, as sensibilidades correspondem às manifestações do pensamento ou do espírito, pelas quais aquela relação original é organizada, interpretada e traduzida em termos mais estáveis e contínuos. Ou, em outras palavras, esse seria o momento da percepção, em que os dados da impressão sensorial seriam ordenados e postos em relação com outras experiências e lembranças do “arquivo da memória” que cada um traz consigo.<sup>55</sup>

A história oral apresentou-se como alternativa para suprir a necessidade de enraizamento, do vínculo com o passado para a construção de uma identidade. É instrumento de resgate, principalmente quando se trata de uma história negada, sem registro, coincidentemente, a que se refere às classes subalternas. Para este trabalho, em especial, a história oral foi o diferencial do que foi elencado até então, pois as informações colhidas foram inéditas e produzidas pelos protagonistas do carnaval, os integrantes da Estado Maior da Restinga.<sup>56</sup>

A metodologia utilizada foi de entrevistas semi-estruturadas, basicamente questões abertas que procuravam despertar elementos que fossem capazes de abordar o envolvimento do entrevistado com a escola de samba, e suas vivências no carnaval deixando espaço para

<sup>54</sup> MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história-possibilidades de análise. In: ALVES, Nilda; CIAVATTA, Maria. **A leitura de imagens na pesquisa social**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 25.

<sup>55</sup> PESAVENTO, Sandra J; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais**. Percurso em história cultural.. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008, p. 14-5.

<sup>56</sup> A íntegra das entrevistas estarão arquivadas no Centro de Pesquisa em História Oral da PUCRS.

inferências e a busca de lembranças significativas referentes ao tema. Na maioria das vezes, as entrevistas ocorreram na residência dos entrevistados.

O terceiro capítulo ainda aborda a mobilização da comunidade da Restinga através do Comitê Pró Pista de Eventos na Restinga, em 2002, como uma articulação que tenta reterritorializar o carnaval, do centro para a periferia. Que o colocasse junto a uma parte de seus promotores, tal qual dizia o seu material de propaganda: “Restinga, coração da cultura popular”.

## 2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS

A cidade de Porto Alegre está inserida numa complexa rede de relações econômicas e culturais que têm suas origens na história recente de ocupação deste território. Antes de tudo, é necessário discorrer sobre o fenômeno cidade, desde os seus primórdios, para compreendermos que alguns fenômenos são típicos, na constituição da cidade, de uma maneira geral, em qualquer época ou lugar.

Ou seja, a cidade, a escrita, o estado estão intimamente relacionados, foram elementos somados e relacionados, como trabalho coletivo - em obras e atividades primárias, necessidade de comunicação ampla, proteção militar, obras estruturais e manutenção das castas governantes que, a grosso modo, justificaram a vida em cidades. Em pesquisa realizada sobre a formação das cidades vimos que:

Logo percebemos que no seu nascedouro a cidade e o estado eram segregacionistas. A cidade vai tornando-se o centro de poder deste estado que se fortalece, através de guerras, escravização (e outras variantes do trabalho compulsório) e do aumento do controle das terras, tendendo para uma crescente privatização [...] a desigualdade social torna-se visível nas cidades, onde o trabalho intelectual, a educação, cultura, são privilégio de poucos e a exclusão política uma regra para a maioria.<sup>57</sup>

No Brasil, não foi diferente. Como entreposto comercial surgiram as primeiras cidades, vinculadas a atividades de defesa do território, comerciais e ou produtivas, voltando-se prioritariamente ao comércio externo de produtos primários, e, minoritariamente ao mercado interno.

No período colonial, imperial e, até a República Velha, a cidade era a extensão da Casa Grande, no sentido de suas relações sociais, econômicas e políticas. O meio agrário definia os rumos das cidades, afinal ele sustentava-a.

“Com o advento da república no país e no estabelecimento do federalismo, Porto Alegre torna-se o reduto mais importante das forças coercitivas e de cooptação que sustentavam a hegemonia do Partido Republicano Riograndense”.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> SANTOS, Tavama Nunes. **Planejamento urbano e participação popular**. Monografia para Curso de Especialização em gestão Pública - UERGS, 2003, p. 9.

<sup>58</sup> BAKOS, 1996, p. 22.

Funda-se a tradição positivista, que coloca o estado como regulador e provedor do desenvolvimento. Logo a regulação era um princípio não só administrativo como também político. O controle era necessário. Foi assim a influência de governantes como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas e Flores da Cunha. O lema “progredir conservando” foi seguido pelos sucessivos governantes. Há que se considerar o aumento do movimento operário, a greve geral de 1917, e também um contexto internacional de ampliação do movimento socialista.

Nos primeiros trinta anos do século XX uma grande efervescência (revolução russa, greve geral de 1917, tenentismo, semana de arte moderna, fundação do PCB) estes movimentos contaminaram certos grupos com ideais diferenciados, do governo vigente. Após a revolução de 30, com Getúlio Vargas gozando de respaldo político sendo presidente gaúcho, sucedem-se períodos de intervencionismo, aliado as estatizações de serviços públicos e ampliação da regulação.

A partir da década de 1930, um conjunto de fatores mudou o cenário de disputas regionais oligárquicas imposto pela República Velha. A crise de 29 - que obrigou o estado a rever o seu papel na economia, o desenvolvimento de uma idéia e projeto de nação, a expansão da industrialização - que promoveu invariavelmente a urbanização, foram fenômenos, que não isolados, mas concatenados com uma conjuntura interna e internacional vieram a suplantam a supremacia do campo sobre a cidade.

Em Porto Alegre, houve uma experiência ímpar na história política da república: o mesmo partido, o PRR (Partido Republicano Riograndense) administra a cidade durante quarenta anos, com apenas três Intendentes. Ímpar, pois se compararmos a outras capitais do Brasil e outros municípios gaúchos, observaremos uma alternância de poder. Seja nas pessoas, seja nos partidos. O que não ocorreu. Este fato comprova a importância da capital para o PRR, que a considerava a “sala de visitas” do Rio Grande do Sul. As maiores lideranças públicas do Rio Grande do Sul do PRR, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros articulavam apoio político aos intendentes que tinham afinidades políticas e lealdade a sua doutrina (positivista).

Para isso era fundamental a escolha do administrador da cidade. Embora parecesse assegurar autonomia municipal, a Constituição de 1891, que criou as intendenções fornecia meios para que o governo do estado pudesse controlar os municípios. Júlio de Castilhos indica como intendente José Montauray de Aguiar Leitão, eleito por votos a cabresto sob disfarce de eleição democrática.<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> RBS/RS. **Revista Ilustrada de Porto Alegre**. Porto Alegre: Edições RBS, 1997, p. 115.

O PRR seguia a linha positivista, cuja centralidade colocava o Estado como regulador e provedor de desenvolvimento, através do controle social, mediando conflitos de classes, mas ampliando o atendimento educacional para as camadas populares, numa perspectiva de qualificação de mão-de-obra e condicionamento político. Logo, seria preciso intervir, regular e controlar o uso do espaço. No período de 1897 a 1937, Porto Alegre foi governada por três intendentess: José de Aguiar Montauray, Otávio Rocha e Alberto Bins<sup>60</sup>.

Entre os pontos mais importantes, pode-se apontar que os três governantes administraram em concordância com a máxima republicana de, através da ordem, atingir o progresso, procurando minimizar os conflitos sociais. Para tal, enfrentaram resistências seja pela cooptação através de vantagens, ou pela repressão, para a qual contavam especialmente com os serviços da Guarda Municipal e dos Vice-Intendentes, cujas principais atribuições tinham um caráter eminentemente policialesco.

Porto Alegre desenvolveu-se às custas de um crescente endividamento, seus projetos e atribuições não acompanham sua arrecadação. Embora a sua economia crescesse e sua importância política fosse cada vez maior, isto não se converte em investimentos públicos sustentáveis. As isenções para atrair investimentos são cada vez maiores, bem como, no sentido de alargar ou manter bases de apoio nas camadas populares, doações de cunho assistenciais também são feitas aumentando o seu endividamento.

As eleições ocorriam, com a provável reeleição dos situacionistas, chegou-se ao ponto de ter havido pleitos sem concorrência. As denúncias de fraudes ou falhas no sistema foram registradas. O próprio PRR sofre com suas disputas internas.

Em 1932, fundou-se uma dissidência, onde agregou-se o intendente na época, Alberto Bins e o próprio interventor do estado, Flores da Cunha. As divergências com o governo Getúlio Vargas chegaram a um elevado impasse, quando Flores da Cunha fugiu em 1935 e Alberto Bins, com a instauração do Estado Novo, afastou-se da cena política.

Mesmo com a mudança dos seus governantes, tanto a cidade quanto o estado seguem a mesma linha de desenvolvimento, mas com a tensão permanente de atender aos interesses das oligarquias e a promoção da industrialização, sem contudo descuidar do controle social.

A partir dos anos 30 Porto Alegre passa a viver um crescimento demográfico acelerado. O êxodo rural intensifica-se e a origem destas questões remontam-se a época da abolição, conforme Rolnick<sup>61</sup>:

---

<sup>60</sup> BAKOS, 1996, p. 186.

<sup>61</sup> ROLNICK, 1995, p. 48.

Este movimento de segregação vai ser tremendamente impulsionado pela disseminação do trabalho assalariado. Se na relação mestre/aprendiz ou senhor/escravo a convivência é um elemento essencial, na relação patrão/empregado esta é definida pelo salário. Com ele, o trabalhador paga seu sustento, seu teto, sua comida. Esta é a condição para que seu espaço se separe fisicamente do território do patrão. Isto se dá porque se rompe o vínculo e porque cada qual comprará no mercado imobiliário a localização que for possível com a quantidade de moeda que possuir. Em algumas cidades brasileiras a crise da escravidão e a expansão do trabalho livre - isto é final do século XIX - vão marcar este impulso segregador.

Este fenômeno vem acompanhado e diretamente relacionado com a incipiente, mas forte e irreversível industrialização do país, e com as concepções higienistas em vigor. A cidade, a partir da fábrica é agora mais um pólo de atração, pela oportunidade de empregos, pela promessa de mobilidade social. O campo vivenciava uma crescente mecanização das lavouras, bem como a concentração de terras impulsionou a saída em massa de trabalhadores rurais. Esta grande massa de despossuídos vieram engrossar as favelas e formar os bairros periféricos das cidades brasileiras. Em especial, aos afrodescendentes restou, face a não absorção pela indústria, pela falta de capacitação, pelo preconceito racial, a elaboração de estratégias de sobrevivência com trabalhos informais, ou subempregos a fim de proverem a sua própria subsistência e de sua família.

Estas questões podem explicar as relações de trabalho e suas implicações no que se referem a moradia, mas para termos uma idéia mais abrangente é necessário que possamos resgatar alguns pontos da conjuntura da época, quais sejam: a ideologia dos governantes de Porto Alegre, sintonizados com o nacional desenvolvimentismo (promovendo obras públicas, estruturais, sem no entanto absorver toda a demanda de mão-de-obra), e a dinamização da economia gaúcha, provocada pela imigração alemã e italiana), o contexto do pós- guerra, que apresenta novas tecnologias e produtos que atraem investimentos industriais. Estes elementos combinados fizeram de Porto Alegre um centro de atração para empregos. Milhares de pessoas migraram para cá expulsas do campo, pela crescente mecanização das lavouras e concentração de terras.

O desenvolvimento industrial em Porto Alegre não se deveu, entretanto, somente a existência de um mercado consumidor relativamente amplo. Veio juntar-se a ele o estrangulamento da importação de produtos manufaturados durante as duas guerras mundiais, que forçaram a aceitação inicial do produto nacional e proporcionaram-lhe assim, tempo para se firmar no conceito da população e, *ipso facto*, no mercado. Observou-se em Porto Alegre, a mesma tendência a industrialização então verificada em todo o país. No desenvolvimento posterior, ficou muito claro que o ritmo de implantação e crescimento do setor industrial foi uma função direta de seu mercado. Porto Alegre sobrepôs-se às demais cidades rio-grandenses, pelo tamanho e vigor de seu *hinterland* [...].

Ao surto industrial, associou-se um significativo incremento populacional na cidade de Porto Alegre, confirmando os pressupostos da lei geral do crescimento urbano, de que aos acréscimos de função, correspondem acréscimos de população.<sup>62</sup>

No entanto a absorção da mão de obra não atingia a todos os migrantes, obrigando-os a viver em sub-habitações e a cair na marginalidade. À olhos vistos, a cidade crescia, realmente, mas não legalmente. Os moradores de zonas que não eram regularizadas, segundo a Prefeitura, não possuíam direito de reivindicar melhorias, pois o lote, ou a construção não lhe pertencia, não havia documentação. Cortiços, becos, travessas, porões alugados, em regiões que possuíam potencial de valorização imobiliária, passaram a ser alvos do governo. As populações excluídas que ali habitavam deveriam ser “removidas”. A idéia era antiga: higienizar a cidade, saneá-la.

A cidade estava em contradição com a sua burguesia ascendente, que já não admitia as péssimas condições dos centros urbanos. Almejava contornos modernos no espaço social e mais participação política, além disso, era temerária em relação as manifestações do proletariado. Logo, os governos, que identificavam-se com estas preocupações trataram de disciplinar o uso do solo, onde “cada um tem o seu lugar”.

Estas autoridades assumem o protagonismo das intervenções, como é um período republicano, as ações devem ter um caráter legal justificadas na manutenção da ordem e do progresso.

A política adotada consistia em afastar camadas populares do centro da cidade, normatizando e fiscalizando estabelecimentos, impedindo assim locais insalubres e/ou subversivos de agregar ainda mais essa grande massa de “desclassificados”, que só aumentava.

Apoiavam-se, estas medidas nas concepções científicas da época, onde a grosso modo, a sociedade era compreendida como um grande corpo onde a parte doente - os cortiços - deveria ser extirpada. Para assim, os bons fluidos pudessem penetrar no tecido social sem obstáculos. As estratégias sanitaristas pretendem a “desodorização” do espaço urbano, que iniciam de forma pontual e gradualmente se estendem como forma permanente de política pública dos principais centros urbanos brasileiros:

A preocupação inicial com as condições da habitabilidade do trabalhador urbano parte do higienistas sociais, ligados aos poderes públicos. Ocupam-se com a medicalização da cidade, com a desinfecção dos lugares públicos, com a limpeza dos terrenos baldios, com a drenagem dos pântanos, com o alinhamento das ruas,

---

<sup>62</sup> SOUZA; MULLER, 2007, p. 76.

com a arborização de praças. E alarmam-se com surtos epidêmicos, que dos bairros pobres alastram-se pela cidade, ameaçando invadir casas elegantes dos recentes bairros ricos; com a ausência de esgotos e instalações sanitárias privativas; com a exalação de odores fétidos e miasmáticos gerados pela aglomeração perniciososa da população em cubículos estreitos.<sup>63</sup>

Campanhas de saneamento, alargamento de avenidas, desapropriações, destruição de cortiços, várias foram as iniciativas implementadas. Estas medidas tinham o caráter também de educação moral. Pois, entendia-se que as condições em que as populações pobres viviam eram de responsabilidade delas mesmas, e não possuindo o caráter empreendedor e ordeiro, contribuíaam eles mesmos para a degeneração moral sua e dos demais. Os ambientes insalubres então eram inspiradores de atitudes violentas, promíscuas e desordeiras.

Não se analisava as condições de subemprego, da destituição da posse de terras, do racismo de estado, do desmembramento das famílias como a causa desta exclusão. E sim, a predisposição quase que natural desta gente para a indisciplina, o desregramento. O seu amontoamento a impedia de prosperar. Logo, ao poder público competia a função de higienização - uma limpeza - poderia trazer a dignidade a estas comunidades.

Nos pólos industriais do país, as vilas operárias foram uma estratégia do empresariado em consonância com os interesses do estado: disciplinar o tempo livre do operário, absorvendo a totalidade de seu salário e alimentando a dependência da empresa. Vilas inteiras foram construídas na tentativa de domesticar este operariado que estava em processo de politização. O aluguel das casas, a alimentação, a creche e escola dos filhos, o clube, tudo era atrelado à fábrica. Longe da cidade, dos centros de participação política.

Já, na capital do estado, o processo foi um pouco diferente. As intervenções urbanas tiveram mais impulso em função de seus sucessivos governantes que se alinhavam ao positivismo e ao nacional desenvolvimentismo. Foi uma intervenção precoce. Sendo que Porto Alegre foi a primeira capital a ter um Plano Diretor propriamente dito (1959). Até então, os planos diretores previam os acessos viários, eram precárias ou nulas suas indicações no que diz respeito ao saneamento, áreas de lazer, etc..

O endividamento da cidade partiu deste entendimento, que cabia ao poder público a sua estruturação, a condução do seu crescimento, municipalizando serviços básicos. Preparando a cidade para o desenvolvimento do capitalismo. Antes mesmo das discussões de planos diretores, Porto Alegre já possuía planos setoriais, de arborização, transportes, abastecimento, educação. Na verdade, o nacional desenvolvimentismo é absorvido pelos

---

<sup>63</sup> RAGO, Margarete. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 163.

administradores, como uma continuidade da tradição positivista, de intervencionismo da prefeitura.

O crescimento demográfico da capital, aliado aos seus limites orçamentários, obrigou o governo estadual, através do Plano de Saneamento do Rio Grande do Sul a absorver as demandas municipais. Nesta perspectiva cabia ao município o estudo da projeção de crescimento populacional. Segundo D'Avila<sup>64</sup>:

A partir da década de 50, a concentração demográfica nas cidades passou a ser expressiva [...] e Porto Alegre cresceu entre os anos 50 e 60, mais de 60%! Como decorrência os planos foram ampliando os seus objetivos e diversificando sua base instrumental: além das preocupações com saneamento, vias e circulação, passaram a incluir o uso e a ocupação do solo, distribuição dos equipamentos e as condições de trabalho, de moradia e de vida da população.

A necessidade de se incorporar novos dados nas pesquisas, ampliou o corpo técnico das equipes dos que estavam envolvidos em realizar os tais levantamentos. No entanto, a concepção autoritária, deixou de fora a cidade real (periférica), sua insuficiência residiu justamente em não abranger a totalidade da cidade.

Este Plano Diretor de 1959, elaborado por Edvaldo Ruy Pereira Paiva, contudo inovou em alguns aspectos, utilizando inclusive os estudos do Anteprojeto de Planificação de Porto Alegre (1951), bem como várias diretrizes do Plano Geral de Melhoramentos, de 1914, quando normatiza instrumentos de índices urbanísticos, zoneamentos e padrões.

Era preciso construir uma alternativa, para os pobres marginalizados da sociedade, mas bem longe dali (da área central).

Porém as pessoas não paravam de chegar, e até então a repressão pura e simples já não bastava. A máxima “a questão social é caso de polícia” não podia ser tão automaticamente aplicada, Com o advento da Revolução de 30 a questão social foi elevada à questão política, e para tanto, criaram-se vários mecanismos de amortização dos conflitos de classe. Construção de vilas operárias, financiamentos imobiliários, e também as remoções para áreas onde a especulação imobiliária não havia chegado, tamanha a escassez de recursos estruturais e sociais. Conforme D'Avila<sup>65</sup>:

---

<sup>64</sup> D'AVILA, 2000, p. 31.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 11.

Os pobres e os trabalhadores de baixa renda são levados para os bairros mais afastados, ficando nítida a associação entre pobreza e insalubridade. O plano de expansão, no princípio do século XX irá configurar um novo tipo de paisagem urbana, o subúrbio, expressão territorial da fissura da cidade moderna entre o centro e a periferia.

No entanto, estas medidas, de todo não afastaram a totalidade de excluídos da região central da cidade, eles continuaram lá: mendigos, prostitutas, biscateiros, meninos de rua, engraxates, pedintes, pipoqueiros, ambulantes, pois é de lá que estas pessoas tiravam o seu sustento.

Neste contexto, os territórios negros eram os mais visados. Dentro das áreas centrais ou próximas delas, subsistiam, ou resistiam, grupos afrodescendentes que habitavam moradias precárias, mas sobretudo com mobilidade para os locais de onde em inúmeras tarefas, sobreviviam. Os cortiços eram mal vistos:

A imagem de marginalidade é também identificada como própria de habitação coletiva: a intensidade de uma vida em grupo não familiar e a densidade dos contatos no dia-a-dia do cortiço contrastam com a organização social da casa burguesa (familiar, isolada, internamente dividida em cômodos com funções e habitantes segregados). Finalmente, a marginalidade é associada a um conjunto de gestos, um jeito de corpo. Se, para a comunidade negra, a linguagem corpo é o elemento de ligação e sustentação do código coletivo que institui a comunidade, para a classe dominante branca e cristã, a frequência com que se dança, umbiga, requebra e abraça publicamente desafia padrões morais. A presença dos terreiros e práticas religiosas africanas complementa o estigma: candomblé (bataque) é marginal porque é crendice, é religião primitiva, que afronta a religião oficial.<sup>66</sup>

A proliferação de “malocas” na cidade é visível”, as vilas marginais começam a surgir no final da década de 40. Em seis anos- de 1951 a 1957 - o número de pessoas faveladas na capital salta de 16 mil para 40 mil, um aumento de 144%”.<sup>67</sup>

O inchaço populacional em Porto Alegre, não foi fenômeno somente de migrações de excluídos, mas de toda uma conjuntura que atraía vários outros segmentos sociais para a área mais promissora do estado.

A economia interna e de sua região metropolitana é dinamizada:

---

<sup>66</sup> ROLNICK 2007, p. 81.

<sup>67</sup> RBS/RS. **Revista Ilustrada de Porto Alegre**. Porto Alegre: Edições RBS, 1997, p. 157.

Porto Alegre manteve-se na hegemonia industrial do estado. Mais do que isto: a zona industrial do Rio Grande do Sul se estabelece numa faixa em direção ao norte que tem Caxias numa extremidade e Porto Alegre na outra, funcionando como elos em cadeia. São Leopoldo e Novo Hamburgo. A indústria de Porto Alegre extravaza os limites da cidade e transforma municípios vizinhos (Guaíba, Canoas, Esteio e Sapucaia) em subúrbios industriais, em relação aos quais há perfeita continuidade urbana, permitindo-nos falar em “Grande Porto Alegre”.<sup>68</sup>

A absorção dos migrantes, como já foi dita, não foi total. E, quem sobrava, mais excluído ficava. O crescimento populacional e a ocupação do solo urbano desregrada, pressionava o poder público a uma tomada de posição, exigindo medidas que contemplassem a falta de um planejamento urbano efetivo.

Das áreas rurais de maiores problemas partiram correntes migratórias dos menos aquinhoados ou dos mais dinâmicos, que demandavam, por um lado, os centros urbanos, com estágios nos menores e mais próximos e ponto final nos maiores, em especial na capital. Aí forneciam a mão-de-obra menos qualificada ou subempregada, concentrando-se, via de regra, em vilas de sub-habitação ou mesmo em sub-habitações disseminadas nas “frestas” das áreas residenciais legalmente constituídas [...]. A cidade de Porto Alegre, que aumentava em população nas décadas de 1940/1950 de 263.000 para 380.000 habitantes e nas de 1950/1960 para 626.000 (sendo que a população rural, e mesmo em 1960 não ultrapassava os 15.000 habitantes). Nas décadas de 1960/1970 o ritmo de crescimento foi menor, mas alcançou 885 mil, em 1970. Nessa época, entretanto a cidade de Porto Alegre já não era um todo fechado em si.<sup>69</sup>

O centro da cidade vai entrando num processo de embranquecimento e numa intensa redefinição territorial, com as medidas que serão adotadas, paulatinamente, de transposição de parcelas significativas da população que ocupavam as regiões centrais da cidade.

É interessante contextualizar alguns dados da época, já em 1946, por exemplo, a prefeitura recebe de 25 sindicatos uma carta exigindo soluções concretas para o problema de moradia em nossa cidade. Ou seja, os excluídos, unidos, articularam-se para demandar junto ao poder público, os seus direitos. Estas ações colocam o governo na defensiva, e obriga-o a intensificar iniciativas para esta problemática. Pressionado, o governo inaugura a Comissão da Casa Popular, que é criada e extinta no ano de 1946. A Comissão no seu nascedouro, já possuía problemas estruturais, tais como: falta de materiais e de transporte; escassez de mão-de-obra especializada; falta de terrenos com infra-estrutura, pois os que estavam disponíveis não tinham equipamentos públicos como rede de saneamento ou de transportes, talvez o mais comprometedor era o financiamento, que esbarrava na renda mínima do

<sup>68</sup> SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Editora Nacional e USP, 1968.

<sup>69</sup> SOUZA; MULLER, 2007, p. 100.

trabalhador e na tipologia das casas - não era permitido o financiamento de casas de madeira.<sup>70</sup>

Como é possível perceber, esta iniciativa não trouxe ações concretas para a problemática da habitação. Em 1949, a Prefeitura cria o Serviço de Habitação Popular, pois o déficit habitacional é cada vez mais crescente, conforme o próprio governador:

Agrava-se consideravelmente em algumas cidades do estado, particularmente em Porto Alegre e Rio Grande, o problema das casas populares. Quando fosse necessário demonstrar esta afirmação, bastaria o espetáculo das malocas, a assumir proporções cada vez mais sérias nestas cidades.<sup>71</sup>

A imprensa da época noticiava com frequência a problemática habitacional, muitas vezes denunciando as ações da prefeitura, quando das remoções traumáticas. E, além disso, os debates na Câmara de Vereadores eram extremamente marcados por posições ora a favor, ora contra as remoções.

Esse extraordinário processo migratório - um dos maiores do mundo contemporâneo - foi impulsionado pelo modelo de modernização conservadora gestado no período de 1930-1950 e intensificado pelo regime ditatorial a partir de 1964. Ligada a manutenção da secular estrutura fundiária no campo (herdada do período colonial), a modernização urbana e industrial promoveu um processo de concentração de riquezas, de renda, de terras urbanas, de acesso seletivo aos equipamentos e serviços públicos, sem precedentes no país, tornando os pólos de desenvolvimento capitalista no Brasil, principalmente as capitais e as regiões metropolitanas, cenários emblemáticos de situação de desigualdade, de segregação urbana, de degradação ambiental e de escalada da violência que caracteriza o apartheid social em que está mergulhada a sociedade brasileira nesse final de século - uma das nações mais desiguais do mundo, conforme apontam os sucessivos relatórios da ONU.<sup>72</sup>

Em 1951, a prefeitura cria a Superintendência da Habitação Popular, em substituição ao Serviço. Este órgão amplia suas atribuições através de uma pesquisa, realizada por uma equipe de Assistentes Sociais, nos 41 assentamentos ilegais, a fim de mapear as possibilidades de remoção e auxílio. Não havia verba para atender a todas as solicitações, logo estipularam-se critérios, como número de membros na família, renda, etc.. Uma considerável parte dos pedidos eram de pessoas provenientes do interior do estado, que quando aqui chegavam alugavam peças, quartos, porões. E, como o preço dos aluguéis não acompanhava os escassos ganhos, estas famílias recorriam ao Serviço de Habitação da Prefeitura.

---

<sup>70</sup> D'AVILA, 2000.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>72</sup> FEDOZZI, Luciano Joel. **O poder da aldeia**. Gênese e História do Orçamento Participativo em Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000, p. 17.

Nos anos cinquenta a cidade se transforma, e um dos aspectos foi o crescimento dos núcleos irregulares que passou a estar a vista de todos. A municipalidade foi percebendo que era necessário maior atenção e investimentos para essa crescente problemática. E, para levar o processo adiante era necessário criar diretrizes mais claras, garantir maiores verbas e um maior número de funcionários.<sup>73</sup>

A partir daí, a Prefeitura implantou 13 vilas populares, onde a camada mais pobre da população passou a habitar.<sup>74</sup> No entanto, a proliferação continuou, pois apesar das condições insalubres, da desnutrição, a população favelada aumentava, bem como a taxa de natalidade dos moradores reassentados também crescia. Logo, a problemática das subabitações se auto-alimentava, no dizer dos governantes “a maloca alimenta a maloca”. As famílias aumentavam, bem como as mesmas formavam novas famílias.

Nesta época, a valorização da terra, a ampliação da ocupação do solo urbano fizeram com que alguns fenômenos se destacassem, um deles foi o desaparecimento de inúmeros espaços que formavam a identidade cultural dos porto-alegrenses e o outro é que, apesar das novas tecnologias, não houve um incremento de bem estar social em boa parcela da população.<sup>75</sup>

Neste período, a partir de 1952, a Prefeitura funda um departamento autônomo, uma autarquia, chamada Departamento Municipal da Casa Popular. Este órgão possuía uma organização mais estruturada, com setores e investimentos que potencialmente seriam capazes de dar uma resposta mais profissional à problemática do *déficit* habitacional. Compreendendo assessoria na manutenção de novos assentamentos e assistência social, este órgão estava conduzindo as aplicações das políticas públicas no que se refere a moradia popular. O entrave estava, no entanto, na estrutura da própria sociedade, apesar dos recursos vindos do governo federal, a “fábrica de desemprego” é inerente ao capitalismo dependente. E, mais o êxodo rural intensificava-se, e mais a “maloca alimentava a maloca”. Segundo D’Avila<sup>76</sup>:

O Departamento Municipal exerceu funções ligadas diretamente a essa problemática social que resultavam nas *invasões*. Uma de suas funções básicas era a construção de núcleos habitacionais para pessoas de baixa renda. Para tanto, o Departamento passou a realizar a desapropriação de grandes extensões de terras. Essas, depois de desapropriadas, foram subdivididas em lotes de 300 metros quadrados que, cabe salientar, não eram servidos de infra-estrutura básica com água e esgoto.

---

<sup>73</sup> D’AVILA, 2000, p. 32.

<sup>74</sup> Os registros indicam 6.536 imóveis destinados para famílias faveladas, totalizando 31.242 pessoas pertencentes aos extratos mais baixos da cidade.

<sup>75</sup> D’AVILA, *op. cit.*, p. 35.

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 39.

A partir dessa ação, os lotes eram vendidos a prestações de baixo custo, no entanto, a inadimplência era crescente, acarretando prejuízos aos cofres públicos. A forma de ser contemplado com um lote ou uma casa popular era o cadastramento. As pessoas necessitadas preenchiam uma ficha, entravam numa fila de espera, e, aguardavam a visita do serviço de assistência social, que iria conferir a veracidade dos dados. Como não havia um controle social destes encaminhamentos, mecanismos que garantissem um mínimo de transparência administrativa, podemos questionar os critérios utilizados para contemplar uma família e não outra.

Outra questão recorrente, que estava intimamente ligada a falta de infra estrutura eram os problemas de saúde que a população reassentada sofria, estes problemas eram frequentemente denunciados pelos meios de comunicação, e a prefeitura era, sob tensionamento político, obrigada a promover campanhas de promoção de saúde, como vacinação em massa, por exemplo.

À prefeitura interessava primeiramente o deslocamento dos pobres do centro da cidade (ou das áreas que tinham potencial de valorização imobiliária), sem priorizar a qualidade dos lotes ou das casas que iriam acolher, e sim a quantidade de famílias removidas.

No ano de 1958, já havia o cadastro de 36 vilas irregulares em Porto Alegre, aquelas “auto-geradas”. Sejam elas resultado de invasões genuinamente populares, sejam elas fruto de loteamentos clandestinos. Apesar das iniciativas do poder público, a quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade não parava de aumentar.

Era preciso conduzir o crescimento da cidade, bem como controlar o uso de seu espaço. Faltavam recursos e estudos para isto. No entanto, algumas iniciativas foram tomadas.

No ano de 1959, foi elaborado o primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, os profissionais Edvaldo Pereira Paiva e Demétrio, que inspiraram-se na Carta de Atenas, para determinar suas principais estratégias. O Plano indicava padrões de ocupação do solo, numa tentativa de regradar a ocupação do solo urbano, apontando setores e funções para os diversos zoneamentos da cidade. Além disto, contava com características avançadas para a época, conforme aponta Salengue<sup>77</sup>:

---

<sup>77</sup> SALENGUE, Laís Guimarães; MARQUES, Moacyr Moojen. Reavaliação dos Planos Diretores: o caso de Porto Alegre. In: PANIZZI, Wrana M; ROVATTI, João F. **Estudos Urbanos, Porto Alegre e seu planejamento**. Porto Alegre. Universidade UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993, p. 157. A obra reúne textos de arquitetos, sociólogos, engenheiros e geógrafos, onde são discutidas questões urbanísticas específicas de nossa cidade, como a participação popular, os impactos do planejamentos urbano, questões ambientais, escolas urbanísticas, sistemas de transporte, entre outras.

Em 1951, a metodologia do planejamento urbano ensinada no Uruguai, a mais avançada na época, é posta em prática pelos urbanistas Edvaldo Paiva Demétrio Ribeiro, na elaboração de um pré-plano de desenvolvimento da cidade, fundamentado em exaustiva pesquisa urbana. Os principais elementos pesquisados e o diagnóstico da situação são expressos no chamado Expediente Urbano que abrange desde os aspectos históricos, regional e local, até questões de caráter demográfico e econômico, evolução urbana, meio físico, condições sanitárias, serviços públicos e comunitários, uso do solo, cadastro do imobiliário e outros, inclusive a avaliação dos planos e projetos anteriores [...]. São definidas regras de zoneamento de uso do solo, de aproveitamento de percentagens de ocupação de terrenos, e da altura das edificações. Vários projetos importantes como a **reurbanização da Ilhota**, a urbanização da Praia de Belas, o Centro Administrativo do Estado, o Teatro Municipal, o Paço Municipal, terminais rodo-ferroviários fazem parte do elenco de obras previsto no plano. Nesse período, começa a acelerar-se o processo de metropolização configurado pelo crescimento progressivo da área urbanizada de Porto Alegre e cidades vizinhas, num claro fenômeno de conurbação. (grifo meu).

A Lei nº 1233/54, dispõe sobre a legalização dos loteamentos, que acarreta uma elevação drástica do valor solo urbano, provocando um incremento considerável no crescimento da periferia da cidade. Empurrados para as áreas limítrofes da cidade, os loteamentos irregulares e ou clandestinos irão ser fator fundamental para o crescimento de cidades como Canoas e Gravataí, e o surgimento de núcleos como o de Alvorada e Cachoeirinha.

Em 1959, o Plano Diretor é aprovado sob as Leis nº 2046/59 e 2047/59, com o poder de Lei, absorve as proposições dos estudos realizados a partir de 1951, no entanto, sua abrangência é limitada às áreas de maior densidade de edificações, sendo que neste período a verticalização da cidade intensifica-se consideravelmente.

A cidade oficial e a cidade real conflitam de uma forma mais explícita desde a abolição. As intervenções nas grandes cidades frente ao caos estabelecido, fez com que as autoridades fossem permissivas no sentido de expulsar os moradores pobres das áreas que estavam sendo valorizadas pelos investimentos públicos e estimular a ocupação tanto da periferia, quanto das áreas degradadas, mesmo que temporariamente, próximas aos centros urbanos.

Neste contexto de promoção de melhorias em termos de infra-estrutura para determinadas regiões, em detrimento de outras, na verdadeira explosão demográfica das grandes cidades (décadas de 40 e 50) a periferia cresceu de forma bastante intensa. Era a cidade com pólo de atração em função das oportunidades de trabalho, em especial na área da construção civil.

O nacional desenvolvimentismo é peculiar, pois considerava a cidade como meio e fim, simbolizando a modernidade, progresso e indústria, encontrando em Porto Alegre e em

sua cultura política um forte lastro, pela tradição positivista de seus governantes.<sup>78</sup>

Paralelamente a estes ajustes técnicos e de ordem legal, era necessário operar a questão, com medidas concretas, além de teóricas, faltavam recursos para o atendimento das demandas de famílias que necessitavam de residência, e que estavam em condições de sub-habitações para o poder público.

Com tantos *déficits* orçamentários, o Departamento Municipal da Casa Popular, em 1963, passa suas ações de assistência social a recém criada Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social.

A Ditadura Militar, instaurada no país a partir de 1964, amplia créditos para a habitação, no sentido de frear as mobilizações populares. Credencia as prefeituras, exigindo delas todo um novo regramento institucional a fim de habilitá-las a contrair empréstimos e verbas federais para habitação de caráter popular, embora restrita a uma pequena faixa de financiamento. O Banco Nacional da Habitação discute um novo regramento para as construções, estipulando critérios, impondo uma qualidade superior às construções.

Neste sentido, em 1965, através da Lei nº 2902, é criado o Departamento Municipal de Habitação, cujas atribuições seriam:

- a) construção de moradias, a serem financiadas a longo prazo para as pessoas de baixa renda;
- b) financiamento de material de construção para o auxílio de famílias, que tendo o terreno, não dispunham de recursos próprios para adquirir;
- c) remoção de malocas localizadas em áreas cujo valor imobiliário não correspondia à renda dos ocupantes;
- d) melhoria na infra-estrutura dos loteamentos promovidos pela prefeitura.

Contudo, o DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação), só viria a receber recursos do Banco Nacional de Habitação a partir de 1970. De 1965, a 1970, o órgão funcionou com recursos próprios, e já havia desenvolvido o programa Remover para Promover. Este lema era direcionado às ocupações próximas ao centro, como a Vila Ilhota, próxima a atual Av. Érico Veríssimo e a Vila Dona Teodora, próxima à Av. Farrapos. Estas ocupações proporcionavam aos seus moradores a proximidade de sua fonte de renda e sobrevivência. Muitos eram biscateiros, empregados da construção civil, empregadas domésticas, lavadeiras, pessoas que não tinham tido a oportunidade de se qualificarem profissionalmente.

---

<sup>78</sup> SANTOS, Tavama Nunes. **Porto Alegre, urbanização e exclusão 1940-1950**. Monografia Curso de Especialização em História do Brasil - FAPA, 2005.

Em 1973, a prefeitura conclui um estudo, citado anteriormente, intitulado “Malocas”, onde após exaustivas análises conclui:

Porto Alegre não foge ao modelo nacional de surgimento de subabitações, aqui denominadas malocas; quantifica-se o favelamento em Porto Alegre, nos últimos 21 anos, em 199.299 habitantes, 20,08% da população da capital, até 1972; permanecem marginalizados nas malocas 105.833 pessoas, ou seja, 10,67% da população da cidade; a implantação de Vilas Populares e as remoções pelo DEMHAB neutralizaram 47% do favelamento, até 1972, na cidade.<sup>79</sup>

A pesquisa realizada abordou faixa etária, escolaridade, origem (capital, interior, outros estados), profissão, número de filhos, preferência (se casa ou lote) e renda. Na cópia do instrumento de pesquisa, não consta a etnia e/ou raça. No entanto, para nosso estudo é fácil concluir que, em sua grande maioria, os “removidos” eram afro-descendentes, pois, outras fontes podem comprovar a precariedade histórica em que viviam e são submetidas as pessoas afro-descendentes. São nestes núcleos que habitavam as pessoas às quais não foram permitidas a propriedade, a escolarização, a qualificação profissional, e, compondo com a história do carnaval de rua em Porto Alegre, teremos a confirmação de seus autores.

A questão do *déficit* habitacional em Porto Alegre ocorre paralelamente a outros interesses que disputam o solo urbano. Ao mesmo tempo em que uma parcela da população carecia de moradia digna, outros setores mobilizavam-se para defender seus interesses. Partindo do princípio que o poder público não realiza apenas a mediação de interesses, mas ele mesmo, identifica-se com um projeto de cidade - capital<sup>80</sup>, o papel do Estado é fundamental. Na operação do mercado de terras, ele não é coadjuvante:

A vertente de recursos originada do Estado, nas condições históricas recentes, teve participação importante no aparelhamento da cidade brasileira. As diversas esferas administrativas do Estado (União, Unidades Federais e Municípios) utilizando-se de recursos orçamentários e endividando-se (interna e externamente), qualificaram o nosso espaço urbano, transformaram-no território dotado de sofisticados sistemas de abastecimento d'água, de energia, de comunicação, realizaram grandes reformas viárias (abertura de avenidas, construção de viadutos), introduziram novas modalidades de transporte coletivo (metrô e trens em algumas capitais), ampliaram as redes físicas dos serviços de saúde e educação, para citar alguns exemplos. Além disso sob o comando do Estado. Organizou-se um poderoso sistema público de crédito imobiliário, ancorado no (BNH) Banco Nacional de Habitação, peça-chave

<sup>79</sup> RIO GRANDE DO SUL. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Malocas**. Porto Alegre, 1973, p. 31. O estudo indica ainda o crescimento do número de indivíduos dentro do núcleo familiar, a “implosão demográfica” nos núcleos da maloca, verificando um crescimento 4,5 vezes mais que a média da população da cidade considerada. “legal”.

<sup>80</sup> Raquel Rolnick (1995), na sua obra **O que é cidade**. Coleção Primeiros Passos, Editora Brasiliense - explica os vários processos pelos quais as cidades passaram historicamente, até chegarem ao status de cidade-capital, que resumidamente se define como o espaço de promoção do capitalismo, reproduzindo formas de exploração do trabalho e tornando produto o que antes seria paisagem e relações de sociabilidades.

para o desenvolvimento do segmento habitacional da indústria da construção no país. Os investimentos e as ações operados pelo poder público no Brasil, é certo, conforme demonstraram tantas denúncias e tantos estudos, irrigaram desigual e perversamente as cidades, promovendo melhorias que favoreceram mais os cidadãos abastados do que os empobrecidos. Entretanto, e este é o ponto que se quer realçar aqui, com seus investimentos, o Estado fez muito pela valorização do espaço na cidade brasileira. Sob este quadro estrutural operaram os recursos originados dos “interesses particulares”. Entre os interesses particulares presentes no processo de valorização e de construção da cidade, um deles deve merecer especial atenção: a chamada indústria da construção ou, mais especificamente, a fração que valoriza o seu capital transformando o uso do solo, a incorporação imobiliária. Este é o segmento responsável pelo “comando econômico” da produção da parcela significativa do conjunto urbano das grandes cidades [...] **o moderno setor construtivo capitalista, orquestrado pelo incorporador imobiliário constitui-se pois, um importante demandador de solo urbano, no leilão dos lugares urbanos.**<sup>81</sup> (Grifo meu).

É num cenário de ditadura militar que a Prefeitura coloca em prática uma de suas estratégias para diminuir a discrepância entre o discurso de modernidade, e a incontornável questão urbana, operam-se então intensivamente as remoções.

A seguir, focaremos o desenvolvimento do bairro Restinga, delimitação geográfica deste trabalho. Todavia, não podíamos analisá-lo fora de todo o contexto explicado anteriormente, de uma cidade que exclui, que discrimina, que segrega espacialmente e oficialmente os seus próprios construtores.

Desalojadas de suas casas, famílias de varias localidades que estavam sendo valorizadas em termos de mercado imobiliário, foram reassentadas numa área distante 22 km do centro da cidade. Foram os pioneiros da Restinga. Expulsos do centro, formaram a periferia.

No entanto, eles retornaram, dolorosamente, face às condições do transporte coletivo, à falta de água, luz, esgoto, ao abandono. Retornaram, “ao centro”, diariamente, aos seus locais de trabalho, de estudo. Retornaram, retumbantes e majestosos, na avenida.

---

<sup>81</sup> ROVATTI, João F. A “fertilidade” da terra em Porto Alegre. In: PANIZZI, Wrana M; ROVATTI, João F. **Estudos Urbanos, Porto Alegre e seu planejamento**. Porto Alegre: Universidade. UFRGS, 1993, p. 221. Neste artigo Rovatti analisa o papel do poder público como regulador do uso do espaço e a complexidade desta tarefa, que compreende a ação de particulares, de atividades comerciais, industriais, residenciais. A ênfase é dada na relação por vezes profunda entre o interesse público e o de grandes empresas que por vezes fundem-se, numa simbiose, bem como nas discussões setoriais em relação aos índices construtivos apontados pelo Plano Diretor, inaugurando um intenso debate na época, veiculado inclusive pelos meios de comunicação impressos.

### 3 A FORMAÇÃO DA RESTINGA

#### 3.1 ASPECTOS CONJUNTURAIS

As décadas de 40 e 50 marcaram profundamente o desenvolvimento do país, a industrialização e a urbanização crescente provocaram um forte adensamento populacional nos grandes centros urbanos. E, tanto suas causas como conseqüências demandaram políticas públicas bem como ações governamentais e reações populares relacionadas a esta complexa problemática.

Alguns elementos podem ser explicativos de tal conjuntura, tais como, o já referido incremento da industrialização - no pós 30, e a política econômica desenvolvimentista que veio no sentido de apoiar a industrialização nacional. A tecnologia também chega ao campo, mecanizando as lavouras, aumentando a produtividade. No entanto, gerando um excedente de mão-de-obra, que vai migrar para o meio urbano, em busca de melhores condições de vida. O atrativo de emprego, com os direitos sociais assegurados tornou-se um objetivo a ser alcançado por uma grande parcela de migrantes, posto que a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas não se estendeu aos trabalhadores rurais. O chamado êxodo rural, o maior da história do Brasil, deu-se de forma acelerada, deixando milhões de cidadãos excluídos da posse de terra, bem como da possibilidade de tê-la em solo urbano.

No parecer de D'Ávila e Fedozzi, a realidade, no entanto não concretizou o sonho da maioria. O subemprego e a sub-habitação foram a regra para uma população que só fazia crescer. A falta de qualificação profissional bem como as novas funções que se colocavam não se enquadravam nas possibilidades imediatas desta mão-de-obra, recém chegada do campo. Logo, às mulheres restavam-lhe os serviços de empregadas domésticas, de lavadeiras, doceiras, babás, auxiliares de cozinha, etc.. Aos homens, a construção civil, assim como biscates em geral. Apesar de, neste período muitas obras públicas e privadas estarem em execução e em projeção, a grande oferta de mão-de-obra ocasionava um rebaixamento dos salários. Além do mais, é típico do sistema capitalista periférico, a formação do seu "exército de reserva", como atenuante das tensões sociais e regulador de salários. Na condição de sub-empregado, a condição de morador de sub-habitação é quase que automática. Cortiços, casebres de madeiras, ou até mesmo peças, porões, estas eram as possibilidades de habitação. Nestes locais, formaram-se as vilas marginais, próximas aos locais de trabalho, que serviam

como reprodutor da mão de obra. Neste período, o êxodo rural foi o principal responsável pelo aumento de 70% da população na cidade.

Este processo se estende até a década de 80 do século passado. Neste período, a população das cidades foi acrescida de mais de 60 milhões de pessoas. E, as áreas urbanas passaram a concentrar 2/3 da população do país.

Em continuidade ao modelo imposto, “as décadas de 60 e 70, mais especificamente a partir de 1964, o Brasil vive um momento de consolidação de uma política de dependência do capital externo”.<sup>82</sup> Que aumenta os investimentos das multinacionais, em tecnologia, em indústria, ativando o binômio investimento x endividamento. No Rio Grande do Sul, destaca-se a construção do III Pólo Petroquímico em Triunfo em 1977, que não teve um forte impacto na economia de Porto Alegre. Mas é no período anterior, a partir dos anos 60 e 70, que grandes obras estruturais saem do papel. Por exemplo, na década de 60, as hidráulicas, nos anos 70, seis dos oito Viadutos são construídos (Túnel e elevada da Conceição).<sup>83</sup> Também a “Cortina de Proteção - nome técnico do Muro da Mauá foi construído entre 1971 e 1974, no período da gestão de Telmo Thompson Flores, assim como a retificação do Arroio Dilúvio. Obras estas que resolveram em grande medida os inúmeros alagamentos das áreas mais baixas próximas ao Guaíba, bem como as próximas ao Arroio Dilúvio.

[...] a prefeitura e o DNOS realizaram a retificação do Arroio Dilúvio. Em vez de seguir pela João Alfredo em direção a Ponte de Pedra, ele seguiria diretamente para o Guaíba, o que significou o fim dos alagamentos das regiões próximas, especialmente a ILHOTA. O aterro diante da Praia de Belas permitiu que sobre ele se construíssem prédios como o Colégio Parobé, o Centro Administrativo, a Câmara Municipal, o Estádio Beira Rio e o Parque Marinha do Brasil [...].<sup>84</sup>

O centro deixa de ser palco de sociabilidades, a exemplo da Rua da Praia, que ao invés de bares e cinemas, abrigará bancos:

Percebe-se que os espaços públicos de sociabilidade são cada vez menos estimulados. A população de baixa renda que vivencia um período de rebaixamento de seu poder aquisitivo, também é atingida diretamente no que tange aos seus aspectos de sociabilidade. Atividades como os carnavais de rua nos bairros e no centro, quermesses dos fins de semana vão sendo cada vez mais desestimulados.<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> D’AVILA, 2000, p. 67.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 64-6.

<sup>84</sup> GUIMARÃES, Rafael. **A enchente de 41**. Porto Alegre: Libretos, 2009, p. 89.

<sup>85</sup> D’AVILA, *op. cit.*, p. 68.

Várias foram as mudanças na paisagem: a verticalização crescente, o alargamento de ruas, a construção de equipamentos públicos nas regiões mais privilegiadas, em fim, a estruturação, com obras de saneamento, iluminação, e oferta de serviços variados, onde a relação com os municípios vizinhos passou a ser mais próxima e complementar. Já indicando um processo de metropolização em consolidação.

O período foi marcado por um grande crescimento da população urbana e da área da cidade, que se estende alcançando os municípios vizinhos e os integrando como áreas periféricas num processo de metropolização. A população de Porto Alegre passou de 394.000 habitantes em 1950 para 885 mil nos anos de 1970. Tendo a área metropolitana de Porto Alegre passado de 590 mil habitantes em 1950 para 1 milhão e 531 mil em 1970. Ou seja, a população da cidade dobrou em vinte anos enquanto a população da região metropolitana triplicou!

As migrações do campo e das pequenas cidades para a capital foram as principais responsáveis por esse crescimento populacional. A nova escala de especialização da economia urbana-indústria, comércio, bancos, serviços e administração pública complexificaram a estrutura social e criaram novas demandas de serviços e equipamentos urbanos como transporte de massa, saneamento, energia, habitação, saúde, educação e lazer.<sup>86</sup>

Ao mesmo tempo que se modernizava, alguns indicadores eram visíveis, como o crescimento do PIB, o aumento da classe média, a industrialização, a diversidade de serviços, as obras estruturais, dinamizaram a economia. Mas gestava-se neste processo a intensificação da concentração da renda e da exclusão social. Neste sentido a espoliação urbana deu visibilidade, retratou as contradições do sistema:

Como se sabe, o processo de espoliação urbana refere-se ao somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivo que, conjuntamente com o acesso a terra e a habitação- se apresentam como socialmente necessários a subsistência das classes trabalhadoras. (Kowarick, 1979, p. 59). A noção de espoliação urbana decorre da constatação de que a industrialização e a urbanização periféricas fazem nascer amplas necessidades coletivas de reprodução, mas a intervenção do Estado é absolutamente limitada para atendê-las. Os fundos públicos são prioritariamente destinados ao financiamento imediato da acumulação do capital e, quando se dirigem ao consumo coletivo, privilegiam as camadas de melhor renda.<sup>87</sup>

A população de Porto Alegre empobrece, apesar, como já foi referido, das obras e investimentos, os problemas sociais advindos daí são previsíveis: o aumento do subemprego,

---

<sup>86</sup> MONTEIRO, Charles. Duas leituras sobre as transformações da cultura urbana de Porto Alegre nos anos 1970: entre memória e ficção. **Revista de Estudos Ibero Americano**, Porto Alegre, PUCRS, n. 2, dez. 2004, p. 90.

<sup>87</sup> RIBEIRO, Luis César de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização B, 1994, p. 273-4.

a favelização, os cortiços, e o capital especulativo operando em áreas de vazios urbanos que potencialmente irão, num futuro próximo, agregar valor.

Os dados oficiais mostram que houve um crescimento interno da pobreza em Porto Alegre durante as décadas de 60/70. Entre 1965-72, o percentual de famílias naturais de Porto Alegre que foi residir nos núcleos de sub-habitação subiu de 18,3% para 28,3%. “Em 1973, uma pesquisa do DEMHAB mostrou que 15,86% das famílias residentes em núcleos de sub-habitação, provinham de casas alugadas fora destes núcleos”.<sup>88</sup>

A questão habitacional se acirrou com a persistente recessão das décadas de 70 e 80 do século XX, representando um processo de ajustamento estrutural da economia, buscando incorporar novos padrões de competitividade, sendo que a classe trabalhadora pagou o ônus. A partir de então, instaura-se uma nova reformulação para a classe trabalhadora, com maior exploração da mão de obra não qualificada, deterioração dos salários e, conseqüentemente maior concentração de renda e acentuada pauperização.<sup>89</sup>

O cenário político é de Ditadura Militar, apesar do clima de euforia econômica para a classe média no início da década de 70 - período do “milagre econômico”. Havia um outro Brasil, e uma outra cidade formada por um grande contingente de pessoas que se encontravam, não só excluídas socialmente nos seus direitos básicos, como também excluídas politicamente. A oposição ao regime persiste e se organiza, apesar da censura, dos assassinatos, perseguições. E este elemento, conjugado a outros, definirá muitos dos passos adotados a seguir pelos governantes, em termos de encaminhamentos das questões sociais. Há que se registrar, que os governantes da cidade no período, eram indicados, e não eleitos pelo povo. E, obviamente, eram afinados com o governo militar.

### 3.2 A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL EM PORTO ALEGRE E AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

O quadro apresentado por 25 sindicatos que reivindicavam a resolução para a questão habitacional em Porto Alegre, já em 1946, denunciava vários problemas: preços abusivos de

<sup>88</sup> GUARESCHI (*apud* FEDOZZI, 2000, p. 194).

<sup>89</sup> NALIN, Nilene Maria. **Os significados da moradia**: um recorte a partir dos processos de reassentamento em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado Pós-Graduação em Serviço Social PUCRS, Porto Alegre, 2007.

aluguéis, perseguição aos cortiços, altos preços de terrenos e arrabaldes sem infraestrutura. Restava a camada mais baixa da população a autoconstrução.

A autoconstrução realizada pelas populações de menor renda em áreas precárias muitas vezes apresenta-se como a única solução possível de habitar a cidade. A incapacidade de desenvolver políticas públicas de habitação que atendam essa população e a existência de terrenos urbanos em desuso induz as classes de menor renda a resolverem seus problemas habitacionais através da iniciativa de ocupação permanente de um pedaço de terra e neste construir individualmente ou coletivamente a sua casa.<sup>90</sup>

A problemática habitacional vem de longa data. Ela se acentua gravemente a partir da década de 40, pelos motivos já expostos. Mas suas raízes mais profundas estão na sociedade escravista, que perdurou no Brasil por quase 400 anos. E, em nossa cidade de colonização tardia, por mais de cem anos. O sistema de exploração escravista não pressupunha a separação trabalhador/proprietário. Logo, a questão de habitação não era algo premente, a não ser para os que subverteram a ordem estabelecida, montando quilombos, por exemplo.

O estado brasileiro, “precaveu-se” em relação a utilização de suas terras, a partir da Lei de Terras, de 1850, onde consagrava a exclusão da possibilidade de ex-escravos e descendentes de ocuparem as terras. Todo o processo de incentivo a vinda de imigrantes foi pensado, para objetivamente, ocupar as terras - no caso do sul do Brasil, impedindo a fixação de afrodescendentes e indígenas nas áreas, bem como no “branqueamento” do povo brasileiro.

No período pós-abolição, algumas regiões da cidade foram notadamente ocupadas por afrodescendentes. A Colônia Africana e o Areal da Baronesa são exemplos comprovados. Mas é a partir da década de 40 que a precariedade das habitações ganha maior visibilidade, justamente, pelo acréscimo populacional considerável e pelo modelo de desenvolvimento adotado pelas elites governantes.

Cabe ressaltar que as vilas que surgiram espontaneamente não surgiram em bairros distantes do Centro. A população que formou a Ilhota, próxima à atual Érico Veríssimo, ou a Vila Dona Teodora, próxima a Farrapos, optou por espaços próximos aos locais de trabalho ou locais que garantissem, de certo modo, a sobrevivência. De acordo com esses fatos, subentende-se que, com as remoções, esses grupos passam a sofrer dificuldades em relação ao trabalho e ao transporte.<sup>91</sup>

<sup>90</sup> SOUZA, Anita Silva de. **Projeto Renascença**: um caso de gentrificação em Porto Alegre durante a década de 1970. Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional. UFRGS. Porto Alegre, 2008, p. 33.

<sup>91</sup> D'AVILA, 2000, p. 53.

Estas vilas não tinham o atendimento de suas necessidades básicas. Os órgãos públicos apoiavam-se na ilegalidade, ou irregularidade das ocupações, para não atenderem e não investirem recursos públicos nestas áreas. Contudo, elaboravam projetos de, no futuro utilizarem estas mesmas áreas para fins de valorização imobiliária, com os investimentos que estavam tangenciando estes espaços.

Pois, as primeiras vilas situavam-se próximas aos locais de trabalho de seus moradores. Ao mesmo tempo, a região central se expandia, e carecia de espaços disponíveis para a sua ampliação. Alguém deveria “ceder”. E cabia tão somente ao Estado a regulação do uso do solo urbano.

Alude-se aqui a lógica perversa da dinâmica urbana capitalista que produz e reproduz formas de segregação social através de processos especificamente urbanos, territoriais de produção de desigualdade e conflito. Esses processos são decorrentes das funções de uso do solo urbano como “mercadoria” e “reserva de valor”, e suas correspondentes formas de valorização imobiliária que acabam reproduzindo a transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos.<sup>92</sup>

Na década de 70 o DEMHAB coordenou uma pesquisa chamada “Malocas” Diagnóstico Evolutivo das Sub-habitações de Porto Alegre, realizado com o apoio dos alunos do Projeto Rondon.

Os objetivos da pesquisa eram:

- a) estudo de aquisição de áreas para moradias definitivas;
- b) estudo de aquisição de áreas para recepção e triagem;
- c) loteamentos semi-urbanizados;
- d) outros núcleos habitacionais;
- e) deslocamento de malocas situadas em áreas necessárias a obras públicas de saneamento e urbanismo previstas no Plano Diretor.<sup>93</sup>

Neste trabalho identificou-se 124 núcleos irregulares com 20.152 sub-habitações, envolvendo uma população de 105.833 pessoas.

O êxodo rural foi apontado como fator importante nesta geração. Mas não mais que a auto-reprodução. A expressão “A maloca alimenta a maloca” foi utilizada pelos técnicos da Prefeitura para explicar que elas, as famílias pobres originam outras famílias também pobres, na medida em que vão casando, tendo filhos, constituindo famílias, residindo muitas vezes num “barraco” ampliado, ou ocupando o seu pátio e adjacências. Referem-se a “implosão demográfica” nos núcleos de malocas. Sendo que esta população cresce 4,5 vezes mais que a

<sup>92</sup> ROLNICK (*apud*, FEDOZZI, 2000, p. 194.

<sup>93</sup> PMPA, 1973, p. 5.

média da população da cidade considerada à parte. A prova é de que 14.233 famílias procedem das 22.336 existentes.<sup>94</sup>

A política adotada no período foi a de remoção compulsória das comunidades de baixa renda que habitavam áreas de crescente valor imobiliário para áreas longínquas, sem infraestrutura. Simultaneamente, de várias formas, foram utilizados métodos de cooptação de lideranças de comunidades a fim de mediar conflitos e assegurar uma “clientela” para as práticas patrimonialistas e de favoritismo pessoal, como forma de manutenção do “status quo”. Alguns projetos e programas isolados atendiam eventualmente algumas comunidades, na tentativa de evitar movimentos contestatórios de maior expressão. Estas remoções irão ter o seu ritmo desacelerado somente no período de aproximação da abertura política. E, vão desenhar uma nova cidade.

Se entre 1950 e 1972 foram removidas 62.151 pessoas pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), em apenas cinco anos, entre 1971 a 1976, esse contingente chegou a 33.286 moradores e 7.741 famílias, sendo que desse número, 19.225 pessoas foram levadas para outros municípios da Região Metropolitana e o restante para áreas distantes, sem infraestrutura urbana e sem oportunidade de emprego fixo próximo ao local de moradia. Muitas dessas remoções acabaram constituindo núcleos de sub-habitacões com alta concentração populacional na capital, a exemplo das Vilas Mato Sampaio e Fátima- Pinto, na Zona Leste, Maria da Conceição, no bairro Partenon, São Vicente Mártir e Restinga na Zona Extremo SuL<sup>95</sup>

Ao longo da constituição da formação do estado brasileiro, ainda não se tem elaborada uma política eficiente para a problemática habitacional. Sabe-se que a questão é complexa, e que depende não só de condições econômicas como de eleições de prioridades e uma clara opção política. “Historicamente, a ação do Estado brasileiro na busca de solução para o problema habitacional das classes de baixa renda vem sendo realizada de forma ineficiente”.<sup>96</sup> As iniciativas remontam a década de 30, com a implantação dos IAPs (Instituto de Aposentadoria e Pensões). Em 1940 é criada a Fundação da Casa Popular, de 1940, como o primeiro órgão público federal com a atribuição exclusiva de solucionar o problema habitacional. Conforme Souza, essa instituição produziu em 18 anos 143 conjuntos habitacionais, somando um total de 16.964 unidades, número irrisório de habitações, frente a demanda existente.

A deficiência no atendimento desta demanda cresce na proporção do crescimento populacional, bem como das tensões sociais. Em alguns segmentos mais intelectualizados, no

<sup>94</sup> PMPA, 1973, p. 31.

<sup>95</sup> GUARESCHI (*apud* FEDOZZI, 2000, p. 106).

<sup>96</sup> SOUZA, 2007, p. 34.

bojo das discussões das Reformas de base, dentre elas, a Reforma Agrária e Urbana apareceram na pauta de encaminhamentos a serem seguidos pelo governo Jango. Com o advento do Golpe Militar de 1964, os novos governantes tratam de construir uma política habitacional, tendo o BNH como o seu principal promotor.

O BNH (Banco Nacional da Habitação) será fundado em 21 de agosto de 1964, e entre 1964 e 1985 chegou a financiar aproximadamente 5 milhões de moradias, atendendo 25 milhões de pessoas. As obras efetuadas com os seus recursos corresponderam a 20% das edificações do período. No entanto, sua política era empresarial, do tipo autofinanciamento. As construções de tipos populares foram as que tiveram os menores recursos. Logo, o público alvo eram os trabalhadores empregados, com remuneração fixa, tabelada. A população marginalizada, excluída do direito a cidade, a moradia, era praticamente invisível para este órgão.

Durante o governo Juscelino Kubistscchek (1956-1960), a habitação popular foi relegada ao segundo plano (VIEIRA, 1983). Nesse período, que trilhava o caminho do desenvolvimento e modernização da sociedade, o Estado passou a investir em infra-estrutura urbana e regional, visando estabelecer as bases do desenvolvimento industrial. Tal mudança, durante o então conhecido modelo econômico desenvolvimentista, após algumas décadas, entrou em crise, desencadeando uma multiplicidade de problemas, entre os quais: um herança de concentração de renda, desequilíbrios sociais e uma forte exclusão sócio-espacial.

No período de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) o governo tenta instaurar o retorno ao nacionalismo desenvolvimentista intensificando a política populista. Cria-se o Plano de Assistência Habitacional, que deveria, em curto prazo, revigorar a Fundação da Casa Popular-FCP, e, em médio prazo, o Instituto Brasileiro de Habitação, que pode ser comparado a uma espécie de precursor do Banco Nacional de Habitação - BNH. Em 1964 a Fundação Casa Popular é extinta.

A partir de 1º de abril de 1964, início do regime militar, com a justificativa de diminuir as “necessidades das massas” e, com o propósito de legitimação do novo governo e do desenvolvimento econômico, é lançado o Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco - o PAEG, com destaque relevante para o problema habitacional. Assim, é criado, o Banco Nacional de Habitação - BNH, bem como o Plano Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, através da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.<sup>97</sup>

A estratégia desta política residia no fato de que a construção civil, mesmo não tendo como público alvo a população mais necessitada, servia como um importante mecanismo de ocupação da mão de obra excedente, gerando emprego e renda (a construção civil movimentava uma cadeia extensa e complexa do setor produtivo) e com isso, evitando conflitos sociais. Ao mesmo tempo, acalenta o sonho da casa própria para a classe média, dando a visibilidade, em forma de obras, prédios, que o governo almeja. Construiu uma base sólida de apoio popular, em especial das pessoas envolvidas diretamente seja como destinatário, seja como

<sup>97</sup> BIERREMBACH (*apud* NALIN, 2007, p. 39).

intermediário das obras financiadas pelo BNH. Além disto, assegurou parte dos investimentos com a correção monetária e a administração da Caderneta de Poupança e do FGTS.

No período, foram lançadas pelo Governo Federal, várias linhas de crédito e programas tendo em vista a urbanização e a habitação:

- a) 1966 - Cooperativas Habitacionais- COHABs;
- b) 1971 - Plano Nacional de Saneamento - PLANASA;
- c) 1972 - Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada - CURA
- d) 1973 - Plano Nacional de Habitação Popular- PLANHAB;
- e) 1974 - Financiamento para Urbanização;
- f) 1974 - Financiamento para Sistemas Ferroviários de Transporte Urbano de Passageiro - FETREN;
- g) 1975 - Programa de Financiamento de lotes urbanizados - PROFILURB;
- h) 1977 - Programa de Financiamento da Construção ou Melhoria da Habitação de Interesse Social - FICAM;
- i) 1979 - Programa de Erradicação da Sub-habitação - PROMORAR;
- j) 1980 - Programa Nacional de Habitação para o trabalhador Sindicalizado - PROSINDI;
- k) 1984 - Financiamento da Autoconstrução.<sup>98</sup>

O Sistema Financeiro de Habitação foi extinto em 1986, desde aí, ainda não se formulou uma política pública para a área de habitação. A Caixa Econômica Federal assumiu a administração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, cujos rendimentos podem ser utilizados para financiamento imobiliário.

O fato é que os recursos canalizados pelo BNH sustentaram a expansão urbana, nas décadas e meados dos 80 do século XX. Apesar da utilização, principalmente através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, os recursos disponibilizados serviram mais para a classe média do que para a população pobre, que não tinha como arcar com as despesas de financiamento.

Conforme Nalin, o mercado de acesso à casa própria era dividido em faixas de renda: para casas populares a renda deveria ser de até 3 salários mínimos; para o padrão econômico, a renda deveria estar compreendida entre 3 e 6 salários mínimos e para o padrão médio a renda deveria alcançar 6 salários mínimos ou mais.

---

<sup>98</sup> MARICAT; SILVA (*apud* NALIN, 2007, p. 41).

Em quase sua totalidade, não havia subsídio. Na verdade, o esquema era praticamente uma espécie de autofinanciamento. Exemplo disto é que entre 1970 e 1974, a linha de financiamento popular recebeu apenas 7,7% dos investimentos.

A questão habitacional se acirrou com a persistente recessão das décadas de 70 e 80 do século XX, representando um processo de ajustamento estrutural da economia, buscando incorporar novos padrões de competitividade, sendo que a classe trabalhadora pagou o ônus. A partir de então, instaura-se uma nova reformulação para a classe trabalhadora, com maior exploração da mão de obra não qualificada, deterioração dos salários e, conseqüentemente maior concentração de renda e acentuada pauperização.<sup>99</sup>

Em termos de política habitacional municipal as ações estavam articuladas com o governo federal. Em POA no ano de 1946, como já foi visto, em função da mobilização sindical é criada a Comissão da Casa Popular, que durou apenas um ano (muitas atribuições, poucos recursos). Em nível nacional foi criada a FCP- Fundação da Casa Popular, que destinou recursos para conjuntos residenciais emblemáticos em Porto Alegre. A exemplo: IAPI, localizado no bairro Passo da Areia; subsidiado pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários; o conjunto Vila dos Comerciários, no bairro Santa Teresa, com os fundos do IAPC, Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários; e o Loteamento/Vila Getúlio Vargas, no Passo da Areia, financiado pelo IAPTEC, Instituto de Aposentadoria e Pensões de Empregados de Transporte e Carga.

Os limites deste programa era a sua população alvo. Trabalhadores empregados. A Prefeitura de Porto Alegre cria em 1949 o Serviço de Habitação Popular, que tem por finalidade a remoção de malocas da zona urbana, bem como organizar novos loteamentos. Em 1951 muda a sua denominação para Superintendência de Habitação Popular, em 1952, para Departamento Municipal da Casa Popular.

Entre 1952 e 1964 o DCMP entregou 2.440 casas e 5.190 lotes. Foi um período de muitas remoções. Cabia ao DMCP encaminhar os mínimos serviços nos novos locais, que eram carentes de tudo. Água, luz, estradas, esgoto, creches, escolas, transporte coletivo, etc.

Em 1963, os serviços assistenciais ficariam a cargo da Secretaria de Saúde e Assistência Social. Em 1964, a SMOV- Secretaria Municipal de Obras e Viação, assume a patrolagem e manutenção das ruas e o esgoto.

De acordo com D'Avila, em 1964, o DMCP é fechado. Reestruturado em 30 de dezembro de 1965, através da Lei nº 2.902 passa a ser denominado DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação.

---

<sup>99</sup> NALIN, 2007, p. 42.

A Prefeitura enquadra-se nos preceitos estipulados pelo Sistema Financeiro de Habitação. Cria o DEMHAB para operar a política habitacional do município, bem como para ser o articulador com o Banco Nacional de Habitação, suas atribuições são:

[...] desenvolver a política de habitação do município partindo da compreensão de que habitação de interesse social é aquela que visa retirar das áreas marginais urbanas seus atuais moradores, proporcionando-lhes novas e melhores moradias, para integrá-los a vida econômica e cultural da comunidade; promover a desapropriação de imóveis declarados de utilidade pública ou interesse social, para utilização na política habitacional; promover loteamentos destinados a moradia popular e manter respectivo cadastro; adquirir sempre que possível, por concorrência pública, áreas de terras para a construção de conjuntos residenciais, realizar convênios com entidades de direitos público e privado para finalidades que se enquadram nas atribuições da autarquia, efetuar a venda de terrenos e habitações, sob financiamentos, mediante inquérito social, administrar seus bens e promover medidas objetivando a racionalização dos serviços a seu encargo (Art. 3º da Lei nº 2.902/1965).<sup>100</sup>

Na prática era o DEMHAB que efetuava a demolição, a remoção de casas que estavam nas avenidas e ruas/praças projetadas, em áreas particulares, em áreas de risco, o cuidado e limpeza das áreas a receberem os reassentados, a patrolagem, drenagem e abastecimento de água para os novos loteamentos. As adequações jurídicas foram realizadas, a fim de contrair empréstimos, sendo o de mais alta monta, o de 1969, que iniciaria as obras da Nova Restinga. Em 1977, começa a regularização da Restinga Velha - ano de fundação da escola de samba Estado Maior da Restinga.

Grande parte da população de núcleos urbanos irregulares foi removida, a partir de 1966, para um terreno localizado na zona rural da cidade. Essa área, que havia sido adquirida com verbas municipais, chamava-se Restinga. As primeiras pessoas que habitaram a Vila Restinga haviam sido removidas das vilas: Teodora, Marítimos, Ilhota e Santa Luzia. Nesse período - final dos anos 60, as verbas do BNH não tinham sido liberadas para o DEMHAB, e os planos de tornar a vila regular e dar boas habitações a seus moradores não foi concretizado.

Conforme o depoimento de Júlia R. Lourenço, uma das primeiras moradoras da vila Restinga, relembra: “Não tinha rua. Era uma picada que nós fazemos para botar as casas. Quando eu vim tinham três casas, o resto tudo era mato”.<sup>101</sup>

A demanda era crescente, de outros núcleos de Porto Alegre. O DEMHAB recebia cada vez mais pedidos de moradia. Para atendê-los, necessitava de planejamento e de maiores

<sup>100</sup> NALIN, 2007, p. 62.

<sup>101</sup> NUNES, 1997, p. 9.

verbas. Essas verbas, em parte virão, através de um convênio fechado entre o BNH e o DEMHAB no qual esse se compromete a:

Programar a construção de novos conjuntos residenciais no Município de Porto Alegre, assumindo, em conjunto com a Prefeitura, a total responsabilidade pela execução de todas as obras que se fizerem necessárias à implantação dos mesmos, incluindo-se a decorrente comercialização das habitações e os retornos devidos a cada uma delas, de acordo com os valores e condições fixados pelo BNH.<sup>102</sup>

A partir desse convênio, o Departamento recebeu investimentos que possibilitaram a construção de grandes projetos [...]. No entanto, apenas em finais de 1969, surge o acordo relacionado ao primeiro empréstimo. Esse seria utilizado no projeto que criaria a vila Nova Restinga.

Em 1967, o primeiro Diretor do DEMHAB, Milton Pozolo, declara em seu relatório, que se encontra satisfeito com os resultados dos trabalhos feitos até então: financiamento de materiais, remoções, construção de moradias - 445 casas e 100 moradias, de emergência - e confecção de projetos para posterior canalização de verbas para do Banco Nacional de Habitação. (Relatórios 1967, DEMHAB-AHPAMV) Nessa época, as idéias propostas no lema Remover para Promover já eram postas em prática. Em 1966, consta nos arquivos do Departamento a relação dos “núcleos de subabitação que foram eliminados”, entre eles estavam a Ilhota, a Vila Secular e a Ilha do Pavão. Essas vilas são removidas para espaços que não pertenciam à malha urbana da cidade.<sup>103</sup>

Ou seja, mesmo sem toda a verba, que iria garantir a estruturação de novos loteamentos, a Prefeitura, através do DEMHAB, já efetuava remoções, como política pública de habitação. As moradias novas, quando haviam, eram de madeira, duas peças, consideradas como casas provisórias, acabavam por serem os definitivos núcleos para os novos moradores.

Já na década de 50 foram implantadas pela Prefeitura 13 vilas populares, totalizando 6.536 imóveis, atingindo 31.242 pessoas das camadas mais pobres da cidade.

O que resultou foi uma precarização das condições de vida ainda maior, em função dos transportes e da distancia, da falta de infraestrutura e da impossibilidade para muitos de exercerem suas profissões ou meios de sustento próximos de sua residência. As melhorias na Restinga Velha tiveram que esperar mais de 10 anos para serem iniciadas.

[...] os Programas Pró-Gente I e Pró-Gente II, elaborados pela Prefeitura com financiamento do BNH, respectivamente em 1975 e 1977, quando assumiu o prefeito Guilherme Socias Villela (da ARENA, depois PDS, e hoje PPB), nomeado pelo regime e reconduzido para a gestão 1979-1985. Destinados a população de

<sup>102</sup> Relatório de 1970. Arquivo - Biblioteca DEMHAB.

<sup>103</sup> D’AVILA, 2000, p. 53.

baixa renda, os programas prometiam abastecer de infraestrutura os núcleos de subabitação, especialmente do DEMHAB, sem remoções e sem reeditar o deslocamento das populações para áreas longínquas, a exemplo da Restinga.<sup>104</sup>

O fato é que os instrumentos de gestão ainda estavam ineficientes e pecavam na essência: o autoritarismo, e o tecnicismo. Tanto o Plano Diretor de 1979 quanto o PROMORAR (que contempla o Pró-Gente) foram pensados e executados sem a participação das pessoas atingidas e sem os devidos conhecimentos da realidade. Além de ter uma clara convergência com os interesses da especulação imobiliária, em detrimento das reais necessidades da população.

No processo de elaboração e aprovação do IPPDU, a prática autoritária do regime vigente beneficiou-se da concepção tecnocrática dominante no corpo burocrático do setor de planejamento urbano. Ao se orientar pela noção tecnocrática da racionalidade máxima possível em condições econômicas tendencialmente monopolistas, o I PDDU veio ao encontro dos interesses fundamentais dos grandes grupos econômicos imobiliários, financeiros e da construção civil, ainda que regulando em parte suas áreas e formas de atuação<sup>105</sup>

O principal problema técnico foi a desatualização dos dados a respeito das áreas previstas no I PDDU. O crescimento da população por área de sub-habitação, nos anos entre 1965 e 1981, o tempo de existência destas áreas e o número de barracos não foram compatibilizados pelo planejamento, para efeitos da destinação de uso do solo urbano em conformidade com o Plano Diretor. O último diagnóstico realizado havia sido feito em 1972/73. Muitas mudanças se operaram na paisagem urbana. O desconhecimento, por parte da SPM, Secretaria Municipal do Planejamento, da real situação habitacional da população moradora em áreas definidas pelo Plano Diretor como de preservação ambiental, lazer, etc. criou uma discrepância entre formalidade legal e situação real do uso das áreas, trazendo novos conflitos entre a administração municipal e os moradores das vilas irregulares ou clandestinas, que passam a desenvolver lutas de autodefesa pela sua fixação nos locais de moradia, pela posse da terra e por bens e serviços públicos básicos.<sup>106</sup>

O DEMHAB procedeu levantamento sócio-econômico em todo o município. Tentativas de atualização foram feitas, inclusive contando com a participação da SPM, porém sem os resultados esperados. Em contrapartida, a fonte que poderia fornecer com maior clareza a situação física das áreas de sub-habitação, ou seja o levantamento aéreo-fotogramétrico, também se encontrava desatualizado, datando o último de 1956. E foi utilizando esta fonte e mais informações do DEMHAB sobre

---

<sup>104</sup> FEDOZZI, 2000, p. 24.

<sup>105</sup> FERRETI, (*apud* , p. 167).

<sup>106</sup> FEDOZZI, *op. cit.*, p. 25.

vilas onde tinha jurisdição, que se baseou o Plano Diretor na sua reavaliação em 1979. Em função disto, muitos locais que havia sub-habitações foram destinados a usos não compatíveis com a habitação. Nesse mesmo tempo, começaram a surgir movimentos nas vilas pela recuperação das mesmas e conseqüente posse da terra. Por outro lado o governo federal acenava essa possibilidade através da reabilitação de alguns programas do BNH não implantados até o momento, ressurgindo com o nome de Programa de Erradicação da Sub-habitação - PROMORAR).<sup>107</sup>

Outro aspecto diz respeito ao tratamento dispensado aos segmentos populares da cidade. A conjuntura era de exclusão política dos mesmos, alijando-os da discussão sobre as políticas públicas do município. “Aspecto que ficou evidenciado tanto pela representação meramente formal conferida a participação comunitária no Conselho do Plano Diretor”.<sup>108</sup>

Além disto, a estratégia da Prefeitura em desmobilizar as associações de moradores, justamente num período de rearticulação dos movimentos sociais, que reivindicavam melhorias nos serviços públicos como espaços para discussão e decisão.

Neste quadro de latente polarização, a Prefeitura cria alguns serviços que vão atender em parte algumas demandas das comunidades:

- a) Plano Comunitário de pavimentação;
- b) Programa de descentralização municipal;
- c) Centros Sociais Comunitários;
- d) Criação do Gabinete de Atendimento das Reivindicações dos Bairros (GAREB), ligado à Associação de Moradores e FRACAB- Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairro, com a redemocratização da entidade em 1977, o GAREB tentou desenvolver uma organização comunitária paralela;
- e) reativação da comissão de bairros;
- f) participação da população no Conselho do Plano Diretor.

### 3.3 A REARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O movimento comunitário rearticula-se fortemente a partir de 1974, cinco fatores são apontados por Ferreti:

<sup>107</sup> FERRETI (*apud* FEDOZZI, 2000, p. 25).

<sup>108</sup> *Id.*, p. 25.

- a) as eleições para os cargos legislativos possa ter funcionado como catalisador da vida política municipal perpassando todos os níveis da sociedade, inclusive as vilas e suas organizações. Sendo que, a derrota do regime ditatorial nas eleições legislativas já sinalizava um enfraquecimento de suas bases de apoio. A pauta de discussões das questões urbanas forçosamente se politizou, saindo dos gabinetes;
- b) o PDDU- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano não incorporou as áreas de habitação irregular, o que agudizou os conflitos;
- c) a percepção crescente das classes populares que constataram os investimentos em projetos urbanísticos em áreas centrais, e ao mesmo tempo partilhava os custos das obras na periferia, a exemplo da pavimentação;
- d) os meios de comunicação de massa abriram-se, gradualmente para divulgação de problemas e demandas comunitárias;
- e) tanto a PMPA quanto os particulares lançaram-se numa grande ofensiva contra os loteamentos irregulares .

Segundo as impressões dos próprios governantes, a população, na medida em que o regime se abria, mais ela tinha a oportunidade de tomar conhecimento da sua real situação, apoiada por partidos políticos, sindicatos, igrejas, paulatinamente ao reavivamento da vida comunitária, se constituía uma tomada de consciência, muitas vezes “perigosa”:

Os chamados maloqueiros possuem consciência da situação em que se encontram, em grande parte devido a ação dos partidos políticos e dos comunistas introduzidos no meio [...] nos demais bairros, a situação geral é de acomodação e passividade [...] as atividades políticas são muito intensas e num estado de exaltação as vilas de malocas. Isto devido ao fato de situação ser explorada continuamente em benefício de partidos legais (PTB) ou ilegais (PCB).<sup>109</sup>

A densidade organizacional no final dos anos 70, apontava para um estado incapaz de frear alguns movimentos. Apesar das investidas de cunho clientelista e patrimonialista, enraizado no Estado brasileiro, e apesar de muitas lideranças terem de fato sido “cooptadas” na defesa do governo com prefeitos que não haviam sido eleitos, mesmo estas não abriam mão de defender, mesmo que localmente, os interesses de suas comunidades.

Para Gonh<sup>110</sup> “O velho movimento de bairros está intimamente ligado às nossas associações de moradores da fase populista.” Lideradas por pessoas ligadas a políticos que em troca de apoio eleitoral, articulavam melhorias patrocinadas pelo poder público. Já o novo

<sup>109</sup> FERRETI (*apud* FEDOZZI, 2000, p. 21).

<sup>110</sup> GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 53.

movimento de bairros no Brasil surge na década de 70, nos anos agudos da repressão, 1972 a 1973. Ele surge articulado às novas práticas da Igreja Católica, principalmente nos clubes de mães das paróquias.

A situação de carência econômica gerada pelo arrocho salarial e a pauperização dos recém formados bairros periféricos - gerados pelo mecanismo de especulação imobiliária e expulsão para novas áreas- foram os germes iniciais da aglutinação das camadas populares. A falta de espaço para discutir os problemas e o medo da repressão fizeram com que o manto protetor da Igreja tornasse a saída possível na busca de soluções para as questões cotidianas.<sup>111</sup>

Em Porto Alegre, processou-se também desta forma, os espaços conquistados para as discussões comunitárias de âmbito mais geral tornaram-se arena de discussões políticas, culminando com a redemocratização da FRACAB, em 1977.

Fundada nos anos 50, a entidade encontrava-se nos anos de chumbo sob a influência política e financeira do estado. Com a vitória da oposição para a diretoria da FRACAB, a entidade veio a fortalecer setores dos movimentos sociais que encaminhavam as suas lutas cotidianas baseadas na noção de direitos e não mais por meio de pura sujeição aos favores do poder político institucionalizado e dos seus representantes.<sup>112</sup>

Coincidentemente, a prática de remoções compulsórias foi obstaculizada no final dos anos 70, em razão da intensa mobilização das pessoas que, apesar de residirem em subabitações já haviam emergido para a esfera pública local, com entidades, com toda uma contestação do regime, contestação esta que somou esforços para a garantia de direitos.

Ou seja, a conjuntura política não permitia mais que o problema da favelização crescente nas grandes cidades fosse tratado com o uso da força do estado ou mediado apenas por critérios técnicos da burocracia estatal. Por outro lado, alguns estudos apontam para outro aspecto contido no programa do Sistema Financeiro de Habitação. Trata-se do papel desenvolvido pelo Estado na criação das condições estruturais para a acumulação do capital em geral, nesse caso, especialmente do capital financeiro e imobiliário, ou seja, trata-se de perceber, entre as múltiplas facetas do SFH, a transformação gradual da política habitacional em política financeira [...] a contagem e o acionamento de um complexo e gigantesco sistema de financiamento, onde o Estado é o principal promotor da captação da poupança, interna e seu administrador.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> GONH, 1991, p. 54.

<sup>112</sup> FEDOZZI, 2000, p. 29.

<sup>113</sup> LISBOA Jr. (*apud Ibid.*, p. 27).

Vale destacar que, em 1971, foi criado em Porto Alegre o Grupo Palmares, formado por pessoas que denunciavam o racismo e propunham um novo tipo de sociedade, não discriminatória. Muitos de seus membros eram ligados ao Movimento Negro Unificado, e sua atuação política e cultural, também afrontava o racismo de Estado. Foi desta agremiação que surgiu a proposta de se constituir o (20) de novembro como data que celebra o “Dia Nacional da Consciência Negra”.<sup>114</sup> A partir de 1978, o MNU Contra a Discriminação Racial também se rearticula, ocupando espaços, consolidando territórios transicionais<sup>115</sup> no coração da cidade, afirmando os territórios negros como espaços legítimos de ocupação, vivência e afirmação cultural. Os carnavalescos não assistem a estas discussões tão somente, muitos tomam parte. Os temas relacionados a negritude, às raízes africanas de nossa cultura vão sendo cada vez mais recorrentes. O centro da cidade vai sendo “retomado”, em termos simbólicos, pela comunidade negra. Este período de reabertura política gradual, final da década de 70, possibilita um maior nível de politização deste segmento.

### 3.4 TERRITÓRIOS NEGROS

#### 3.4.1 O caso da Ilhota e o Projeto Renascença

*“O sistema social que exclui se encarrega de estigmatizar os excluídos com se estes não fossem produtos seus”.*<sup>116</sup>

A comunidade da Ilhota foi reassentada na Vila Restinga Velha em diversas remoções. Estes moradores, na sua maioria negros, levaram para a Restinga todo um jeito de viver a sua cultura, ressignificando-a num novo espaço. Outras comunidades também constituíram o núcleo inicial da Restinga, no entanto, a Ilhota terá aqui um destaque em função de toda a

<sup>114</sup> CAMPOS, Deivison. A ressignificação de Palmares: uma história de resistência. In: SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luis Carlos (Orgs.). **RS Negro: cartografias sobre a produção de conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2008.

<sup>115</sup> VILASBOAS, Ilma Silva; BITENCOURT Jr. Iosvaldyr C; SOUZA, Vinícius Vieira. **Museu de percurso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora Porto Alegre, 2010.

<sup>116</sup> ASSUNÇÃO, Kizzy. A urbanização da cidade de Porto Alegre de 1940 a 1977: a memória da vila Ilhota através de seu desaparecimento no meio urbano. In: BARROSO, Vera Maciel; OSMARI, Maria (Orgs.). **Do Morro Santana a cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura: FAPA, 2004a, p. 143.

simbologia que carrega, pois, em termos de capital simbólico, talvez este caso seja o que mais represente a tradição da cultura carnavalesca.

Em geral a história dos excluídos é esquecida, quando não registrada, transforma-se em herança da memória. Conforme Assunção, se não fizermos, o registro, corremos o risco da amnésia coletiva, tal qual os vizinhos e autoridades da eliminada Ilhota foram acometidos.

Sua localização era no arraial Menino Deus, entre as ruas Getúlio Vargas, Olavo Bilac, José do Patrocínio, 17 de julho e Arlindo. Quando se refere a Ilhota, é impossível não associá-la ao carnaval, a boemia, ao futebol e ao samba. Várias são as referências a esta região. Em relação a Liga dos Canelas Preta, a Ilhota figura como uma referência:

[...] A segregação racial dos clubes de elite continuava a imperar e foi motivo para o surgimento da Liga da Canela Preta., congregando clubes que reuniam somente jogadores negros. A Liga nasceu no mesmo ano -1910- em que surgiu a Liga Porto-Alegrense de Football e fazia o contraponto ao racismo e ao preconceito que estava posto [...]. Era um total de nove clubes, representantes de redutos marcantes da cidade, entre os quais a Cidade Baixa, a Ilhota e a Colônia Africana. Os dois clubes com melhor desempenho técnico eram o Bento Gonçalves e o Rio-Grandense. Os jogos, em grande parte ocorriam nos campos da Rua Arlindo, onde atualmente é a Praça Garibaldi.<sup>117</sup>

Em relação ao carnaval nas suas imediações, também são vários os registros.

Na Cidade Baixa ficava o salão do Tareco, primeiro a promover bailes populares para a comunidade. Localizava-se na esquina da Rua da Margem (João Alfredo) com a Rua Venezianos (Joaquim Nabuco). Nas imediações da Praça Garibaldi ficava a sede da “Sociedade, Nós os Democratas”, que teve forte atuação carnavalesca.<sup>118</sup>

“Para milhares de porto-alegrenses que viviam nos subúrbios da zona norte ou em bairros como a Ilhota e o Areal da Baronesa, localizados entre a atual Cidade Baixa e o Menino Deus, a rotina era lutar pela vida. Ali, a diversão era o samba”.<sup>119</sup>

A imprensa da época, o jornal Correio do Povo (1978) referia-se a ela como “um bolsão de estagnação a seccionar a escala de desenvolvimento”. Era uma região habitada majoritariamente por afrodescendentes, que foi gradativamente e literalmente sumindo do mapa, a partir da implementação do Projeto Renascença, a partir de 1975.

<sup>117</sup> SANTOS, Irene (Coord.). **Colonos e quilombolas**. Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: [s.n], 2010, p. 83-4.

<sup>118</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>119</sup> GUIMARÃES, 2009, p. 25.

A denominação de Ilhota surgiu em função de uma intervenção realizada em 1905, durante a gestão do Intendente José Montaury, no fluxo do Riachinho, nome antigo do Arroio Dilúvio, que acabou por se bifurcar, ao formar um canal sinuoso que passava pela Rua da Margem, atual João Alfredo, e ia desembocar no Guaíba. Esse canal apresentava uma curva fechada, formando uma península, que foi chamada de Ilhota e deu nome ao bairro. Era uma área sujeita inundações e foi marcada pelo samba, pelo carnaval e pelas casas de religião de matriz africana.<sup>120</sup>

A sua relação com a cidade formal era bastante contraditória. Por um lado, a Ilhota era identificada como um local tradicional da cultura popular através do samba e do carnaval (berço do compositor Lupicínio Rodrigues, por exemplo); por outro, era associada a marginalidade e ao crime. De qualquer forma a Ilhota estava fora de lugar para a maioria dos seus contemporâneos portoalegrenses. Desde a chegada de seus primeiros habitantes, ainda na virada do século XIX para o século XX, a favela representou uma espécie de cinturão pobre da cidade, com uma população predominantemente formada por descendentes e remanescentes da escravidão.<sup>121</sup>

Lugar de refúgio e de abrigo para os escravos, e mais tarde moradia para os excluídos, suas terras alagadiças estavam fora do interesse do mercado imobiliário, pois, entre os arroios Dilúvio e Cascata, na época das cheias, era uma região que frequentemente alagava.

Uma “tromba d’água caiu ontem na cidade” anunciou o Correio do Povo de 3 de outubro de 1936. O índice pluviométrico daquele dia alcançou 100,5 milímetros. Durante o mês, a chuva desabou durante 16 dias e elevou o nível do Guaíba a 3,22 metros acima da cota. Mesmo sem a intensidade das anteriores, a nova enchente deixou sob as águas os bairros Navegantes, **Ilhota**, Menino Deus e a várzea do Gravataí.<sup>122</sup>

Era o prenúncio de um feroz temporal. A água caía densa e impiedosa. Rapidamente, alagou toda a região em torno do Areal da Baronesa, onde vivia a boa parte dos descendentes de escravos.<sup>123</sup>

Conforme Soster, a Ilhota era um centro de preferência para os pobres, tendo em vista sua proximidade com o centro. Mas para a indústria da construção, tendo em vista os empreendimentos públicos circundantes e projetados, a área já se tornava atrativa.

As tentativas de reorganização da área que ficou conhecida como Ilhota existiam desde o início do século XX, primeiro, com José Montaury, posteriormente com Loureiro da Silva, na década de 40, já reeleito, o qual tentou resolver o problema desta área e promoveu a elaboração do primeiro projeto de Reurbanização e Reloteamento da Ilhota, dentro da idéia do Plano Diretor, tornado Lei em 1959, na administração de Ildo

<sup>120</sup> GUIMARÃES, 2009, p. 36.

<sup>121</sup> SOUZA, 2008, p. 41.

<sup>122</sup> GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 25.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 31.

Maneghetti, o que significaria desapropriação. Na prática, Loureiro da Silva só conseguiria abrir uma quadra na Av. Ipiranga, antiga Rua Treze de Maio e da Av. Getúlio Vargas. Depois dele outros prefeitos viram a decadência da zona, mas não tiveram recursos para promover obras e a remoção dos favelados.<sup>124</sup>

Em 1964, foi feito um levantamento da população da Ilhota, a qual era formada, originalmente por pessoas procedentes da capital - 43,70% da Grande Porto Alegre - 12,20% do interior do estado - 20% e o restante de outros estados [...]. Em 1966, 1200 barracos foram removidos da Ilhota, para a concretização do Projeto Renascença [...] foram levados para um novo local, na porção mais a o sul da cidade, 22 km do centro, chamado Vila Restinga.<sup>125</sup>

Várias alternativas foram estudadas para sanear a área alagadiça. Uma das alternativas era a canalização do arroio retificando o seu curso, após, foi construída a ponte do Menino Deus e a Av. Ipiranga teve um novo traçado.

Foi o início do fim da Ilhota. Após as enchentes de 1941, a Prefeitura realiza várias negociações com a União. Através do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), planejou a eliminação dos afluentes do Arroio Dilúvio e sua canalização e saneamento da área de 22 hectares da Ilhota. O aterro e o reloteamento ficariam a cargo da administração municipal. Os recursos demoraram décadas, a cada troca de governo, nova negociação, (re)planejamento.

Passam-se 18 anos para incorporar a Ilhota nos planos do PDDU de 1959. A proposta inicial era a vila ser totalmente eliminada, e a área restante, aproveitável, reloteada. Sabia-se de antemão que os seus moradores não teriam recursos para adquirir lotes urbanizados.

A grande maioria eram famílias de baixa renda, com precárias condições, principalmente devido ao baixo nível do terreno. Mesmo pressionada pela ampliação da construção civil nos bairros Menino Deus e Azenha, foi declarada de utilidade pública e resistiu, “a ponto de ingressar na segunda geração de obras da Cidade. Entre 1941 e 1962, nada de positivo se fez pela Ilhota”.<sup>126</sup>

A carência de recursos fez com que a situação ainda se prolongasse, no entanto, os reassentamentos eram feitos com uma certa regularidade. O poder público então deu-se conta, que a cada casebre removido, atraíam mais quatro. Logo, a ação foi “congelar” o crescimento da vila, dependendo do contexto.

---

<sup>124</sup> SOSTER, Ana. **A cidade se reconfigura com as transformações nos bairros**. Dissertação de Mestrado em Geografia. PUCRS, Porto Alegre, 2007, p. 145.

<sup>125</sup> *Ibid.*, p. 146.

<sup>126</sup> *Ibid.*

Na área da Ilhota, no entanto, a falta de recursos levou o arquivamento do Projeto, o qual só foi retomado em 1973, com o então prefeito Thompson Flores. Foi elaborado um novo plano de reurbanização, de autoria da arquiteta Elaine Salette Modesti. A idéia dos edifícios foi abandonada e a área repensada. O colégio Protásio Alves foi mantido, a Associação dos Funcionários Públicos recebeu uma área para a construção do seu hospital - Hospital Porto Alegre - e a Comissão Municipal de compras também recebeu área para a sua sede. [...]. A antiga rua Arlindo passaria à Av. Cascatinha (atual Érico Veríssimo), envolvendo a Praça Garibaldi, com largura de 40 metros, sendo defendida a vocação residencial da área, estabelecida pela disposição do Plano Diretor.<sup>127</sup>

O novo plano de urbanização da Ilhota foi denominado Projeto Renascença e ocorreu através da implantação do Plano CURA, em 1975, com o prefeito Guilherme Socias Vilella. No texto que trata a urbanização da Ilhota, os técnicos da SMOV procuram esclarecer que até então a Ilhota não havia sido contemplada pelos projetos anteriores em função de sua área ser considerada especial. Destinada a ser residencial, urbanizada, com serviços públicos (praças, parques e complexos esportivos) e infraestrutura. Que só será possível com as obras de saneamento. Estas disposições estavam de acordo com os setores da construção civil da cidade, onde se estabeleceu que a área “habitável” da região não seria destinada aos moradores da Ilhota..

Os objetivos do Projeto Renascença eram de proporcionar uma nova aparência para a cidade (sem a preocupação com os que ali moravam, seus vínculos e modos de sobrevivência), a modernização deveria ser acelerada. Os jornais do período veiculam a resistência dos que deveriam ser removidos, bem como apoio à iniciativa do governo em retirá-los.

As pesquisas do DEMHAB apontavam que, da população da Ilhota, 43,70% eram da capital, 12,20% da grande Porto Alegre, 20% do interior do estado, sendo a maioria jovem, entre 19 e 39 anos.

Há que se destacar que as remoções antecedem o projeto Renascença, pois as mesmas iniciaram em 1966. No projeto, não é mencionada a permanência de nenhum morador.

O Projeto Renascença é concluído em 1979, com a rótula da Érico Veríssimo e José de Alencar, o prefeito declara que [...] o “Projeto significou para Porto Alegre a recuperação de toda uma área deteriorada e o desenvolvimento de bairros tradicionais”. Também salientou-se a eliminação da Ilhota como uma “grande vitória” realizada pela Prefeitura, bem como a nova Radial Teresópolis, a conclusão do Parque Marinha do Brasil, as escolas Winston Churchill, Cel. Emílio Massot e o Centro Municipal de Cultura.

Na região contemplada ocorreu uma crescente valorização imobiliária. Souza refere-se a este processo como um caso de gentrificação.

---

<sup>127</sup> SOSTER, 2007, p. 152.

Sobre o conceito de “gentrificação”, ele foi desenvolvido por Ruth Glass, quando do estudo sobre o processo de transformação que havia se processado na área central de Londres, na década de 50 do século passado. Quando, o que ocorreu foi a substituição da classe trabalhadora de baixa renda que foi expulsa por uma camada social de renda mais alta. Este foi o trabalho desenvolvido na Dissertação de Mestrado do PROPUR, onde a pesquisa sinalizou que o processo do projeto Renascença também foi um processo de gentrificação. No processo de transformação do espaço urbano em mercadoria os seus moradores de poder aquisitivo mais baixo são expulsos para áreas mais distantes, sem a infra- estrutura e o acesso do qual dispunham em seus locais de origem.

Tendo em vista que o espaço urbano não pode ser produzido fisicamente, a sua produção como mercadoria só pode ser entendida como a produção de localização. Ou seja, significa dizer que essa produção se dá através do desenvolvimento de ações do setor privado e/ou público que agreguem valor a um determinado espaço, tornando-o mais valorizado como localização no espaço relativo a outras localizações. A relação entre os conceitos de gentrificação e localização torna-se assim fundamental. Gentrificação, portanto, é aqui vista como um processo de transformação do uso do espaço urbano que pode ser tanto causa como consequência da transformação do valor de localização de uma determinada área urbana.<sup>128</sup>

### 3.4.2 Restinga Velha

No obra Memória dos Bairros, Nunes afirma que, a partir da fundação do DEMHAB, em 30 de novembro de 1965, através da Lei nº 2902, abriram-se os caminhos para as primeiras remoções das famílias de baixa renda das vilas Ilhota, Theodora, Marítimos e Santa Luzia. Sendo os reassentados conduzidos para uma área distante 22 quilômetros do centro de Porto Alegre, denominada Restinga. Que, após a implantação da Nova Restinga, ficou sendo chamada de Restinga Velha.

O caso da Restinga é emblemático. Localizada a 22km do perímetro central, e isolada dos equipamentos urbanos, a Restinga foi criada a partir de 1964 pela Prefeitura (com financiamento do Plano Nacional de Habitação Popular), para funcionar como centro de triagem da população. Entre os anos de 1971-1976 chegou a receber 2.020 famílias removidas de outras vilas (sendo 1.273 na Restinga Velha e 747 na Restinga Nova), tornando-se, na década de 90, um bairro com mais de 100 mil moradores de baixa renda, cuja relação com o poder público (Executivo e Legislativo) foi marcada por forte conteúdo clientelista na distribuição de casas. Ainda na década de 70, foram lançados diversos programas e projetos estatais relacionados direta ou indiretamente com o problema social e político da crescente

---

<sup>128</sup> SOUZA, 2008, p. 15.

favelização em Porto Alegre. Além do projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) instituído nacionalmente e financiado pelo BNH, em 1972, cuja intenção era promover a urbanização das cidades (não se destinando, portanto a construção de unidades habitacionais) [...].<sup>129</sup>

Restinga, no dicionário Aurélio Buarque de Hollanda significa: pequeno arroio, com as terras cobertas de mato, sanga. Lá está localizado o Arroio do Salso, o maior em extensão da cidade.

As remoções eram executadas de forma traumática, as populações não eram consultadas, e além de tudo eram usurpados de “sua maloquinha”.

A visão corrente dos administradores na época era de que o que é “feito” deve ser distanciado, em acordo com as concepções higienistas do início do século passado, em consonância com os interesses das camadas de renda maior.

Vários depoimentos na obra Memória dos Bairros, relatam que em sua maioria, os removidos tinham seu sustento próximo dos seus locais de origem. O que trouxe um enorme prejuízo para os reassentados, pois desta forma estavam distantes de suas ocupações e lugares originais.

O território chamado Restinga era uma sesmaria de propriedade de Sebastião F. Peixoto e tinha atividade agrícola. Não tinha ligação com o rio Guaíba. Foi considerada área rural até 1971, depois determinada como área urbana - para justificar os reassentamentos - sem, no entanto ter a mínima urbanização. Não havia rede de água instalada, de esgoto, de iluminação, assim como não havia escola nem creches.

Vários depoimentos relatam que muitas famílias eram oriundas de ocupações organizadas próximo ao centro, ou seja, já tinham alguma experiência organizativa. Diante de tantas precariedades, iniciou-se a organização, com abaixo assinados, reuniões com representantes do governo. Uma das principais reivindicações era uma escola primária.

O papel da Igreja foi fundamental, nas organizações, nas lutas, no conforto e na sociabilidade. Inclusive na formação de um conjunto musical, que mais tarde vai dar origem a primeira escola de samba.

Contudo, vários “políticos” foram promovidos e prestigiados, pois no entender de muitos “limparam a cidade”, e para os moradores da Restinga conseguiram algumas benfeitorias na região, como um poço, um bico de luz, um horário melhor para os ônibus, etc..

Na verdade, de 1966 até 1971, não houve um desfavelamento, só mudaram de endereço as precariedades, que ficaram agravadas devido a distância de recursos, da dificuldade ainda maior

---

<sup>129</sup> FEDOZZI, 2000, p. 24.

de arranjar trabalho e no desconforto de suas residências. Embora a proposta veiculada pelo DEMHAB fosse outra. O que de fato ocorreu foi a construção de casas de madeira com dois cômodos e a promessa (que não se confirmou) de casas de alvenaria, que nunca chegaram na Restinga Velha.

Nunes aponta, que apesar das dificuldades a população criava seus laços, construía, aos poucos a sua identidade, nos momentos de luta e de confraternização irmanavam-se. Exemplo disso foi a organização social com festividades: bailes do Ademar, Niuvo, Salão de baile do seu Valdir, Clube das Sete Facadas.

A região da Restinga, apesar de ser longe, também atraía famílias que não possuíam outra alternativa de moradia. Tanto que o DEMHAB vai assumindo algumas tarefas, que legalmente não seriam do órgão, como patrolamento de loteamentos clandestinos e irregulares que também se desenvolveram na região, que era vasta em território. Logo, é importante ressaltar que existe uma parcela da população na Restinga Velha que não foi reassentada.

Em 1977 aconteceu um Mutirão, a imprensa noticiava a ação conjunta da prefeitura, onde a mesma refere uma ação “desfavelamento”, que consistia numa união de forças de DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana, SMSS - Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social, SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ou seja, um período onde várias secretarias municipais somariam esforços para, mesmo que pontualmente, aliviar um pouco a precariedade das condições de vida do povo da Restinga. Esta ação noticiada vem confirmar a reterritorialização da precariedade. Numa clara transferência de problemas estruturais para uma área invisível da cidade. No entanto, a comunidade pressiona por melhorias, e, mesmo num período de ditadura militar, algumas mobilizações surtem efeito:

Em 1977, começa a haver a regularização da vila Restinga Velha. Assim ficou conhecida a primeira parte a ser ocupada do Complexo Restinga, utilizado para trazer famílias removidas de outros locais da cidade. O Departamento, preocupado com as péssimas condições deste núcleo, organiza um mutirão com a participação do Departamento, do DMLU e da comunidade [...]. O DEMHAB também fez investimentos que beneficiaram cidadãos com regularização de lotes.

Em 1976, o Pro- Gente inicia alguns melhoramentos, mas atende só o núcleo original da Restinga Velha e o conjunto Sargento Hollenbach, construído em 1978.

A partir deste momento, a Vila Restinga passou a ser oficialmente denominada Restinga Velha e junto a ela se agregaram vários outros núcleos. Eram núcleos de ocupação irregular, alguns com o consentimento do proprietário da área, outros sem este consentimento do proprietário, e transferências feitas pelo próprio DEMHAB. Assim foram surgindo o Beco do Bitá, Barro Vermelho I, Barro Vermelho II, Cabriúva, Figueira, Castelo, Esperança, Santa Rita, Nova Santa Rita e Chácara do Banco.<sup>130</sup>

---

<sup>130</sup> NUNES, 1997, p. 14.

A Restinga Velha possuía uma precária infra-estrutura, e o que contrastava na época (e ainda hoje), eram as condições das casas, das ruas, das praças, os centros comerciais, as redes instaladas na Nova Restinga representavam o oposto das condições em que viviam os moradores da Restinga Velha. Apenas separados por uma avenida, João Antônio da Silveira. Para os parâmetros impostos pelo BNH, os moradores da Restinga Velha, eram “desclassificados”.

### 3.4.3 Nova Restinga

E a vila Restinga foi se desenvolvendo desordenadamente, pois, cada nova necessidade de remoção de malocas do perímetro urbano, a Restinga era o centro receptor das populações desalojadas. Urgia uma planificação e a solução foi dividir a área de 52 hectares em 16 ruas, com 46 quarteirões. Destes, 41 foram divididos em lotes, na segunda metade da década de 70, porque devido a pobreza da população ali instalada, não havia retorno financeiro para os cofres públicos municipais. O poder público optou por dar início a um gigantesco projeto ao lado esquerdo da João Antônio Silveira: a construção da Nova Restinga.<sup>131</sup>

Soster em estudo sobre a nova configuração dos bairros em Porto Alegre menciona que a Nova Restinga foi de fato um grandioso empreendimento apontado na época como um dos maiores projetos habitacionais do Brasil. Seu projeto é de 1969. Em um ano se concluiu a primeira Unidade (1970-1971) e no ano de 1981, a quarta unidade estava sendo entregue. O projeto foi financiado pelo BNH, assim como o Renascença.

Souza relata que, o BNH, já demonstrava uma percepção em relação aos locais da cidade que os diferentes grupos sociais deveriam ocupar, grupos de renda baixa na periferia e grupos de renda média ou elevada em áreas mais centrais.

Mas, mesmo na periferia da cidade, criaram-se tais espacializações, num mesmo bairro, uma linha divisória apartava a estruturação urbana(incipiente mas contrastante), e a precarização.

A partir daí, uma outra realidade: Restinga Velha e Nova Restinga, a Avenida João Antônio da Silveira separava duas realidades:

---

<sup>131</sup> NUNES, 1997, p. 14.

Outro projeto que **ficou conhecido nacionalmente** - quer pela sua grandiosidade, quer pelo conjunto de serviços que criou nas comunidades - foi o loteamento **Nova Restinga**. O perfil do projeto enquadrava-se perfeitamente nas diretrizes do BNH, o que representou a captação de uma considerável verba advinda deste órgão. Assim, já em 1969, é comprado o terreno, e realizadas várias pesquisas para a viabilização desse projeto. Ele representou um marco no desenvolvimento da política habitacional de Porto Alegre.<sup>132</sup> (Grifos meus).

O projeto incluía toda a infraestrutura necessária destacando-se a qualidade das unidades habitacionais (e não apenas lotes), com lotes de 150m<sup>2</sup>, casas de alvenaria, telhas francesas, e de até três quartos. Ruas calçadas, com rede de água, luz e esgoto. Exatamente o oposto da Restinga Velha. A Nova Restinga seria dividida em cinco áreas, denominadas unidades vicinais. Cada qual teria uma escola primária, creche, igreja e um local para esporte além de um pequeno centro comercial.

Em 1971, foram construídas as primeiras unidades, 390 ao todo. Elas já possuíam parte da infra-estrutura especificada no projeto como “escolas, creches, centro comercial, centro de comunidade, praças, áreas de recreação, água potável, esgoto, iluminação domiciliar e pública e pavimentação asfáltica.”<sup>133</sup>

As casas eram entregues aos moradores, à medida em que eram concluídas. A aquisição dependia de inscrição feita no DEMHAB que, através de sorteio, as entregava aos trabalhadores que percebessem até cinco salários mínimos. Entretanto, seguindo a prática do favoritismo e conseqüente clientelismo, estes critérios não foram respeitados.<sup>134</sup>

Os vários depoimentos, das pessoas entrevistadas para a realização da obra Memória dos Bairros atestam que havia uma expectativa de que os moradores da Restinga Velha deveriam ser contemplados com as casas da Nova Restinga. Logo, descobriram que a maioria não podia arcar com as prestações e comprovações exigidas.

Em 1977 as três primeiras unidades estavam concluídas, assim como CECORES-Centro Comunitário da Restinga. Em 1981, a quarta unidade e o Monte Castelo, com 512 apartamentos estavam sendo entregues.

Ainda assim, faltava rede de telefone, transportes, e hospital, mas em relação a Restinga Velha, é incomparável [...]. Muitas lutas foram conjuntas, para o posto de saúde, por exemplo. Assim como a fundação da Escola de Samba Estado Maior da Restinga.

---

<sup>132</sup> D’AVILA, 2000, p. 77.

<sup>133</sup> *Ibid.*, p. 78.

<sup>134</sup> NUNES, 1997, 15.

Para continuar na luta e seguir assegurando a união da comunidade para que atendessem ao chamado quando fosse necessário, nada melhor do que propiciar atividades culturais e recreativas, uma vez que a Restinga não possuía cinema, teatro biblioteca. Havia o Centro Comunitário - CECORES, com um ginásio de esporte coberto, campos de futebol espalhados por quase todas as ruas. **A criação de uma escola de samba, além de mobilizar a comunidade para um novo tipo de divertimento e lazer, serviu também para conscientizá-la de que o carnaval não deveria ser visto apenas como um bando de homens e mulheres pulando nas ruas, mas também como um mecanismo para o desenvolvimento de um tipo de cultura, a cultura popular.**<sup>135</sup> (Grifos meus).

A construção das unidades vicinais não foi concluída nos três anos consecutivos, conforme o planejamento inicial, a burocracia e a dependência de aprovação do senado para a liberação das verbas foi referida como um dos maiores entraves a finalização dos projetos.

Somente no final dos anos 70 concluiu-se as quatro unidades, garantindo-se já a área para a quinta unidade, que viria a ser construída quase vinte anos depois.

Também foi obra do DEMHAB o Centro Administrativo, que funcionava inicialmente numa das casas que ainda não haviam sido entregues. Agilizando, desta forma as demandas da comunidades, que outrora tinham que se dirigir ao centro da cidade para encaminhar as solicitações de serviços. Outra problemática enfrentada pelo moradores era o péssimo abastecimento de água:

Em 1979, o DEMHAB resolveu um sério problema de todo o complexo Restinga, ou seja, a falta de água. Conseguir verbas para esse fim, segundo Artur Paulo Araújo Zanella, foi no mínimo, complicado [...] “O BNH dizia que no contrato com Prefeitura ela havia se comprometido a colocar água e que eles não financiavam órgão municipal de água e esgoto, conforme regra do PLANASA. Mas o DEMA, Departamento Municipal de Água e Esgoto, além de não ter dinheiro, afirmava que em um loteamento da Prefeitura o loteador, seja particular ou municipal é que tinha de responsabilizar-se pela infraestrutura”. Depois de muitas negociações, o BNH acabou por financiar o projeto que resultou na construção do maior reservatório de água de Porto Alegre, com capacidade para cinco mil litros. A caixa da água por seu tamanho, favoreceu também grande parte dos bairros da Zona Sul.<sup>136</sup>

Por fim, o bairro planejado pelo poder público (somente na década de 90, o bairro é criado oficialmente, pela Lei nº 6.571, de 08/01/1990) vai se estruturando a duras penas, em termos de obras e mobilizações. Ao longo deste processo, as vivências comunitárias e a identidade cultural vão se sobressair, fortalecendo laços, criando identidades.

---

<sup>135</sup> NUNES, 1997, p. 17.

<sup>136</sup> D’AVILA, 2000, p. 80.

### 3.5 TERRITORIALIDADES

O que se estudou até aqui foi a movimentação de grupos humanos, ora compulsória ora espontânea no meio urbano. E, também as transformações, através da urbanização e da mercantilização do solo, das relações que as comunidades mantêm ou constroem com o seu território de morar.

Para Haesbaert<sup>137</sup>, o debate sobre os processos de desreterritorialização tem sido um dos mais relevantes na última década entre as ciências sociais que se debruçam sobre a dimensão espacial da sociedade. Existem várias noções ou conceitos de território. O mesmo se aproxima mais da idéia de territórios- rede que são sempre associados em maior ou menor grau, a fluxos [...] hierarquica ou complementarmente articulados.

Neste sentido, o autor é claro em sua opção e no seu entendimento da dimensão não só simbólica da sociedade, mas também espacial, que estão invariavelmente relacionados com os processos estruturais, em especial o da espoliação urbana. Onde a:

Desterritorialização, para os ricos, pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade, e em experiências múltiplas de uma mobilidade opcional (a topoligamia ou o casamento com vários lugares a que se refere Beck, 1999). Enquanto isto, para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi, ou, no limite, a territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de flexibilidade, em experiências múltiplas imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana.<sup>138</sup>

Uma interpretação semelhante é a de Bauman (1999), para quem a globalização criou o “paradigma do turista”, válido para as classes privilegiadas, e o do “vagabundo”, para os grupos subalternos. Embora este autor não utilize o conceito de desterritorialização, ele afirma que, enquanto os “turistas” vivem no tempo, num presente constantemente preenchido, controlado, sem se importar com o espaço, com as fronteiras, os “vagabundos” vivem “no espaço”, um espaço pesado que amarra o tempo e o mantém fora de seu controle, um tempo “redundante e inútil”, nunca preenchido. Em nosso ponto de vista, essa distinção entre a experiência espaço-temporal dos privilegiados, seu espaço virtual”, e a dos excluídos, seu espaço brutal, é o que mais importa nos debates sobre desterritorialização. Sem esquecer que os privilegiados, em grande parte por força da crescente exclusão da maior parte da população, se reterritorializam fortemente, preocupados cada vez mais com seus “espaços de segurança” cotidianos.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> HAESBAERT, Rogério. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: SANTOS Milton et al. **Território, territórios, ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 58.

<sup>138</sup> *Ibid.*, p. 62.

<sup>139</sup> *Ibid.*

Para Haesbert, a precarização territorial é configurada dentro de um contexto histórico, onde a classe e/ou grupo cultural são determinantes. Os aglomerados humanos de exclusão podem ser identificados como os sem-teto, os reassentados ou até mesmo comunidades indígenas. O exemplo mais estrito da desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução de distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação de controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão sócio-espacial, do desenraizamento material e simbólico. Na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de exclusão, ou melhor, de precarização sócio-espacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização.

[...] Num mundo dito globalizado como o nosso, o acesso pleno a um território como experiência integrada do espaço só se dará quando todos, de alguma forma, puderem vivenciar o mundo em suas múltiplas escalas, pois o território é, hoje, sobretudo multiescalar e um território - rede. Por isso o combate a desterritorialização enquanto exclusão socioespacial significa também o acesso amplo as diferentes escalas e redes que, ainda hoje, constitui-se um privilégio de uma elite planetária cada vez mais auto-segregada.<sup>140</sup>

Os processos de remoções das vilas populares de Porto Alegre, mais especificadamente da Ilhota, confirma a desterritorialização de um contingente significativo de pessoas e um processo de reterritorialização na Restinga.

A liberação - para o mercado do solo urbano - de outros “territórios negros”<sup>141</sup> na cidade também ocorreu com a Colônia Africana e o Areal da Baronesa e a conseqüente segregação sócio racial em Porto Alegre prosseguiu, dando seqüência ao que já havia se processada há décadas atrás.

[...] Essas reformas urbanas, com a expansão dos centros, atingiram os bairros da maioria negra de forma brutal, como aconteceu no século XIX, quando Porto Alegre passava por um processo de higienização e normatização quanto ao uso do solo, dessa forma deveriam desaparecer os becos, cortiços, antigos casarões. Essa idéia do embelezamento da cidade expulsou a maioria negra para a periferia, desenraizando mais uma vez os negros de seus espaços.<sup>142</sup>

Neste sentido, a tentativa de embranquecimento de Porto Alegre, está convergindo para outros movimentos de reformas urbanas, que segundo Bittencourt, tal qual, Santa Catarina e Paraná, o Rio Grande do Sul foi programado para branquear. A invisibilidade do negro e do pobre

<sup>140</sup> HAESBEART, 2007, p. 68.

<sup>141</sup> LEITE, Ilka Boaventura (Org). **Os negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

<sup>142</sup> VILASBOAS; BITTENCOURT Jr.; SOUZA, 2010, p. 86.

andam juntas. É preciso esconder as manifestações do sistema de exclusão social. Apartar a sociedade, a fim de evitar conflitos, onde cada um deveria saber o seu lugar.

No caso da Restinga, neste território a demarcação cultural e política tem sido responsáveis pelas conquistas da comunidade.

O território étnico é físico, mensurável onde geralmente o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado, a partir das referências de identidade e pertencimento territorial. O território é um fato físico, político, categorizável, possível de dimensionamento, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma auto-afirmação política, social e econômica territorial.<sup>143</sup>

Este fenômeno, de reterritorialização, como já vimos foi de caráter nacional, neste sentido, algumas aproximações podem ser feitas, é o que a análise de Raquel Rolnick possibilita, sobre o embranquecimento das cidades:

[...] as cidades viveram, na virada do século, uma transformação profunda que repercutiu, em um primeiro momento, no acréscimo populacional e no aumento da densidade demográfica, mas que significou, também, um embranquecimento e uma intensa redefinição territorial. Essa reestruturação vinha adaptar a cidade senhorial-escravista aos padrões da cidade capitalista, onde terra é mercadoria e o poder é medido por acumulação de riqueza. A face urbana deste processo é uma espécie de projeto de “limpeza” da cidade, baseado na construção de um modelo urbanístico e de sua imposição através da intervenção de um poder municipal recém-criado. Um dos principais alvos de intervenção foram, nas duas cidades justamente os **territórios negros**. A violência desta transformação foi maior no Rio de Janeiro, não só porque a cidade era maior e mais importante, mas, sobretudo porque, na virada do século, era ainda uma cidade muito negra. Em São Paulo, desde logo se configurou um padrão de segregação urbana marcado por uma espécie de zoneamento social: os ricos abandonaram a contigüidade dos sobrados do Centro da cidade para desenhar um espaço de privacidade e exclusividade burguesas. Assim, novos loteamentos foram surgindo em áreas de antigas chácaras, abrigando palacetes neo-clássicos circundados por muros e jardins. Por essa época, a população negra da cidade concentrava-se nos cortiços e porões do velho Centro da cidade de São Paulo, recém abandonado pelos ricos, ao mesmo tempo em que novos núcleos iam surgindo literalmente aos pés das novas zonas ricas da cidade (Campos Elíseos, Higienópolis). Isso, evidentemente está ligado ao fato de que uma das poucas fontes de emprego para os pretos e pardos da cidade era, naquele período o serviço doméstico, uma vez que o imigrante realmente lhes havia substituído nas ocupações mecânicas, antes realizadas por libertos.<sup>144</sup> (Grifo meu).

<sup>143</sup> ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In: SANTOS, Renato Emerson dos Santos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**. O negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 115.

<sup>144</sup> ROLNICK, 2007, p. 79-80.

No caso de Porto Alegre, alguns aspectos são muito semelhantes. A população pobre e negra, que antes habitava os territórios centrais da cidade como becos, vielas e cortiços, foi expulsa para as áreas marginais da época: Cidade Baixa, Areal da Baronesa e Colônia Africana, por exemplo. No entanto, a urbanização ao tangenciar estas mesmas áreas, expulsa, mais uma vez, estas comunidades, para áreas mais longínquas.

Em Porto Alegre, a invisibilidade do negro nas representações com a estatutária, os bustos, os painéis, os chafarizes, ou fontes ornamentais existentes nas ruas ou em praças públicas, manifestam outra forma de alienação ou desterritorialidade. A descentralização da população negra, quase sempre remetida para as áreas periféricas da cidade, como o resultado dos processos de segregação urbana, das reformas e dos empreendimentos imobiliários próximos as áreas centrais consideradas nobres. Um exemplo típico em Porto Alegre, se deu na interface entre o bairro Cidade Baixa e o bairro Azenha durante a década de 70, quando da execução das obras do Projeto Renascença, que descaracterizou a região até então ocupada pela comunidade negra. As dezenas de famílias que ali moravam foram levadas para o extremo sul da cidade, no bairro Restinga. Essas ações não se processaram por acaso, mas resultam das relações desiguais de poder, nas quais a população negra está colocada em posição de inferioridade e na condição de não cidadania.<sup>145</sup>

O conceito de território negro expresso por Iosvaldir Bittencourt nos dá uma idéia do quanto nossa cidade está permeada pelas vivências e percursos do negro, no passado escravista, no pós-abolição, e no presente.

Compreendo Território Negro Urbano, aqui, como um espaço de construção de singularidades socioculturais de matriz afrobrasileira em, cada vez mais que, ao mesmo tempo é objeto histórico de exclusão social, em razão da expropriação estrutural dos direitos sociais, civis e específicos fundamentais dos negros brasileiros, o que faz exigir uma constante resistência. **Portanto mesmo nos espaços e contextos histórico-culturais de exclusão, os negros irmanados em comunidades reuniram seus laços e reinventaram a África no Brasil.**<sup>146</sup> (Grifos meus).

Nesta perspectiva, a Restinga oferece uma possível interpretação de reterritorialização, na constituição de um território negro em nossa cidade. Muitos de seus moradores mais antigos foram reassentados de territórios negros, e ao reconstruírem seus laços e cultura, trouxeram a experiência do samba, a vivência dos carnavais da Ilhota, da Santana, do Areal da Baronesa, realocaram suas estruturas e, sem perder de vista a articulação com a cidade, voltaram para a avenida, reafirmando a sua identidade com o samba e com o carnaval. Reconstruíram, na vivência de um novo território, sua identidade cultural.

<sup>145</sup> VILASBOAS; BITENCOURT Jr.; SOUZA, 2010, p. 21.

<sup>146</sup> *Ibid.*, p. 21.

A divisão territorial dentro do próprio bairro, Restinga Velha e Nova Restinga existe, mas isto é um código interno. Para fora do bairro, um considerável nível de união e de reconhecimento emerge. Quando acionados os dispositivos da auto-preservação, da tradição, em fim da identidade, a comunidade irmana-se. Afinal, não é a toa que as expressões “Tinga teu povo te ama” e “Sou Tinga, e daí?” mobilizam milhares de pessoas.

Existem os momentos mais propícios para a manifestação deste pertencimento, são eles, a Semana da Restinga, a Semana da Consciência Negra e, obviamente, o carnaval.

É no carnaval que a Restinga dá-se a ver, se expõe, sem vergonha. Mostra seu orgulho. Suas duas escolas de samba, uma na Restinga Velha (Estado Maior da Restinga) e outra na Nova Restinga (Unidos da Tinga) agregam milhares de foliões.

O processo de identificação, no lugar, mesmo com as diferenças marcantes da Velha e da Nova Restinga, se configura nas falas, nos gestos, nos hábitos, nos valores, nas crenças, nos signos. “Tinga teu povo te ama” enunciado que muitas vezes ouvi, nas falas, nos eventos, nos meios de comunicação local, no carnaval, no futebol. É sentimento que brota destes atores com a mais profunda emoção e paixão. Com relação a isso, Reinaldo, o diretor do centro de Promoção do Menor me revelou: “Eles estão querendo buscar sua identidade” Digo isto porque estou aqui há muitos anos. As pessoas foram jogadas nos caminhões. Tiveram que se unir, senão iam morrer abraçados. Agora a gente sente que isso pesa”.<sup>147</sup>

[...] Estreitam laços entre si e com pessoas de fora do bairro, principalmente no período do carnaval. Convivem nos meses de ensaio de forma mais coesa e solidária. Apesar das divisões e contradições internas, que estão certamente ligadas às formas de ocupação do lugar, dentre outras, os moradores da Restinga unem-se contra os tratamentos diferenciados pelos outros bairros. O sentimento de pertencer a este bairro é o que os aproximam e os tornam mais solidários e irmanados.<sup>148</sup>

É importante ressaltar, que outras formas de associativismo existem e são bastante atuantes no bairro. O mesmo destaca-se pela combatividade de seu movimento comunitário, pelos grupos de Hip Hop, pelos torneios esportivos. Seria impossível listar a quantidade de entidades e movimentos (de caráter religioso, político, cultural, tradicionalista, esportivo, etc.) que mobilizam a comunidade. No entanto o foco deste trabalho, é a escola de samba Estado Maior da Restinga, por entender que a mesma, possui maior visibilidade para fora da Restinga, sendo ela sem dúvida o maior exemplo do potencial organizativo, agregador e mobilizador da comunidade.

<sup>147</sup> OLIVEIRA, Leunice Martins. **Currículo e cultura negra na Restinga**: um estudo de escolas e agências sócio-educativas, rompendo silêncio, criando identidade. Dissertação Mestrado em Educação. PUCRS, Porto Alegre, 1997. Este trabalho faz um estudo de caso em três escolas públicas para perceber até que ponto as práticas pedagógicas inserem no seu currículo a cultura negra. Além disso, realiza entrevistas com representantes da FASC e do Centro de Promoção do Menor, entidades locais.

<sup>148</sup> *Ibid.*, p. 75.

O carnaval potencializa as formas de luta e afirmação, expressa identidade, transmuta o tempo e o espaço (existem alas da Estado Maior da Restinga em outros bairros de Porto Alegre, por exemplo), integrando gerações e toda uma gama de talentos, habilidades e paixões.

#### 4 CARNAVAL EM PORTO ALEGRE E A ESTADO MAIOR DA RESTINGA

Em Porto Alegre, no final do século XIX e ao longo do século XX, o carnaval sofreu várias ressignificações e apropriações. Setores da população, a quem outrora não era permitido brincar o carnaval, vão construindo paulatinamente a sua hegemonia na festa. Consolida-se uma forma popular de carnaval, onde as camadas menos favorecidas da sociedade apropriam-se da festa, construindo com isto um reconhecimento social através do carnaval.

Nos capítulos anteriores vimos a constituição de alguns territórios negros em Porto Alegre, em especial, aqueles que de forma mais significativa vieram a compor o núcleo de pioneiros da Restinga.

No entanto, antes de analisar a agremiação carnavalesca criada na Restinga, a Sociedade Recreativa e Beneficente Estado Maior da Restinga, e seu papel na constituição da identidade da comunidade, é necessário entendermos os percursos realizados pelo carnaval em nossa cidade.

Quando e como isto se processou?

A obra *Carnavais de Porto Alegre* inicia exatamente com esta questão:

Pouco se fala do carnaval em Porto Alegre. Se perguntarmos o porquê, uma das respostas, certamente seria a forte herança europeizante do Rio Grande do Sul. Poderíamos avançar um pouco e descobrir, no silêncio sobre o carnaval, o silêncio, na verdade, sobre determinado grupo social nele preponderante: os negros. Calar-se é, portanto, negar a existência de uma forte herança cultural negra em Porto Alegre.<sup>149</sup>

Portanto, faremos uma retrospectiva desta manifestação cultural em nossa cidade, dialogando com alguns protagonistas que vivenciam o carnaval, dentro e fora da quadra da escola de samba e com a produção bibliográfica sobre o tema.

A origem do carnaval é controversa, uns atribuem à tradição europeia da Idade Média (o período anterior aos quarenta dias de abstinência da carne - quaresma, no calendário cristão). Naquela época o carnaval fazia parte do calendário oficial, esperado pelas comunidades, e tolerado pelas autoridades, conforme Bahktin<sup>150</sup>:

<sup>149</sup> KRAWKZY; GERMANO; POSSAMAI, 1992, p. 9.

<sup>150</sup> BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Tradução de Iara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 9-10.

Os festejos de carnaval, com todos os atos e ritos cômicos que a ele se ligam, ocupavam um lugar muito importante na vida do homem medieval [...] elegiam reis e rainhas... ofereciam uma visão de mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferentes, deliberadamente não oficial, exterior à Igreja e ao Estado: pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, um segundo mundo e uma segunda vida aos quais os homens da Idade Média pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles viviam em ocasiões determinadas. Isso criava uma espécie de dualidade do mundo [...].

Outras fontes fazem referência às festas dos inocentes pelas batalhas de flores. “Havia neste período a batalha de confetes, ovos, urina e farinha, conhecida como ‘*Buffonerie*’”.<sup>151</sup> Outras fontes apontam para a Antiguidade, nas festividades de culto à deusa Ísis, no Egito, das divindades romanas Baco, Pã e Saturno, e ainda nas celebrações judaicas.

Existem vários registros de festividades populares em que as pessoas agradecem a boa colheita, ou a troca de estação, em fim são momentos de descontração, em vários povos, várias civilizações onde o que, por um motivo ou outro impera a alegria. Há também nele uma permissão para os “excessos”, a sátira, o humor, e a crítica às autoridades. Momentos de troca, de encontros, de sociabilização, de fantasia, mas acima de tudo de trabalho coletivo.

Mas como chegou ao Brasil esta festa? Em nosso caso, herdamos da tradição ibérica do Entrudo<sup>152</sup>, nas cidades, no entanto, estas festividades sofriam repressão, em função da violência que podia despertar nos seus integrantes.

Já no final do século XIX, surge o carnaval popular, com música tocada por artistas, ritmistas, dançarinas e todas as pessoas que queriam apenas se divertir, sem a conotação de rivalidade ou confronto como o Entrudo. O famoso carnaval do Zé Pereira encaixa-se neste modelo. Uma festa popular, de rua, tal qual várias manifestações européias.<sup>153</sup>

Conforme Lazzari, com o desenvolvimento econômico de algumas cidades brasileiras, a burguesia, como sinal de civilidade e distinção, investe no carnaval do tipo Veneziano (Baile de Máscaras), e então, este tipo de carnaval passa a ser de um grupo social mais abastado, que desfila suas fantasias nos corsos e nos grandes bailes de sociedades. Desta forma, a festa elitiza-se.

No entanto, a população pobre, que constitui a maioria encontra no carnaval de rua um canal privilegiado para exercer as suas formas de sociabilidade, seja através de molhadelas, bisnagas, limões de cheiro ou dos cordões, que já anunciavam a cadência diferente, com

<sup>151</sup> KRAWSKI; GERMANO; POSSAMAI, 1992, p. 9.

<sup>152</sup> Conhecido como uma brincadeira onde grupos rivais jogam uns nos outros mistura de farinha, ovos, fezes, urinas. Também havia os limões de cheiro que eram bisnagas com água de cheiro coloridas. Estas manifestações eram proibidas e perseguidas.

<sup>153</sup> QUEIROZ, 1992.

instrumentos de percussão que “marcavam um outro ritmo” - que mais tarde vai hegemonizar o carnaval.

A crescente participação de afrodescendentes na folia, com a liberação da sua mão-de-obra, a formação de uma sociedade urbano industrial vai permitir posteriormente uma popularização do samba.

O samba, semba ou batuque, que já nasceu polêmico, atravessou o Atlântico nos navios negreiros (tumbeiros), incorporou os chocalhos e maracás dos povos indígenas, anexou a viola dos portugueses, e deu origem ao ritmo de maior popularidade no país, e que hoje é referência do Brasil em qualquer parte do mundo.<sup>154</sup>

No entanto no final do século XIX, o samba não era a música oficial do carnaval, pois o mesmo acontecia nos salões das grandes sociedades ao som dos ritmos europeus, como valsa e polca.

Com aponta Lazzari, as sociedades carnavalescas Esmeralda e Venezianos, fundadas em 1873 eram uma nítida imitação dos Bailes Venezianos e das ostentações em carros alegóricos que demonstrava a distância entre os que desfilavam e os que assistiam. Além disso, as outras modalidades da folia praticada pelo povo em geral, não exigiam uma música que fosse a condutora. Havia blocos populares que tocavam, valsas, polcas, zé-pereira, chocalhos, em fim uma variedade de instrumentos.

Também outras agremiações surgiram:

Outras sociedades, blocos e grupos carnavalescos vão sendo criados no decorrer do século XIX. Os Menestréis e os Musterreitz são oriundos de setores intermediários da população. Surge também a Sociedade Germânia e a Floresta Aurora, esta última congregando negros. Os Congos são um grupo que angaria fundos no carnaval para alforriar os escravos. São fundados ainda o bloco Estrela D’Alva, Os Caraduras, Os Vagalumes, Roxa Saudade, Os Boêmios e outros grupos que tem origem em diferentes setores sociais: elementos do comércio, alunos da escola militar, profissionais liberais, etc..<sup>155</sup>

Aos pobres das cidades, restava o Entrudo, que cada vez mais policiado, vai perdendo espaço e adeptos. A estratégia dos excluídos para a sua diversão foram os blocos que era uma “paganização” da estrutura das procissões. Estes cordões eram democráticos, pois absorviam negros, mestiços, brancos, pobres em geral e desfilavam na rua. Exemplos disto foram os desfiles nas ruas João Alfredo (antiga rua da Margem) e na praça Garibaldi. Ali realizavam-se

<sup>154</sup> SANTOS, Elzelina Dóris dos. **Contando a história do samba**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003, p. 26.

<sup>155</sup> KRAWKZY; GERMANO; POSSAMAI, 1992, p. 170.

o carnaval com a participação efetiva dos negros, que habitavam havia muito aquelas redondezas. O carnaval nesta época já retratava a estratificação social de nossa cidade, bem como a segregação urbana e étnica.

Tanto que nas ações policiais, tanto o Entrudo como os próprios blocos eram alvo do olhar atento das autoridades, pois aglomerações em festa poderiam pôr a ordem pública a perigo, também noticiava-se frequentemente a ampliação do número de participantes oriundos da Cidade Baixa.

O chamado movimento popular, assim denominado por alguns jornais do início do século (XX) ficava por conta do Zé Pereira e de alguns mascarados que passaram a sair às ruas em diferentes locais da cidade. Esses locais eram preferencialmente a Praça Garibaldi e as ruas da Cidade Baixa.<sup>156</sup>

O carnaval então vai tomando para si novos adeptos, e estes o adaptam às suas vivências e possibilidades, aumenta a participação popular, insere-se o samba, tomam-se as ruas.

Queiroz e Soihet registram, que na virada do século XX, com as transformações políticas, econômicas o samba passa a ter um pouco mais de espaço. Uma geração de ex-escravos compondo o tecido social, agora livres, pois, mesmo tendo-se claro que o negro sofreu e ainda sofre toda uma opressão cultural e más condições de vida, a abolição inaugurou, ao menos em tese, um novo estatuto para o povo negro em geral. O samba ainda era cultivado nos morros, através das escolas de samba. Com a revolução de 30 a questão social toma um outro rumo para os nossos governantes. O preconceito ainda persiste, mas a ideologia de integração nacional, o projeto de nação a ser construído não compreendia fissuras oficiais no tecido social. Era necessário absorver a todos e algumas manifestações que tivessem um forte apelo agregador. Logo, o samba é elevado a “símbolo” brasileiro. E, as escolas de samba, convocadas a colaborar com o regime do Estado Novo.

Em Porto Alegre, é tamanha a adesão da população ao carnaval que a prefeitura resolve então, ordenar, a fim de não perder o controle da folia. Patrocina a chegada do Rei Momo, promove concursos, proporciona infraestrutura aos carnavais de bairros. Inicia com maior intensidade a participação das camadas mais baixas da população na festa.

Na década de 30 há, além de um considerável número de carnavais de rua pela cidade, uma infinidade de grupos carnavalescos. Se por um lado há grupos que realizam cursos refinados, com carros alegóricos indicando a sua melhor condição econômica, por outro, emerge uma grande quantidade de grupos que passam a ser a

---

<sup>156</sup> SILVA, Josiane Abrunhosa da. **Bambas da Orgia**: um estudo sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, seus carnavalescos e os territórios negros. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - UFRGS, 1993, p 72.

marca registrada de um novo carnaval, carregado de gingado, feito por negros, mulatos e brancos, oriundos dos bairros e vilas mais populares, mas também em menor parte de setores da classe média.<sup>157</sup>

O período que se sucede é o de cariocarização de nosso carnaval, elementos dos desfiles cariocas são incorporados pelas agremiações daqui, estimulando a competitividade e aumentando também os custos desta participação. No entanto o carnaval não perde a sua espontaneidade, vários são os registros sobre a participação das pessoas mais humildes, em sua grande maioria negros. Também é simultânea a preocupação dos governantes, agora sob o Estado Novo em regradar, censurar e limitar os festejos de carnaval, bem como reafirmar o carnaval como símbolo nacional.

Após 1945, o carnaval revitaliza-se e libera-se, cresce ainda mais os carnavais de bairro, disseminando a folia. Vários foram os blocos e cordões de bairros que se destacaram. A conjuntura é de pós-guerra e de pós-Estado Novo.

“Em 1947, ocorre um fato significativo, quando na Baronesa do Gravataí, zona de população predominantemente negra, organiza-se o primeiro carnaval com Rei Momo próprio. Adão Oliveira, o seu Lelé”.<sup>158</sup>

Importante destacar que foi o primeiro Rei Momo Negro de Porto Alegre, que nos traz um indício interessante, pois o que nos interessa neste trabalho é destacar o carnaval negro, realizado pelos foliões do Areal da Baronesa, da Rua da Margem e da Ilhota. Nesta comunidade é construída uma tradição carnavalesca, que acompanhará seus moradores, quando os mesmos serão reassentados na Restinga, em meados dos anos 60, fundando lá uma nova agremiação, em 1975 (a Unidos da Restinga, que em 1977, passa a denominar-se Estado Maior da Restinga).

Em 1960, é fundada a escola de samba Praiana. Ela inaugura uma nova fase do carnaval em Porto Alegre, sua atuação é tão diferenciada, que a partir do seu desfile na Borges de Medeiros, em 1961, os blocos carnavalescos se desfazem gradualmente e transformam-se em escolas de samba. Foi assim com os Fidalgos e Aristocratas<sup>159</sup>, Embaixadores do Ritmo<sup>160</sup> e Bambas da Orgia<sup>161</sup>. Ela introduz no carnaval de Porto Alegre

<sup>157</sup> KRAWCZYK, GERMANO, POSSAMAI, 1992, p. 23.

<sup>158</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>159</sup> Sociedade Recreativa Beneficente e Carnavalesca Fidalgos e Aristocratas, foi fundada em 07.09.1950, no bairro Mont Serrat, parte da antiga Colônia Africana (MAIA, Sandra. **Histórico das Escolas de Samba de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2000).

<sup>160</sup> Entidade Cultural beneficente Carnavalesca Embaixadores do Ritmo, fundada em 11.02.1950, no bairro Bom Jesus (*Ibid.*, p. 39).

<sup>161</sup> Bambas da Orgia, a mais antiga escola de samba de Porto Alegre, fundada em 06.05.1940, fundada pelos integrantes do Bloco Os Turunas, no bairro Santana (*Ibid.*, p. 25).

toda uma organização de escola de samba do Rio de Janeiro, com: mestre-sala, harmonia, alas com a mesma fantasia, enredo, porta-bandeira, etc Inicia em Porto Alegre o “carnaval espetáculo”, o carnaval passa a ser mais centralizado, é criada a Associação das entidades Carnavalescas que passam a coordenar junto com o COMTUR (Comissão Municipal de Turismo) a festa carnavalesca.<sup>162</sup>

Tamanha foi a exigência que as outras escolas de samba tiveram dificuldades inicialmente de manter os padrões inaugurados pela Praiana. Contudo, a busca de patrocínios e eventos tiveram de ser promovidos para angariar fundos. Com o advento da Ditadura Militar em 1964, o carnaval passa a ser controlado pela Prefeitura, que distribui recursos para as entidades carnavalescas, e passa a desestimular os desfiles nos bairros, ficando a prioridade das apresentações das escolas na região central da cidade.

Em 1972, é re-criada a Associação das Entidades Carnavalescas. Esta tinha como missão qualificar os desfiles, articulando coletivamente junto ao poder público melhores condições para os desfiles. No entanto, toda esta normatização e intervenção oficial vai retirando do carnaval aquilo que ele detinha de característico: a autenticidade e independência. O carnaval toma um rumo profissionalizante. Os “destaques”<sup>163</sup> agora são remunerados, assim como tantos outros artistas - artesãos de barracão, costureiras, desenhistas, mestre de bateria, músicos, etc..

Além disso, o poder público paga um cachê para as escolas, que parte de um montante e a cada uma é destinada uma verba, conforme o seu desempenho no carnaval anterior. Para os meios de comunicação esta rivalidade interessa, pois percebe nesta “competição” uma possibilidade de lucro.

Até mesmo as tribos carnavalescas, peculiaridade gaúcha, enfraqueceram, mediante tantas exigências para os desfiles, resistindo heroicamente restaram apenas três os Comanches, Tapuias e Guaianazes. No final da década de 60, mesmo sob a ditadura militar, desenvolveu-se aqui em Porto Alegre, toda uma preocupação com o resgate das origens africanas do povo brasileiro, com isto, algumas entidades, passaram a inserir nos seus enredos a temática da negritude.

Já no final da década de 1970, a Prefeitura retira o apoio dado aos carnavais de bairro. É neste contexto de mudanças no carnaval e também na paisagem urbana, que um número considerável de famílias serão expulsas de suas casas para a periferia longínqua da cidade. É neste

---

<sup>162</sup> MAIA, 2000, p. 37-8.

<sup>163</sup> Os destaques são elementos obrigatórios num desfile, e que pontuam para a escola de samba, como mestre-sala e porta-bandeira, por exemplo.

contexto, de transição, afrouxamento da ditadura militar, de políticas e públicas de ordenamento, de retomada das manifestações populares que é criada a Estado Maior da Restinga.

#### 4.1 A FUNDAÇÃO DA ESTADO MAIOR DA RESTINGA

A Sociedade Recreativa e Beneficente Estado Maior da Restinga constituiu-se como um espaço de encontro e de identidade fundamental para os moradores da Restinga. Foi a forma que aquelas pessoas acharam de sedimentar uma base social que ainda hoje está em construção. Os estudos de Zamboni, Nunes e Souza apontam que a Restinga foi formada inicialmente por reassentados de vários lugares de Porto Alegre, havia um núcleo (internamente diversificado): Ilhota, Dona Theodora, Marítimos e Santa Luzia, mas não eram exclusivos.

E, como vimos anteriormente, lá segundo os primeiros moradores, não havia nada em termos institucionais, que pudesse exercer este papel agregador, além da Igreja. Esta comunidade estava irmanada pela exclusão, pela origem étnica, pelas dificuldades. De certo havia, um patrimônio imaterial que era essencial para os seus fundadores: o gosto pelo samba, pelo carnaval.

É o que se pode confirmar com a escuta de alguns protagonistas de toda esta história. Segundo a senhora Maria Clara Nunes<sup>164</sup> a fundação da escola de samba foi:

*mais ou menos assim: estávamos lá no campo, assistindo a uma partida de futebol. Aqui tinha muito jogo [...]. Não havia muito o que fazer mesmo, de lazer não tinha nada. Daí os guris falaram para o meu marido “vamos criar uma escola de samba?” Ele ainda olhou pra mim, pra ver o que eu achava, e concordou, daí foi aquela função. Eu tinha um clube de mães, fiz um acordo: “vocês me ajudam e eu ajudo vocês”. Eles concordaram, daí juntei a mulherada do clube, e eles o pessoal do futebol e levamos a idéia adiante (Maria Clara).*

Como podemos perceber, já havia uma prática de associativismo, times de futebol, clubes de mães. É dessa forma que as pessoas puderam enfrentar as adversidades dos primeiros tempos, unindo-se. A senhora Maria Clara Nunes fala saudosista:

---

<sup>164</sup> Maria Clara Nunes, membro do Conselho da SRB Estado Maior da Restinga, ocupou funções de coordenação e secretaria, além de ter fundado a agremiação, residente na Restinga Velha.

*Muitas reuniões foram aqui na minha casa. Em função da escola de samba, muitos casamentos eu fiz aqui. É que era sempre festa. O pessoal se reunia, fazia uma carne, uma cervejinha, um puxa um violão, o outro traz o surdo, daí o que tu achas? **Dá samba! Pra gente que é negro, é normal.** O branco tem um jeito mais sofisticado, mais quieto, não tem a nossa alegria. Pra completar então a gente criou a Estado Maior (Maria Clara).*

O relato da senhora Maria Clara, única mulher entrevistada nesta pesquisa (única mulher sócia-fundadora da entidade), é revelador: o associativismo das mulheres, a abertura da sua casa para o convívio, para a integração, para a festa. Mas também para a organização, durante mais de dez anos, a senhora Maria Clara foi a secretária da escola de samba. Onde, com sua colaboração, a escola sagrou-se campeã tantas vezes.

Neste período de fundação da escola de samba, haviam poucos interlocutores das comunidades autorizados pelo governo militar. Os clubes de mães, são entidades que mereceriam um estudo de maior fôlego, tamanha a contribuição dos mesmos para o atendimento de demandas, que não são exclusivas das mulheres, embora protagonizadas por elas, as mobilizações por creches e escolas beneficiaram toda a comunidade, resumidamente, não é uma questão de gênero, embora possa ter sido considerada historicamente como tal. Na pessoa da Sra. Maria Clara, estão tantas outras vozes femininas que construíram a escola de samba, seja nas alas, nas atividades de costura, de barracão, de fantasias, e também a participação em tantas outras frentes luta do movimento popular.

No dia 20 de março de 1977 estava fundada a Estado Maior da Restinga. Perguntei ao Sr. Dalcir<sup>165</sup> (fundador) qual o papel da Estado Maior da Restinga na construção da identidade étnica desta comunidade, posto que para o senso comum “restingueiro” e negro é a mesma coisa:

*Jogamos muito com a vaidade da comunidade. Tentamos construir este “orgulho” de ser da Tinga. Mais até do que em ser negro. **É que pra nós é tão óbvio [...]** (aponta para o seu corpo e o do outro colega, são negros). Temos uma escola pra botar na avenida, com brancos, negros e tudo o mais (Dalcir).*

Na verdade, a imensa maioria dos moradores e fundadores da escola eram negros, não havia porque demarcar território interno. A identidade étnica racial estava subentendida nas vivências, no convívio, na cultura, na própria essência do carnaval de rua. Ali, na Restinga, a distinção deveria ser outra, para ter valor simbólico. Se define a identidade de um grupo em relação aos outros, ao seu oposto. Logo, é para o restante da cidade, é o contraste não apenas da cor da pele, mas do seu território.

---

<sup>165</sup> Dalcir da Silva, Membro do Conselho e Diretor de patrimônio da escola.

O que define a identidade poderia ser resumido em um dos “gritos de guerra” da escola “Tinga, teu povo te ama”, ou “Sou Tinga, e daí?”. Neste ponto podemos comprovar a autoria da escola de samba nestas “chamadas”. Segundo a senhora Maria Clara, numa certa ocasião, o presidente da escola, Sr. Ribeiro estava discutindo com outra pessoa, lá da prefeitura. Os dois falavam alto, e o Sr. Ribeiro defendendo sua escola teria dito ao outro, pra todos ouvirem: “Sou Tinga, e daí?” A sócia fundadora - que é negra, complementa:

*Quando a gente escuta “Tinga teu povo te ama” antes de entrar na avenida é sempre uma emoção. Por que a escola é tudo o que tem de bom. É aqui que eu vivo, com meus amigos, minha família, todo mundo junto. É um quilombo, é só reparar, a negrada tá toda aqui. E eu, me sinto em casa aqui na quadra (Maria Clara).*

Ou seja, a escola de samba para estas pessoas é muito mais que uma preparação para o desfile, é o convívio, é o contato com suas referências afetivas, é um ponto de encontro.

Para o Sr. Dalcir (fundador), ao ser perguntado sobre a questão da negritude, ele avalia que este tema está sempre perpassando o trabalho da Estado Maior através de seus projetos. Ele ainda relata as condições em que se davam os ensaios, sem quadra da escola:

*A gente ensaiava nos fundos do CECORES, era uma área da Prefeitura, chão batido, senzala mesmo. Então a gente se juntou e, com o apoio do DEMHAB, na época era o PUJOL, se não me engano...ele conseguiu um comodato pra gente...Bem, aquela rica sede a gente batalhou muito, tem dinheiro público, da comunidade e dos políticos também, caso contrário, não seria possível (Dalcir)*

Esta história está inserida num contexto em que o bairro Restinga, em meados da década de 70 já contava com as duas primeiras unidades da Nova Restinga a terceira estava em construção. O que significa dizer que o perfil social dos moradores foi se diversificando.

No início, os reassentados para a Restinga Velha, como demonstrado no capítulo 2, eram a maioria. A partir da oferta de casas na Nova Restinga, pessoas com famílias de maior renda passaram a integrar a comunidade, assalariados, funcionários públicos.

Pode-se arriscar a dizer que se constituíam numa “elite” os negros assalariados, funcionários públicos, pois, com a sua renda fixa, seu trabalho regular, permita-lhe o tempo e os recursos necessários para voltarem-se para questões culturais. Conforme vários estudos sobre entidades negras, o funcionalismo público que se abre a partir da década de 30, promove uma ascensão social (uma pequena parcela é claro) de camadas da população, que outrora estavam totalmente alijadas das possibilidades de ensino, trabalho regular, profissionalização, e quanto mais de casa própria. Algumas pessoas que lideraram o processo

de fundação da entidade carnavalesca faziam parte do funcionalismo público municipal. Como o Sr. Claudionor (CECORES/PMPA) e o Sr. Brasil (DEMHAB/PMPA) além de serem foliões de longa data, possuíam a mobilidade e a disponibilidade necessária para tomar a frente do processo da construção de uma entidade carnavalesca.

Mesmo contando com o CECORES - Centro Comunitário da Restinga, times de futebol e clube de mães, as opções de sociabilidades nesta época ainda eram precárias. Distante mais de 20 km do centro da cidade, com um perfil sócio econômico que não oportunizava à maioria de seus moradores um deslocamento acessível. Os moradores ressentiam-se de opções de lazer.

Em 1975, criou-se a Unidos da Restinga, que realizou um desfile, mas não teve a articulação e recursos necessários para manter-se.

No entanto, este mesmo núcleo fundador da Unidos da Restinga, integra-se com os novos moradores, bem como com agentes do poder público e fundam uma nova entidade, que veio a chamar-se Estado Maior da Restinga, em 20 de março de 1977.

A conjuntura política da cidade era peculiar. Já no final dos anos 70, Porto Alegre assiste a uma rearticulação dos movimentos sociais, que denunciavam, embora sem muito apoio dos meios de comunicação as arbitrariedades dos governos. No campo político comunitário a rearticulação da FRACAB, sob influência da esquerda, e também a reorganização do Movimento Negro Unificado<sup>166</sup> entram na cena pública. Embora a abrangência destas iniciativas fossem bem restritas para a época, os governantes estavam sempre atentos para quaisquer “subversão” que potencialmente oferecessem um confronto com a sua forma de governar. Estas críticas também eram endereçadas a Prefeitura Municipal, especialmente no que se refere às remoções forçadas de populações que residiam em áreas que estavam sofrendo uma maior valorização imobiliária.

O empobrecimento interno da população de Porto Alegre, o aumento da sub-habitações, agravado pelo número cada vez maior de vazios urbanos especulativos, fez com que a problemática habitacional pautasse os governantes. No período, 41% da área total de Porto Alegre, concentrava-se nas mãos de construtoras, incorporadoras e especuladores imobiliários.

Ao mesmo tempo, a administrações municipais do regime ditatorial buscaram cooptar parcelas das comunidades, por meio de práticas políticas tradicionais, cleintelistas e patrimonialista, ou através de vários programas e projetos que buscavam neutralizar possíveis movimentos contestatórios, assim como utiliza-las no processo de disputa eleitoral.<sup>167</sup>

<sup>166</sup> Sobre uma retrospectiva do Movimento Negro Unificado em Porto Alegre (CAMPOS, 2008, p. 231-45).

<sup>167</sup> FEDOZZI, 2000, p. 22.

A propaganda oficial veiculava que a Nova Restinga era o maior empreendimento popular do país. Mas os moradores sofriam com a falta de água, de transporte público e também com a dificuldade de conseguir um emprego, devido aos problemas de deslocamento, o que acarretava também a marginalização. Além disto, as condições de infraestrutura da Restinga Velha em comparação com a Nova Restinga, eram gritantes. Havia uma divisão territorial, infraestrutural e social. Era necessário, de alguma forma, integrar o bairro.

Logo, uma estratégia institucional, contando com órgãos do executivo como DEMHAB, SMED- na época, SMEC, e da própria Delegacia de Polícia, como também da Brigada Militar, aliando-se com a vontade genuína dos moradores de se agremiarem, em torno daquilo que era comum, o samba, o carnaval, constituiu esta parceria, como relatam vários fundadores e colaboradores da entidade, conforme o depoimento de Reginaldo Pujol<sup>168</sup>:

*Quando eu fui para o DEMHAB, isto em 1975, quando se aproximou o carnaval de 76, início de 76, fevereiro de 76, o delegado de polícia da área, o **delegado** Chicão, Francisco, qualquer coisa da Cruz, me procurou e me disse o seguinte: “Diretor eu vim lhe dizer o seguinte: eu não vou ter como **controlar, este pessoal** lá da minha delegacia, aonde eu estou isolado da maioria das coisas e está tudo espreado por aí, e eu não vou ter condições de controlar este pessoal porque eu tenho muito pouca gente trabalhando comigo então eu quero lhe dar uma sugestão: (importa te dizer que a Restinga estava embrionária neste momento, nós tínhamos conseguido construir a primeira e a segunda unidade, a terceira estava em construção, e eu disse: qual é a sugestão que o senhor tem pra me dar? Nós precisamos organizar um coreto carnavalesco<sup>169</sup>), e daí eu disse, mas o que é que nós precisamos para fazer um coreto? [...] Nós temos que ter uma comissão de carnaval aqui” E eu disse então, se é esse o problema, está resolvido: a comissão está constituída e o senhor é o presidente (o delegado), para comprometê-lo, e aí ele contra - atacou : “aceito eu sou o presidente e o senhor é o tesoureiro”. E aí eu fiquei sem resposta, e aí a gente começou a ver o que precisava ser feito. Entre outras coisas ele me diz: **“olha tem muita gente aí que gosta de carnaval e está espalhada, quem sabe a gente monta uma escolinha, não vamos desfilar lá na cidade, mas vamos ter participação”**. Então nós criamos uma escolinha que foi chamada Unidos da Restinga, que durou uns dois anos, no máximo três aí, se desconstituiu dando origem ao Estado Maior da Restinga. Então com este vínculo inicial eu sempre fiquei comprometido, depois com a Estado Maior da Restinga. (Grifos meus).*

<sup>168</sup> Reginaldo Pujol foi Diretor do DEMHAB em duas gestões, na década de 70, gerenciando o Pró-Gente, que trouxe vários investimentos para a Restinga, foi secretário da SMIC, foi membro da UDN, ARENA, PDS, PFL e atualmente do DEM. O eleitores do bairro Restinga constituem uma de suas principais bases eleitorais. É sócio fundador da EMR, atualmente é Conselheiro da entidade.

<sup>169</sup> Coreto eram palanques armados na época do carnaval onde desfilavam os blocos de bairros, havia premiação, o vereador citou na entrevista, os da Av. dos Industriários, Cel Feijó, Vicente da Fontoura e da Santana, para exemplificar. “Guardadas as singularidades, os coretos eram semelhantes entre si: funcionavam de sábado a terça-feira de carnaval; tinham sua própria comissão organizadora, - composta de moradores do bairro - e seu próprio animador, que anunciava a presença das agremiações que desfilavam por cerca de vinte a trinta minutos. Principalmente eram eventos populares e gratuitos. Gente do próprio bairro onde estava localizado o coreto, mas também moradores de toda a cidade que para ali convergiam seguindo as agremiações de seu interesse” (GUTERRES, Liliane, **Memória do Carnaval da Santana**. Porto Alegre: Unidade Editorial. 2004, p. 21).

Percebe-se aí a necessidade de ordenar o espaço, bem como as expressões culturais, utilizando o carnaval com uma forma de ocupação daquelas pessoas, e também como válvula de escape em relação aos problemas cotidianos. O delegado afirma que precisa “controlar”. E, ironicamente, através do que muitos entendiam como anarquia, desordem, o carnaval, pelas características da época e de hoje, se transformou num grande disciplinador da “massa”. Ao inserir para dentro da instituição escola de samba, toda uma formalização que por ora resulta no reforço da hierarquia da própria sociedade, por ora questiona esta própria sociedade, apontando novos caminhos, organiza-se um conjunto de pessoas que estavam dispersas ou potencialmente sujeitas a identificarem-se com outras formas de associação (como movimentos contestatórios).

Quando o delegado de polícia refere que, uma “escolinha”, possa dar conta do potencial carnavalesco daquela comunidade, com certeza estava exprimindo um desconhecimento ou mesmo preconceito, não dimensionando de que ela “a escolinha” viria a ser uma das maiores e mais expressivas entidades carnavalescas de Porto Alegre. O capital humano de que a região dispunha, não poderia ser mais apropriado: seus fundadores e colaboradores, eram antigos foliões, ex-diretores, ex-fundadores de outras entidades carnavalescas, ou seja, pessoas que já faziam parte do mundo do samba e do carnaval do estado. O que parte destes mentores fizeram, foi reunir esta “muita gente que gosta de carnaval”. Mas que estavam também tramando a mesma coisa. É possível perceber, pelas entrevistas, a origem territorial dos fundadores, na sua maioria reassentados ou contemplados na Nova Restinga, que já brincavam o carnaval da Santana, da Ilhota, participando de tribos e escolas de samba, participando ativamente do carnaval de Porto Alegre e do interior do estado.

Ocorre neste processo toda uma reterritorialização do carnaval. Que antes era mais centralizado, e na periferia também vai ressignificar-se, são os mesmos atores, na sua maioria pobre e formado por afrodescendentes. Estes já haviam hegemonizado culturalmente o carnaval popular.

Mas por ser a Restinga um bairro “chapa-branca”, exigia-se do poder público a sua colaboração, através de seus dirigentes locais. Os estudos de Queiroz, Silva e Sebe a respeito das agremiações carnavalescas, ao longo de sua história, constataram que elas mantiveram com o poder público uma relação de permanente tensão e colaboração, dependendo sempre do contexto político e local.

Os primeiros locais de ensaio foram o CECORES<sup>170</sup> - Centro Comunitário da Restinga, localizado na Restinga Nova e logo após o pátio da Delegacia. Ou seja, concessões públicas. Conforme nos relata a Sr. Maria Clara:

*Olha, bem, bem no início nós começamos com o pé no barro. Que era atrás de uma área, atrás do CECORES onde a gente fazia os ensaios, nós não tínhamos sede. Era um cantinho muito precário, precário mesmo, era barro mesmo, uma área com erosão. Quando chovia, tu imagina como é que ficava [...]. E aí saímos de lá, ficamos um bom tempo, um ano ...os ensaios, não eram ensaios assim com grupo grande de componentes eram grupos pequenos que iam, pegavam um maracaã, tarol, um outro o repinique, então eram meia dúzia de componentes da bateria e faziam o que faziam [...] e inclusive este pessoal que tocou os primeiros instrumentos da escola infelizmente hoje não existem mais, que era o falecido Pindalço, o nego Chico, o falecido Edinho e infelizmente eles hoje não estão aqui pra contar. Bom, aí saímos detrás de CECORES e viemos aqui pra cima, na João Antônio da Silveira<sup>171</sup>. Hoje é um estacionamento, existia um prédio de madeira que era uma sala. Era de uma Delegacia de Polícia, nós fizemos um pedido ali para o falecido que era o doutor Francisco, o delegado da época, nos ceder um pedacinho de chão pra a gente fazer os nossos ensaios. E então aumentou o número de componentes. A escola foi aumentando o número de ritmistas e as pessoas foram se aproximando por curiosidade ou porque acreditavam na escola. Eu sei que a estrutura forte começou assim a EMR, e aí passaram-se os tempos foram passando, nós ficamos dois ou três anos ensaiando ali e na época o hoje vereador Reginaldo Pujol, era diretor do DEMHAB, o Pujol foi convidado na época pra ser o patrono da nossa escola até mesmo porque, sem hipocrisia, nós precisávamos de apoio político, como técnico. Daí o Reginaldo Pujol viu o nosso empenho em continuar com a escola, em formar uma escola forte mesmo, uma escola da comunidade, aí eles vieram nos ajudar. O Reginaldo Pujol, o Arthur Zanela<sup>172</sup>, Evaristo Mutti e o João Carlos. O Pujol como diretor do DEMHAB, fez uma comodato pra nós, naquela área que foi construída a sede da EMR, aquele comodato foi feito por dez anos, depois mais dez anos, mais dez anos em fim nós temos [...] quase que nos pertence (Maria Clara) (Grifo meu).*

O relato da Sra Maria Clara mais uma vez elucida a colaboração do poder público na constituição inicial da Estado Maior da Restinga, mas também mostra a autoria da comunidade na participação e na vontade comprovada de ter uma “escola forte”, através do seu “empenho”.

Importante frisar que o CECORES foi fundado em 1972, na Restinga Nova, e que promovia uma série de atividades de integração, oficinas de couro, marcenaria, artes plásticas, grupos de dança, aulas de violão, em fim toda uma gama de atividades artístico e cultural que, agregaram valor aos futuros artistas do samba. Suas atividades eram gratuitas, e a pré-condição de participar de seus programas era ser morador da Restinga. No CECORES, eram realizados bailes de Carnaval para a comunidade, que participava intensamente, famílias inteiras envolviam-se. Foi de fato, uma importante referência cultural- embora sua falta de

<sup>170</sup> CECORES: Centro Comunitário da Restinga: local de esporte, cultura e lazer, com quadras de futebol, ginásio e piscina, administrado pela Prefeitura

<sup>171</sup> João Antônio da Silveira é a avenida principal do bairro, que faz a divisa geográfica entre Restinga Velha e Nova Restinga. A sede atual da escola é na Restinga Velha.

<sup>172</sup> Ex-diretor do DEMHAB e vereador de Porto Alegre.

peçoal e estrutura não conseguisse atender a grande demanda, antes da consolidação da Estado Maior da Restinga para a região.



Figura 1 - Carro alegórico do Cecores

Fonte: Acervo pessoal Sr. Claudionor<sup>173</sup>

Esta fotografia foi tirada pelos funcionários da Prefeitura, no caso, retrata o serviço de “lazer, esporte, cultura, oficinas profissionalizantes, etc.” prestado pela Prefeitura na região. Nestas ocasiões pessoas da comunidade desfilavam, assistiam, dirigiam-se até o Centro da cidade. É a Restinga se mostrando. É um dar-se a ver ainda tutelado, mas já é um início destas aparições para a cidade. Esta imagem demonstra a intencionalidade do poder público em dar uma resposta ao restante da cidade, do que ele estava realizando na Restinga, face às críticas que recebia, embora restritas pelo período ditatorial, do movimento comunitário da cidade.

<sup>173</sup> Sr. Claudionor: Sócio fundador da Estado Maior da Restinga, foi presidente da primeira escola de samba da Restinga, a Unidos da Restinga. Funcionário público municipal, integrante da escola de samba Acadêmicos da Orgia.



Figura 2 - Carnaval Infantil no CECORES, 1973

Fonte: Acervo pessoal Sr. Claudionor.

Esta fotografia foi feita na quadra do CECORES, também pela prefeitura. Dá para observarmos a diversidade étnica, os instrumentos de percussão, e as fantasias de papel. Trata-se de um baile infantil, onde possivelmente muitas destas crianças, sem saberem, estavam ensaiando sua participação na futura escola de samba.



Figura 3 - Baile de Carnaval no CECORE, 1972

Fonte: Acervo pessoal Sr. Claudionor.

Esta imagem foi feita pelos próprios moradores, destacam-se aí, os detalhes e o material das fantasias, já num outro contexto. Pode-se inferir, e assim confirmar, o que muitos

entrevistados mencionaram: a origem carnavalesca de muitos moradores. Em 1972, não havia nenhuma escola de samba na Restinga. Logo, como explicar as fantasias? Só posso concordar quando dizem que para a primeira geração (os fundadores e contemporâneos dos mesmos), a Estado Maior foi a sua segunda escola.

Estas três imagens são reveladoras do papel do CECORES enquanto centro social e da parceria do mesmo com a comunidade. Os relatos são unânimes: os ensaios iniciaram no CECORES.

Eis um diferencial em relação às outras escolas, a EMR, sendo num loteamento do DEMHAB, e numa região de abundância de área não chegou a sofrer os dilemas que outras agremiações sofrem: a de falta de área, de local para construir sua quadra. A mesma sorte não tiveram Imperadores e Bambas da Orgia, para citar duas famosas, que dramaticamente tiveram que mudar de quadra, também num processo de reterritorialização forçada.

Nos seus primórdios a EMR foi sediada na Restinga Nova, mas como relata um outro fundador, Hélio Garcia<sup>174</sup>, a “base” estava na Restinga Velha. Que concentrava maior número de afrodescendentes, e de “batuqueiros”. O mesmo relata situações “*sui generis*”, como uma espécie de “indulto de carnaval”, realizado na região, tamanha a parceria da EMR com alguns órgãos públicos:

Tavama: Qual foi a participação que senhor se recorda do delegado de Polícia Chicão, na formação do Estado Maior?

*O delegado Chicão, hoje dá pra falar porque o delegado está aposentando, não vai criar problema, e na época, o delegado foi delegado da Restinga por muitos e muitos anos lembro que Estado Maior já estava com dez, vinte anos e ele ainda era delegado da Restinga. E naquela época nós tínhamos uns caras muito bons, que tocavam repinique, uns caras de marcação. Isso é fundamental, o cara que marca, não troca, por que desanda o samba, porque o cara tem o vigor ele sabe a pancada certa da escola e nós tivemos situações em que de repente estavam os dois caras da marcação, da surda de 1ª e da 2ª estarem “guardados” na delegacia (Hélio Garcia).*

Tavama: Pediram uma força pro delegado?

*E aí nós íamos lá falar com o delegado Chicão e ele: “olha aqui Helinho vou te entregar esse negão aí hein, mas amanhã de manhã quando a escola chegar aqui tu tem que me devolver os caras, tu não vai me complicar”. E aí a gente tinha que ir pra Avenida, cuidar os nossos parceiros, que eu não vou citá-los (Hélio Garcia).*

<sup>174</sup> Hélio Garcia: sócio fundador da EMR, integrou a Imperadores do Samba nos anos 73, 74 e 75, foi presidente da EMR, nos anos de 1985-1988 e 2004-2006. Além disso foi coordenador de carnaval da entidade. Sua memória admirável deve-se ao fato de ter sido o mais jovem fundador da escola, com 19 anos.

Tavama: Sim, claro.

*Entedeu? “Olha aqui véio, vai tomar a tua cerveja, vai curtir vai fazer o teu samba, nós vamos pra Santana mas aqui, quando nós sairmos eu quero vocês num ônibus só pra devolve-los lá pro delegado Chicão. E aconteceu isso umas duas três vezes, dois ou três anos. E essa relação fantástica (Hélio Garcia).*

Tavama: de confiança?

*A Restinga é diferente. Em todos os sentidos. Eu digo pros dirigentes. O cara pra ser galo, pra ser leal, pra ser homem, ele tem que dirigir a Restinga, por que lá tu vai discutir os problemas de forma interna, é uma escola de muito vigor de muita paixão, é uma escola pra mim inigualável. E Restinga Velha que as pessoas tem tanto medo [...]. Eu ando na Velha as três da manhã, a quatro da manhã, a s cinco da manhã, a qualquer hora, não tem problema, entendeu? Existe um muro de Berlim tem muita gente (agora já melhorou um pouquinho) tem muita gente da Nova que não conhece a Velha, a não ser passando no ônibus, e a Velha é lugar tranquilo e hoje, o tráfico está em qualquer lugar (Hélio Garcia).*

*Uma coisa fantástica é que as muambas de Natal, e as muambas que a Restinga faz ela arranca da Velha e tem facções diferentes e elas dão proteção, e eles vem trazendo um de cada lado, armado, mas sem nenhum problema, e há esse diálogo com eles : nós vamos descer coma escola lá, nós queremos a proteção de vocês, e não tem Brigada não tem EPTC e nós trouxemos a escola sozinhos, e eles vem nos protegendo até a gente chegar na avenida principal, então é uma relação diferente. (Hélio Garcia).*

Para Tramonte<sup>175</sup>, as escolas de samba, cumprem várias funções pedagógicas, dentre elas a de regulação das relações sociais. A partir do momento que estabelece códigos, posturas e seus próprios critérios de valorização, a aceitação daqueles que por ventura, não se enquadrem na sociedade, ou seja, são marginalizados (incorrendo por vezes em ações ilegais) têm na escola, não uma aceitação, mas uma tolerância - se respeitando os espaços e tempos do carnaval, a hierarquia da escola e a instituição.

Na quadra da escola, tem música, tem arte, tem amizades, comensalidade, dança, diversão, trabalho coletivo, remunerado, voluntário. É, por essência, um espaço aberto. Mesmo as pessoas que não frequentam a escola, nutrem uma reverência a mesma, pois são conscientes de que ela é a representante da comunidade para o resto da cidade.

Na Restinga Velha, antes, território em latente conflito, a escola abriu caminhos para uma integração. Pois, “a participação na agremiação garantia ao indivíduo uma integração social, o pertencimento a um grupo. A escola se definiria assim como “um indicador de

---

<sup>175</sup> TRAMONTE, 2001.

identidade grupal”.<sup>176</sup> O “cuidar dos parceiros”, para que os mesmos cumpram o acordo com o delegado é questão de honra, e o acordo dos mesmos em zelar pelo combinado também.

O interesse maior, de ajudar a escola de samba a sair bem no carnaval, ultrapassa códigos legais. Dito de uma forma mais clara: o indulto de carnaval foi aplicado, beneficiando a escola, que precisava dos componentes; os componentes que estavam privados de sua liberdade, porém curtem o carnaval e tem compromisso com a escola; e a autoridade policial, que sabidamente acolheu o pedido da escola com a condição que os mesmos retornassem. E foi o que aconteceu.

Apesar do apoio institucional, ele não foi o único responsável pela fundação, crescimento e consolidação da entidade. O apoio não pode retirar o protagonismo dos sujeitos que acreditaram que seria possível fazer uma escola de samba, na periferia da periferia de Porto Alegre. Nem tampouco a experiência que cada componente já trazia consigo, tendo em vista a origem social já discutida neste trabalho. Os primeiros tempos foram de grande despojamento, desafios e dificuldades. A entidade foi fundada na residência do seu primeiro presidente, Sr. Setembrino Bonde que, com sua diretoria, só dispunha da ATA de fundação. Conforme Hélio Garcia:

*[...] e nós não tínhamos absolutamente nada a não ser a ATA.. Aí começamos a trilhar, nós íamos na Nova mas nós íamos mais na Velha, porque na Velha a gente sabia que ia ter uma base carnavalesca. E começamos a convidar pessoas para fazer parte da Estado Maior. O Bonde começou a fazer umas festas pra criança na garagem dele pra recolher garrafas. O ingresso da festa era uma garrafa de cerveja vazia. Pra fazer engradados. O primeiro patrimônio da Estado Maior foram garrafas de cerveja [...]. Pra depois a gente fazer chás beneficentes, galletos, jantar, e o primeiro baile que nós fizemos foi algo fantástico, o Bonde tinha um relacionamento muito bom, com o Salim, e conseguimos levar na Restinga o Café, Som e Leite e o Impacto. Que eram as bandas de maior sucesso no Rio Grande do Sul. (Grifo meu).*

Tavama: Som e Leite do Delmar Barbosa<sup>177</sup>?

<sup>176</sup> LEOPOLDI (apud TRAMONTE, 2001, p. 39).

<sup>177</sup> Delmar Barbosa Pavão: Desde a década de 70, atuante no carnaval e no mundo do samba de Porto Alegre, músico da banda “Café, som e leite” foi sua iniciativa que possibilitou a gravação do primeiro LP de sambas - enredos do carnaval de Porto Alegre, em 1979. Criou o Festival de samba enredo, como dirigente da AECPARS criou também o grupo Extra, hoje chamado grupo de Acesso, na década de 80. Trabalhou como diretor de carnaval das escolas, Estado Maior da Restinga, Acadêmicos da Orgia, Praiana e União da Tinga entre outras. Foi o compositor do samba “Festa de Batuque”, junto com Jajá, para o carnaval de 1995. Sendo considerado, pela comunidade carnavalesca, um dos melhores sambas daquela época. Produtor musical, redator do jornal “Ensaio Geral” Radialista de Rádio Princesa. Falecido no dia 09.09.2010. Homenageado no CD Carnaval de Porto Alegre de 2011.

*Do Delmar, do Roxo*<sup>178</sup>, *do Garoto do Trambone, Wilson Ney*,<sup>179</sup> *Caloca, só tinha fera naquela banda. E então foi nosso primeiro baile. Mas nós sentimos que não tínhamos condições para desfilar em 78 então fizemos um projeto para desfilar em 79 [...]* (Hélio Garcia). (Grifos meus).

O esforço dos dirigentes em construir a autonomia foi constante, o fato de trazer para a Restinga, naquela época, os músicos citados foi um enorme acontecimento. Pois levou até a comunidade, os expoentes do samba da cidade, sendo que junto a comunidade somou pontos. Logo, quando convocada, a comunidade respondia com assistência, presença e colaboração. A precariedade da região que ainda estava se estruturando condicionava esta união. Seu papel integrador, é evidente, até porque, a Restinga, conforme relata Paco<sup>180</sup>

*Ela era [...] não tinha o que fazer, se fizesse uma jantar lá, era a coisa do século. A pessoa ia pra manicure, pro cabelereiro. A Restinga foi colocada aqui, eram vinte e seis vilas, então o meu vizinho, eu nem sabia de onde ele era, o outro eu nem sabia de onde era. Então a gente andava na rua louco por um cumprimento, por que ninguém conhecia ninguém, então aí eles fizeram o CECORES, inauguraram em 72, era para integração as pessoas não sabiam se portar, eles vieram aqui nos ensinaram, a conviver com as outras pessoas, era a Ilhota, a Theodora, a Marginal, não é que era bandido, mas era falta de conhecimento, falta de estrutura, faltava tudo. A gente veio pra um lugar onde tinha banheiro dentro de casa, luz, água, uma casa com parquet, era só rico que tinha estas coisas. A gente veio pra cá, Graças a Deus. Então a Estado Maior ensinou isto, a convivência entre as pessoas e eu nem sabia quem era, e aí de repente, ah, te vi na escola... e gente via as pessoas e dizia: e aí como vai? A escola é que foi a primeira a fazer isso, ela que fez isso, a gente deve isto a escola (de samba).*

Tavama: Início de namoro, casamento [...]: *“Isso é o que mais tem, carnaval também tem estas coisas, normal, eu adoro a escola, todos sabem, é pra mim maravilha, o presidente me telefona se tiver algum problema eu disse pra ele o que eu puder ajudar, eu ajudo(Paco).*

Tavama: O coração continua lá? *“É Estado Maior, sou Restinga mesmo, é um filho. É mais do que filho, tu viu criar, tu ajudou. Eu me casei nesta escola, tu não imagina. A gente fez coisas por esta escola que se fosse hoje eu não faria. Tu fez, tu ,sabe (Paco).*

<sup>178</sup> Carlos Alberto Barcellos, conhecido como “Roxo”, radialista das rádios Gaúcha e Princesa, jornalista de Zero Hora, ligado ao mundo do samba, incentivador do carnaval (foi fundador e presidente da Imperadores do Samba), mantinha uma coluna no jornal ZH, chamada Ala do Roxo, que noticiava os eventos e preparativos do carnaval pelas escolas de samba, assim como temas ligados a cultura afro. A pista de carnaval é chamada de Passarela Carlos Alberto Barcelos, o Roxo, desde 1989, ano de seu falecimento. Músico do conjunto Café, Som e Leite.

<sup>179</sup> Wilson Nei: compositor de mais de 500 sambas, reconhecido através das gravações de Neguinho da Beija-Flor, Leci Brandão, Alcione, de suas composições.

<sup>180</sup> Guaraci Abel da Rocha Vieira, conhecido como Paco, integrante e ex-diretor da EMR, fundou a União da Tinga (dissidência da EMR), retornando aos quadros da EMR.



Figura 4 - Sr. Paco na Ala Brasil

Fonte: Acervo pessoal Sr. Brasil.

A figura mostra o Sr. Paco - de casaco marrom - a frente da Ala Brasil, que foi durante um bom tempo a ala “mais forte”, maior e mais organizada da Estado Maior, ao fundo, uma bandeira com o mapa do Brasil, símbolo da ala, também o Sr. Brasil ao fundo da foto.

A ala exerce um papel importantíssimo numa escola de samba, é ela que faz a ponte, o elo de ligação do componente com a direção da escola. É através de promoções, encontros que, as alas se reforçam e recrutam novos membros para a entidade.

Na obra *Memória do Bairro Restinga*, o Padre Angelo Gaio diz que: “desde o início da vila a gente sempre procurou estar presente com o povo, levando a assistência espiritual, mas também ajudando na parte social desde o princípio, principalmente por ser uma gente pobre”.<sup>181</sup> Na época da fundação da EMR, o representante da Igreja Católica na região era o padre Sérgio, que permitia o uso do salão para ensaios musicais. Coral, conjuntos musicais, aulas de flauta. E, em seguida, ao fundo, uma mini bateria era ativada com o Sr. Claudionor<sup>182</sup>, que sendo mestre de bateria da Acadêmicos da Orgia, também fundou a Unidos da Restinga em 1975 e, extinguindo-se esta, fundou a Estado Maior da Restinga em 1977.

<sup>181</sup> NUNES, 1997, p. 14.

<sup>182</sup> Claudionor dos Santos: funcionário do CECORES./PMPA fundador da Unidos da Restinga e da EMR, membro da diretoria, ex integrante da Acadêmicos da Orgia, nasceu e cresceu no Areal da Baronesa.

*[...] quando nós chegamos aqui na Restinga, tudo o que foi prometido, nada encontramos, então não tinha espaço nenhum. O único espaço que existia pra nós era a paróquia, a igreja naquela época o pároco da igreja era o padre Sérgio, um italiano que abriu este espaço pra nós. Até ele também é precursor da primeira escola de samba, junto com o delegado. O próprio padre Sérgio foi ele que formou o primeiro conjunto de samba também dentro da Restinga então a gente o que é que fazia na época? A gente cantava no coro da missa. E depois se fechava uma porta grande dentro do salão e aí começava o trabalho nosso do samba. Como não existia nada de divertimento pra gente da comunidade e eu inventei todos os domingos umas apresentações: quem sabe dançar dança, quem sabe cantar, canta, quem sabe declamar, declama, quem sabe tocar toca. E aí começou esta integração. Até surgir o Centro Comunitário, e aí começou o centro comunitário o espaço ficou mais amplo para a comunidade e aonde a gente começou então a fazer várias culturas, várias outras coisas que até então não se fazia dentro da Restinga por que não se tinha o espaço e eu acredito que este espaço foi muito importante para a comunidade, pois quando se juntou aqui várias etnias e várias comunidades, que não se conheciam mas cada um veio de uma parte com uma história, principalmente dentro do samba, pois cada morador que veio parar aqui dentro da Restinga a grande maioria era sambista e era de escola de samba, oriundos de escolas de samba (Claudionor). (Grifo meu).*

O senhor Claudionor ainda informa que, a cada aniversário da Nova Restinga, que era comemorado com desfiles cívicos, com a participação de escolas, entidades, times de futebol ele comandava a bateria, que inicialmente era composta por instrumentos cedidos pelas escolas, ao final de cada desfile, ele “puxava uma batucada”, as pessoas foram identificando-se com o samba (posto que a origem das mesmas era de territórios onde se curtiava o carnaval), e que teria então surgido a idéia de se formar uma escola de samba na região. A foto abaixo ilustra bem o que foi relatado. Esta imagem foi produzida pelo poder público, e segundo o Sr. Claudionor, cópias das mesmas eram expostas nas escolas da Restinga.



Figura 5 - Sr. Claudionor, como mestre da banda, desfile cívico na Restinga

Fonte: Acervo pessoal Sr. Claudionor, início da década de 70.

Até aqui foi possível ver as diferentes motivações dos entrevistados. E, como podemos verificar, as motivações são complementares. Cada segmento, ou pessoa compreende a questão sob o seu prisma. E, não é objetivo deste trabalho, narrar uma disputa pela fundação da entidade. Fato é que as motivações são legítimas tanto do segmento “comunidade”, quanto do segmento “institucional”. E, como já foi referido, naquela conjuntura interessava a ambos a fundação de uma entidade carnavalesca, pelos mais variados motivos: prevenção da violência, integração social, participar do carnaval, criar um espaço de lazer, diminuir o preconceito em relação aos moradores da Restinga, cultivar o samba, etc.. Esta referência positiva que o carnaval proporcionava, interessava a todos. Além disto, a administração de diversos interesses trouxe a oportunidade de setores da população - que até então encontravam-se excluídos dos processos de discussões públicas, culturais, de experimentarem o exercício da política, sendo que o período era de abertura lenta e gradual do regime, logo propício para entrarem na esfera pública.

Essa aliança foi fundamental para o crescimento das escolas [...]. Conjugando interesses na construção de um processo comum, enfrentando seus conflitos e antagonismos é um exercício democrático fundamental para as classes populares no sentido de promoverem seus processos pedagógicos e construir suas entidades político-organizativas.<sup>183</sup>

O fato de pessoas ligadas ao poder local participarem da escola, facilitou muito o encaminhamento de várias demandas, no entanto, facilitou também o controle social, numa relação de divergências veladas, os dirigentes da escola ao que parece souberam conduzir a seu favor este tensionamento. Neste sentido, o convite ou o apoio de pessoas com um certo reconhecimento social ou político sempre foi bem vindo. Numa das entrevistas realizadas, ao perguntar para um integrante da escola sobre a sua preferência ou simpatia partidária recebi uma resposta categórica: “*meu partido é a escola*”.

*Uma outra coisa também muito importante na formação da primeira escola de samba e do segmento que nós temos hoje foi aglutinar as **celebridades** que nós tínhamos dentro da Restinga como **delegado de polícia, professores, os clubes de mães, o próprio SENAI, o próprio diretor do SENAI, eles que deram também todo o suporte para o nascimento desta escola de samba** (Claudionor).*

As entidades como clube de mães e times de futebol, assim como casas de religião do bairro, também estiveram no processo de montagem da escola, foi tamanha a adesão à idéia de se criar uma escola de samba, e também tamanha a vontade de seus dirigentes de agregar

---

<sup>183</sup> TRAMONTE, 2001, p. 104.

os desgarrados, ou aquelas pessoas e entidades que por ventura ignoravam o processo que, ao se reunirem para definir o nome da escola de samba, o critério foi que “*devesse abarcar todas as entidades da região, como se fosse um “estado maior”*”. A adoção do nome “Estado Maior da Restinga” foi unânime na reunião de seus fundadores. Mas não sem antes muitas discussões, como relata Hélio Garcia, que entre outras coisas reflete mais uma vez, a origem de seus carnavalescos.

Tavama: Uma curiosidade, o nome Estado Maior da Restinga é um nome pomposo, belíssimo, o senhor tem lembrança de quem teve esta idéia? “*Desse que vos fala*” (Hélio Garcia).

Tavama: Então parabéns pela originalidade:

*Na época, como eu era muito guri, eu tinha 19 anos, e os outros fundadores tinham 46,48,47, cinquenta e algumas coisinhas, e eu escutando eles darem a opinião deles com relação ao nome, então quais foram os nomes que foram citados pra pauta: **Embaixadores da Restinga, Acadêmicos da Restinga, Bambas da Restinga, Imperadores da Restinga** (Hélio Garcia).*

Tavama: Ah, que criatividade [...]:

*E eu escutando, claro que quem é mais jovem hoje, a gente observa muito o ímpeto, a vontade, a coragem do jovem, e eu escutando ali, aí eu disse pro pessoal...e até tinha ganho um lá na votação. E aí eu disse, eu não concordo: eu não concordo por que vocês todas as vezes que chamarem a Restinga vão estar chamando primeiro quem, o **Embaixador? O Imperador, o Bambas? Quer dizer que a gente vai estar fazendo nome para os outros, a gente tem que ter um nome diferente, um nome que ninguém tem. Aí, eles disseram “mas guri”- me chamavam de guri- “que idéia tu tens”? E aí eu disse “aqui não é uma vila que tem um monte de times de futebol de salão? Um monte de times de futebol, escolas, um monte de casa de mães de santo, então, tem que agregar isso tudo, tem que ficar tudo dentro dela,” e aí eles perguntaram mas que nome teria pra unir isso tudo? Ela teria, veio assim do nada, “ela teria de ser um estado maior”. Daí eles disseram estado maior é do exército, estado maior é da aeronáutica, estado maior é da marinha. Ah mas então que seja, se tem do exército se tem da marinha então que seja um estado maior da Restinga. Então nós vamos ser o “front”. Nós somos o Estado Maior da Restinga. E aí foi aprovado. Daí ah, guri e tal. Aprovado por unanimidade. E daí se criou um grande problema: **Nós fomos convidados a comparecer no Comando do Primeiro Exército!** (Hélio Garcia). (Grifos meus).***

Os dirigentes da escola foram convocados a prestar esclarecimentos pelo uso do nome “Estado Maior”, que seria um termo restrito às forças armadas. Setembrino Bonde, o mais experiente, primeiro presidente, justificou com base na idéia de integração, e de criar uma referência para o bairro. No final do interrogatório, segunda consta na entrevista, os membros do exército sentiram-se homenageados.

Para outros entrevistados não poderia haver nome melhor. É como se este nome traduzisse a “grandeza” da escola, a garra, a vontade de seus componentes de ganhar o carnaval, de serem vistos como cidadãos.

Neste sentido, um outro aspecto abordado nas entrevistas foi o preconceito. Ao perguntar sobre este assunto, a Sra Maria Clara responde:

*Com certeza, noventa por cento dos moradores, dos pioneiros que abriram as matas aqui da Restinga, pra hoje ser esta cidade que é, foram pessoas negras. Por que o negro sempre foi um herói, o negro é um herói, desde a criação do mundo, a história do negro, o negro é um herói, eu vejo assim. Por eu ser negra bem negra, bem descendente de escravos, que o negro abre caminhos pro branco, mas da minha parte, eu Maria Clara, eu costumo dizer: olha branco eu abro caminho pra ti, mas tu me respeita, eu tô sempre na tua frente. Não assim com aquela pretensão besta, mas com aquele orgulho sadio. Mas com aquela vaidade, eu me sinto. **Eu sou uma negra corajosa e faço questão de dizer em palestras: eu sou uma negra corajosa eu não tenho medo de nada.** Só tenho medo de vento, mas vento...E, eu sei que naquela época, quando viemos pra Restinga, eu não senti a falta do conforto que eu tinha porque a dificuldade, como eu já te disse, não me assustava, não me assusta. Então o que eu tinha que fazer? Arregaçar as mangas e botar a mão na massa. Fazer a minha parte pra melhorar a vila que eu escolhi pra morar e criar bem os meus filhos. Lá pelas tantas como eu já tinha a idéia da escola de samba pra ser fundada eu conversei com as mulheres amigas minhas pra nós formarmos um **Clube de Mães**. Pra inclusive aproveitar este nome do Estado Maior da Restinga pra gente fazer alguma coisa por esta vila. Então foi assim: foi tipo uma parceria que nós fizemos, nosso clube de mães Maria da Graça trabalhou junto com a diretoria do EMR, então assim uma mão lavava a outra: eu levei os componente pra EMR que estava começando , e a escola emprestava o nome pra nós fazermos a **mídia, o comercial de nosso clube**. Então o que é que nós fizemos? Tudo, o que a gente fazia, participação em feiras, em reuniões, a gente sempre citava o nome da **EMR, porque até então a gente achava que era o nosso carro chefe**. (Grifos meus).*

Conforme a Sra. Maria Clara, a Estado Maior da Restinga foi o “carro-chefe”. Esta articulação com as outras entidades do próprio bairro, permitiu para a entidade, um livre-trânsito em qualquer âmbito da comunidade.

Para Tramonte, a escola de samba, muitas vezes faz o papel de mediadora de conflitos e projetos. E, este contato, que foi fundamental para sua formação, vai alicerçar em grande medida os desafios futuros. Como alguns tensionamentos bem atuais pode-se elencar: comunidade *versus* pessoal de fora; modernidade *versus* tradição; negros *versus* brancos; autenticidade *versus* profissionalização.

Iniciava-se um processo irreversível de visibilidade para uma comunidade, que foi, a sua revelia, invisibilizada pelo poder público através de uma política habitacional segregacionista. Logo, aquilo que foi escondido, retorna, mas com outra dimensão, com a perspectiva de diminuir o preconceito e a estigmatização que a periferia sofre, de promover o espetáculo.

Contudo, um longo caminho será trilhado para a “Patinho Feio”<sup>184</sup> da cidade se transformar no “Cisne Imperial” do carnaval, e este processo se efetivou internamente nos seus quadros dirigentes, nas lutas da comunidade, na relação com o governo, na estruturação da escola, mas também a cada carnaval, na avenida, nos intermináveis(ou brevíssimos) 60min.

#### 4.2 A ESTRUTURAÇÃO DA ESTADO MAIOR DA RESTINGA NOS ANOS 80

*Gira girou, põe a Terra a girar  
Quero ver na passarela quem vai a  
Tinga segurar (Samba enredo EMR carnaval 1987).*

Em 1979, a EMR faz seu primeiro desfile, como convidada do carnaval. Na época as escolas que faziam o seu primeiro desfile não disputavam pontos. Este desfile contou com o auxílio de outras agremiações. É comum no carnaval esta solidariedade entre as escolas. Apesar de ser uma disputa, as escolas partilham do mesmo ideal, que é, além de “ganhar o carnaval”, não “deixá-lo morrer”.

O sentido de solidariedade no mundo do samba é fator de coesão interna, relegando as rivalidades ao segundo grupo [...]. Resultado do crescimento da solidariedade, são raras as acusações de uma escola à outra: o tratamento é em geral fraterno, sob a denominação interna de co-irmãs.<sup>185</sup>

Sendo os desfiles competitivos, esta solidariedade rompe-se após o desfile, e não raro, as escolas que se sentem injustiçadas, acusam os jurados, as autoridades pelas supostas imparcialidades. A ocorrência de conflitos entre torcidas, e o forte aparato policial durante as apurações é uma constante, desde que o poder público passou a oficializar o carnaval. Neste ritual, as adversárias das comunidades carnavalescas não são as classes abastadas da cidade, os políticos que não honram suas promessas, o sistema excludente, a segregação sócio espacial da qual foram vítimas, mas sim as outras entidades carnavalescas.

No ciclo carnavalesco, existem os tempos, como se o calendário do povo do carnaval fosse (e é) outro. Fala-se que o ano no Brasil começa só depois do carnaval, e para os integrantes assim é sentido, assim o é. Goldwasser foi uma das precursoras desta idéia, aqui

---

<sup>184</sup> O Patinho Feio, conto de origem européia, seria uma analogia possível para a EMR, o personagem inicialmente expulso e discriminado, depois de tanto sofrimento, ao crescer e encontrar os seus pares, percebe-se belo, esplendoroso.

<sup>185</sup> TRAMONTE, 2001, p. 122-3.

temos o trabalho de Guterres<sup>186</sup>, que em sua dissertação explora esta temática, onde os tempos carnavalescos se definem de uma forma muito peculiar. Há o tempo de preparação (pré-carnaval), o de desfile (carnaval) e o pós-carnaval. Neste último é chegado o momento de juntar o que sobrou, glórias ou derrotas e irmanar-se com as outras entidades. Todas possuem demandas conjuntas junto aos órgãos públicos, e ao longo do seu processo organizativo, descobriram que unidas, são mais fortes.

Quando acalmam-se os ânimos, volta-se a construir e solidificar-se a causa do samba, do carnaval.

Contudo, a discriminação em relação à escola, por parte dos “outros”, os da cidade (ou do asfalto) é sempre sentida por seus integrantes. No que se refere a polícia sua experiência demonstra que a de dentro da comunidade tem uma relação de proximidade com a escola. Já quando a escola vai participar de um evento fora da Restinga, sente-se discriminada pelas forças de segurança. Melhor dizendo: a polícia de dentro protege, a de fora, discrimina.

*[...] no próprio dia do desfile, todas as escolas se apresentavam bem, na hora da Restinga se apresentar, tinha uma batalha de brigadianos nos cercando [...] que lamentavelmente a maior tristeza que a gente tinha era essa: nós éramos discriminados, nos tinham como se a gente fosse marginal, certo. E a gente sempre chegou lá embaixo, (no asfalto, no centro) com fibra, com o coração, como até hoje. A gente pode ter as divergências da gente aqui entre nós. Mas chegou lá embaixo ninguém nos atura [...]. Até hoje, até hoje (José Brasil).*

A trajetória do senhor José Brasil, com toda consideração que merece todos os outros integrantes e diretores, terá um destaque devido ao fato do mesmo reunir algumas condições excepcionais. Foi fundador da Unidos da Restinga, em 1975, em 1977, funda a Estado Maior da Restinga, sendo até hoje seu conselheiro, coordenou uma das principais alas da escola, a ala Brasil, quando da dissidência, fundou a União da Tinga, voltando a integrar a Estado Maior, um ano depois. Seu filho, Robson Dias, é o atual presidente da escola. Ou seja, não se afastou do carnaval, mantêm-se participativo. Na entrevista, relatou um pouco de sua trajetória carnavalesca.

*Eu no interior desde os meus dez anos, eu sempre fui envolvido com o carnaval e lá eu fui fundador dos Rouxinóis (Uruguaiana), fundado em 1953. Fui um dos fundadores do Rouxinol, 53,54 e 55 eu saí e vim me embora para Porto Alegre. Em 2000, eu voltei a Uruguaiana, depois de 45 anos eu voltei, fui lá pra desfilar com a Cova da Onça. E uma das maiores emoções que eu tive, foi quando eu estava nos camarotes e vinha vindo o Rouxinol, foi difícil [...]. Foi difícil, mas eu passei por essa (José Brasil).*

<sup>186</sup> GUTERRES, Liliâne S. **Sou Imperador até morrer**. Um estudo sobre identidade, tempo e sociabilidade em uma escola de samba de Porto Alegre. Porto Alegre: PPG Antropologia Social/UFRGS, 1995. (Dissertação de Mestrado).



Figura 6 - Sr. Brasil em desfile pela Fidalgos e Aristocratas

Fonte: Acervo pessoal Sr. Brasil

Nesta foto, o Sr. Brasil está num desfile da escola de samba Fidalgos e Aristocratas, agremiação carnavalesca tradicional de Porto Alegre, fundada em 1950 no Mont Serrat-Colônia Africana. O mesmo informa, que quando morava no bairro Partenon, também desfilou em tribos carnavalescas.



Figura 7 - Galeto Ala Brasil, anos 80

Fonte: Acervo pessoal Sr. Brasil.

A foto representa um galeto promovido na casa do senhor Brasil, em prol da Ala que preside. Ao fundo, o símbolo da ala, o mapa do Brasil. Está de pé ao fundo, à direita, o Sr. Brasil, e à esquerda, o Sr. Paco. Percebe-se que ambos estão devidamente trajados. A camisa da escola de samba é um sinal de distinção deles em relação aos demais. Várias gerações, várias etnias, congregando-se, compartilhando comida e bebida, integrando-se, afirmando seus laços comunitários.

As alas constituem o corpo da escola. São o que dão o volume, o conteúdo, é uma forma de condicionar, de disciplinar, mas também tem todo um potencial de organização, de construção de autonomia. Inicia a premiação das alas pelos jurados e pelo público na década de 80, e a ala Brasil foi uma das mais agraciadas com esta distinção. Encontros, galeto, concursos, promoções em geral, foi indiscutivelmente uma “mini escola”, dentro da escola este grupamento. Tanto é verdade, que tiveram fôlego para fundar outra escola. A União da Tinga. No entanto, alguns relatam que grande parte retornou para a Estado Maior quando o Sr. Brasil tomou esta iniciativa.



Figura 8 - Confeção de fantasias Ala Brasil anos 80

Fonte: Acervo pessoal Sr. Brasil.

A foto mostra o trabalho coletivo, na maioria das vezes voluntário, dos membros da ala, a venda e a confecção é um trabalho que envolve várias pessoas. E, o sucesso do coletivo, depende da dedicação de cada um. Nesta época, a terceirização destes - que futuramente ocorre com a maioria das escolas- sequer existia.

Em 1979, seu tema enredo era uma homenagem a Lupicínio Rodrigues, nesta ocasião, ela contou com o auxílio da Fidalgos e Aristocratas na cedência de componentes e empréstimo de instrumentos, foi o que viabilizou a primeira aparição pública da EMR. Após o primeiro desfile, que foi bem noticiado pela imprensa, ela inicia o seu processo de estruturação.

As fotos 09 e 10 fazem parte do caderno de carnaval de Zero Hora, do dia 25 de fevereiro de 1979. A matéria fala que a Restinga desfilou bem, em função do pouco tempo de ensaio. Até na semana anterior ao desfile, ela ainda não havia divulgado o seu tema-enredo. Refere que a escola não tem quadra e que seus ensaios em função disto são realizados no CECORES.



Figura 9 - Foto tirada pela autora no Museu de Comunicação Social  
 Fonte: Zero Hora, 25 de fevereiro de 1979.



Figura 10 - Foto tirada pela autora no Museu de Comunicação Social  
 Fonte: Zero Hora 25.02.79.

Neste período, início dos anos 80, a escola vai formando os seus artistas. Estes, muitos moradores do próprio bairro, vão constituir um núcleo de reconhecido talento. Costureiras, figurinistas, decoradores, mestres de bateria, “puxadores”, compositores, destaques em geral. É nesta época que forma-se a segunda geração de carnavalescos. Que, mais tarde terão o

reconhecimento da cidade, inclusive migrando para outras escolas, mais centrais. Ainda assim, não constituem uma autonomia material. Continuaram contando com o apoio das entidades da região, inclusive com instrumentos musicais das escolas públicas Alberto Pasqualine, Raul Pilla, Dolores e da Associação dos Funcionários do DEMHAB.

A precariedade ainda é um impeditivo para maiores saltos qualitativos, na próxima década estes entraves seriam superados. Em 1980 realiza o seu carnaval com o tema: “Circo alegria e amor”, samba composto por Humberto Goulart<sup>187</sup> e Jorge Carioca. Em 1981, com o tema “De repente Vinícius na Tinga” (de autoria de Humberto Goulart e Jorge Carioca) a Restinga alcança o terceiro lugar, como no ano anterior. Em 1982, o primeiro campeonato chega com o samba de Wilson Ney - Cassino da Urca. Estranhamente esta ascensão vai sofrer uma brusca interrupção por um 7º lugar em 83, talvez por causa do dragão...

Ainda, na estruturação da escola, a escolha do símbolo não estava definida, conforme relata Hélio Garcia.

*[...] nós notávamos que as escolas tinham o seu símbolo, o Imperador tinha o Leão, o Bamba tinha a Águia, e a Restinga, nós não tínhamos nenhum símbolo, eu me lembro que no carnaval de 83 o Ismar criou o dragão. O símbolo da Restinga era o dragão. Só que aí naquele carnaval o dragão, o Xico Correa<sup>188</sup> vinha em cima do dragão e o dragão botava fogo pela boca e o Chico se emocionou e vinha na concentração, aqui na Perimetral e apertava, e era um extintor.*

Tavama: Chegou e gastou tudo? *“Chegou e gastou tudo, e o dragão perdeu o rabo no meio do caminho, o dragão foi um fiasco, a Restinga tirou um péssimo lugar e eu olha aqui ó, mata o dragão. E aí um dia eu e o Xico estávamos conversando [...]”* (Hélio Garcia).

Tavama: Ah, então o cisne não nasceu em 77?

*O cisne é coisa de 85, acho foi no primeiro ano que eu fui presidente. Eu jantava sempre com o Xico Correa e Gilberto Coimbra a gente discutia carnaval todas as sextas-feiras. [...] discutíamos coisas boas pra Restinga. E o Xico dizendo: Não, o símbolo do Estado Maior tem de ser uma coisa pomposa, leve, mas tem que ter pompa, tem que ter chegada, e o Gilberto Coimbra disse: Ah, eu só conheço algo que tem uma coisa bem pomposa, bem louca e chega voando e se impõe sobre os outros, e aquilo tudo. E aí pergunto: “quem?” “O cisne!” E depois de algum tempo a gente foi descobrir que a gente não sabia que tinha o cisne imperial, que é o que mais a Restinga gosta de usar, no início era o cisne branco, depois de algum tempo a gente descobriu que o cisne imperial é aquele que tem uma coleirinha no pescoço*

<sup>187</sup> Doutor Humberto Goulart, ex-vereador do PDT e atual diretor do DEMHAB.

<sup>188</sup> João Francisco Corrêa, o Xico Corrêa, considerado um dos maiores e melhores artistas do figurino do Carnaval em Porto Alegre, desenhou os modelos da Estado Maior da Restinga de 1990 a 1994, em 1999 e 2000 (MAIA, 2000, p. 53).

*preta, que aquele é o pomposo. E também nós fomos fazer com que o cisne desse seu grito de guerra, que nem a águia do Bamba. Então a gente foi descobrir outra coisa, o cisne só canta quando morre. Então o cisne da Restinga não pode cantar, entendeu? (Hélio Garcia).*

Tavama: Ah, então foi na década de 80 numa conversa com o Xico Correa e Gilberto Coimbra? “*Mas a idéia do cisne foi mesmo do imortal Xico Correa*” (Hélio Garcia).

Mas recupera-se no ano seguinte alcançando o terceiro lugar em 1984, falando sobre Santos Dumont. Em 1985, um tema muito comentado na cidade, sobre o Mercado Público fica em 2º lugar (uma colocação até hoje contestada, segundo os membros da entidade, a EMR estava superando a Bambas da Orgia em todos os quesitos, mas um jurado teria dado uma nota absurdamente mais baixa, o que comprometeu as outras vantagens que ela havia obtido na pontuação, sagrou-se a Bambas da Orgia. E em 1986, também segundo lugar com Amazônia, mistério e magia.

A consagração, primeiro título do grupo especial, veio em 1987, “*Fantástica odisséia do samba no mundo fantástico do sistema solar*”. A partir daí, credenciou-se para uma onda de vitórias.

*[...] em 87 uma viagem Espacial, nós fomos campeões pela primeira vez aí no comando o presidente Ribeiro, eu havia me demitido da presidência, passei para o departamento de carnaval, o Ribeiro assume, fomos campeões em 87, e aí depois em 88, em 86 o tema foi Amazonas, em 87 foi o título uma Viagem Espacial, não lembro o nome do enredo em 88 ela é vice campeã de novo, em 89 ela campeã justamente com os Bambas, mas perde pro quesito de desempate que é a bateria, em 90 vice campeã, em 91 e 92 não tem mais como segurar, porque 91 ela faz Mãe África (Hélio Garcia). (Grifo meu).*

Tavama: Ela faz 10 em todos os quesitos<sup>189</sup>, eu estava pesquisando nos jornais, ela tem unanimidade em todos os jurados [...]. Foi uma vitória acachapante.

*Inclusive no Fantástico eles colocam, a Beija-Flor foi campeã no Rio e eles dividem a tela do fantástico e botam: “Carnaval da perfeição”. Que a Beija Flor fez todos os dez no Rio e nós todos os dez aqui. Aparece no final do Fantástico os dois desfilando. Aí em 92 a gente faz Mãe Iemanjá (Hélio Garcia).*

<sup>189</sup> Os quesitos eram resumidamente: Bateria: quesito mais importante, é critério de desempate. “Coração da escola”, ritmo, andamento, execução e harmonia; Música enredo: musicalidade; Harmonia: entre o vocal e a bateria, a escola toda tem que cantar; Tema enredo: adequação entre proposta literária e plástica visual; Fantasia: qualidade, uniformidade, não é só luxo; Evolução: sem vazios e embolações; Porta Estandarte e passistas; Comissão de Frente; Mestre- Sala e Porta-Bandeira, como a Flor e colibri, elegância e entrosamento; Alegoria e adereços: carros e acessórios; Descontos: atrasos na largada ou no final do desfile. (Cláudio Britto, ZH, caderno de carnaval, 1991).

Tavama: Foi demais também aquele samba “*O samba, a escola, a escola amadureceu, me emociona muito em falar*” (Hélio Garcia)

Tavama: Em 93 aquela puxada de tapete, que ninguém explica - os Sete Pecados?

*Em 93 tanto é que ninguém explica, ficou como hino da Restinga quando nós fomos a Argentina, em 99, Buenos Aires chegando lá o pessoal da Associação que estava nos acompanhando, a Margarete Moraes, o pessoal da Prefeitura, representando o prefeito perguntou: e qual é o hino da Restinga, a bateria cantou (emocina-se), [...]: então a Restinga é uma coisa fascinante, maravilhosa, empolgante no sentido, é uma escola diferente das outras, no chegar é diferente, o seu ritmo é diferente, a sua batida é diferente, quando a Restinga concentra e dá o seu grito de guerra: “Tinga teu povo te ama”, os batuqueiros da escola choram tocando, a gente chora também (Hélio Garcia).*

#### 4.3 A SUPERAÇÃO DA ESTADO MAIOR DA RESTINGA NOS ANOS 90

*A moçada lá da Tinga,  
vem com bossa vem com ginga  
No batuqueque do congerê  
Restingou ?Vou Restingar  
Bra, bra , bra  
Tinga teu povo te ama.*

(Samba-enredo de 1991).

Vale comentar que no carnaval de 1991, mais precisamente quinze dias antes, o governo Collor dá publicidade, através de sua Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, ao seu novo plano econômico, chamado de Plano Collor II. Resumidamente, ele congelou preços e salários. Noticiava-se que seria o carnaval da crise, pela alta galopante da inflação, e falta de gêneros em todos os estados.

A crise atinge todas as escolas de samba, a recessão, a falta de dinheiro e a insegurança nos investimentos afastaram até mesmo os apoiadores tradicionais, inclusive no Rio de Janeiro, naquele ano, por exemplo, a Estação Primeira de Mangueira contou com eventos caridosos de artistas famosos como Alcione, Maria Bethânia e Beth Carvalho a fim de arrecadar fundos para a escola e fazer frente a tantas despesas. Falava-se que seria o carnaval da superação, da “ultra-criatividade”, declara Joãzinho Trinta, que desenvolveu o tema de “Alice no Brasil das maravilhas: uma Alice desnutrida e desdentada. Instaura-se um debate sobre o papel do carnaval, de crítica social ou de diversão? Mensageiro da alegria, conforme o carnavalesco Viriato Ferreira da Imperatriz Leopoldina, ou espaço de protesto, como defende

Roberto Costa da São Clemente. Estácio de Sá, anuncia a diminuição de suas alas, Vila Isabel reclama “Não temos dinheiro, nem quadra, nem bicheiro rico”.<sup>190</sup>

Se, na capital do carnaval, a conjuntura não era nada favorável, como seriam então os desfiles aqui em Porto Alegre? O fato é que o carnaval estava em plena transformação em nossa cidade. Sua competitividade aumentou, além de sua organização: a infraestrutura disponibilizada pela Prefeitura qualificou-se, a verba para as escolas aumentou, mas na mesma proporção, o nível de exigência havia também crescido. A coordenação do carnaval passou a ser compartilhada entre Secretaria Municipal da Cultura (até a gestão do prefeito Alceu Collares (1985-1988), estava a cargo exclusivo da EPATUR- Empresa Porto Alegrense de Turismo. No seu primeiro mandato a Frente Popular (1988-1992) conclui que a tarefa cabe à Secretaria de Cultura e à Associação das Entidades Carnavalescas, com responsabilidades e cobranças recíprocas.

Esta é uma mudança total de concepção do carnaval, deixa de ser pensado como evento, atração turística, para ser considerado expressão da cultura popular, assim ele adquire um novo status, de política pública permanente. Com a “deixa” da administração municipal, a Associação das Entidades Carnavalescas também reivindica melhores condições para as escolas. Em contrapartida, a Secretaria Municipal da Cultura determina que os espaços das escolas que possuem comodato com a Prefeitura passem a ser pensados como centros culturais. O regulamento muda, passa a haver uma extratificação maior, dividindo as escolas em mais grupos: Acesso, Grupo B, Grupo A e Especial. Logo, a metodologia muda, assim como o amadurecimento administrativo e político dos dirigentes das entidades intensifica-se. São outros tempos. O Orçamento Participativo, as Conferências de Cultura, os Conselhos Populares, várias instâncias entram na disputa por políticas públicas. E, o carnaval, ao menos em tese, vai ganhando mais espaço, obtendo o apoio até mesmo daqueles setores que o ignoravam. Este processo ainda está em curso, é verdade, mas ele tem uma expansão neste período.

---

<sup>190</sup> ZERO HORA, Porto Alegre, 09.02.1991, p. 15.

**ESTADO MAIOR DA RESTINGA**

*Tinga, teu povo quer a vitória*

As raízes africanas do samba. Com este tema-enredo, criado por Roni, a Estado Maior da Restinga pretende espantar o segundo lugar e vencer o desfile do Grupo 1A, na Augusto de Carvalho. Escola comunitária, presidida por César Ribeiro, a *Tinga* escolheu um tema em que a criatividade pode ser explorada amplamente, mostrando um espetáculo com muita originalidade, empolgação e leveza. A receita da escola, que vai gastar cerca de Cr\$ 6 milhões na folia, é deixar a crise de lado e provar que consegue fazer um bom carnaval, apesar da conjuntura adversa.

O samba da Restinga é de autoria do carioca Sidney Conceição, da ala compositor da Estácio de Sá, do Rio, que ficou quase um mês na cidade. Nesse período, Conceição também trabalhou com o mestre Estevam, para dar uma nova cadência a bateria da escola, que terá 250 batuqueiros na pista de eventos. Eles vão garantir o ritmo, junto com a harmonia, dirigida por Kid, para que os puxadores Cláudio Barulho, Chulepe, Paulinho da Tinga e Djanir possam levar o povão ao Jelírio com o refrão *Restingou no Restinga, Bra, bra, bra*.

**DESTAQUES** — A *Tinga* já definiu os seus destaques do carnaval deste ano. A porta-bandeira é Tânia Regina, o mestre-sala é Oldir, a porta-estandarte é Vera Furacão e a passista é Viviane. Além dessas pessoas, vão brincar no desfile da Estado Maior da Restinga outros 1.500 componentes. Sete carros alegóricos vão completar o espetáculo da escola, que tem como presidente do conselho Muti e como grande colaborador Arthur Zanella. Os figurinos da *Tinga* foram criados por Xico Corrêa e o carnavalesco é Roni, também autor do tema-enredo.

**AFRICA: RAÍZES NEGRAS NA TERRA DO SAMBA**  
(Roni Rocco, Sidnei da Conceição e Flávio Pinto Soares)  
*Veio da África trazendo seus rituais/ suas danças seus costumes/ esperança e fé nos orixás/ Foi chuva terra e mar/ Lua e Sol pra chegar/ Apesar dos pesares/ ajudaram a construir este País/ discriminados oprimidos e reprimidos/ mas conseguiram implantar sua raiz/ Liberdade, liberdade/ não é derrubar os troncos/ a chibata e a corrente/ liberdade, liberdade é viver decentemente/ respeitado como gente/ O negro enriqueceu a cultura nacional/ colocando a magia dentro da filosofia espiritual/ Candoblê na umbanda e quimbanda/ sentado num banquinho/ preto velho ensinando/ o bem vencer o mal/ Capoeira tem, tem, tem/ O Lundu Maculêlê/ a moçada lá da Tinga/ vem com bossa, vem na ginga/ no batuquegê do cangerê/ Restingou na Restinga/ Bra, bra, bra (bis)/ Tinga teu povo te ama.../*

Figura 11 - Estado Maior da Restinga

Fonte: ZH 09.02.1991, p. 35.

Na Restinga, a efervescência impera naquele ano. A União da Tinga (dissidência da Estado Maior) estava se preparando bem, embora no grupo B, com isso aumenta a responsabilidade da Estado Maior. A sua sede estava se qualificando, o pessoal envolvido com obras e carnaval. Ainda assim, superando as expectativas a EMR realiza um dos maiores desfiles de todos os tempos, apesar da crise. Foi o que o jornal Zero Hora, em 13.02.1991 iniciando com uma bela capa, “Tinga é campeã” noticiou, “com enredo afro e samba contagiante, a Tinga levantou o povo na avenida, conquistando o título de carnaval de Porto Alegre. No caderno de carnaval: a manchete, “Tinga a vitória do povo” nota 10 em todos os quesitos, e ainda:

A Estado Maior da Restinga é campeã

[...] “a Escola Recreativa e Beneficente estado Maior da Restinga obteve unanimidade entre os jurados e nota 10 em todos os quesitos, sagrando-se a grande campeã do carnaval oficial de Porto Alegre em 1991. seu desfile foi perfeito e impecável na organização alcançando 160 pontos. O título foi merecido [...]”.

[...] “A festa da comunidade na vila está sendo completa. Sua outra escola foi campeã no grupo II e passa para o grupo 1 B. a União da Tinga promete subir mais ainda. O bairro Restinga quer se constituir no principal reduto do samba e do carnaval na capital gaúcha e quem sabe, está conseguindo, a partir dessas duas vitórias”.

Por João Carlos Rodrigues:

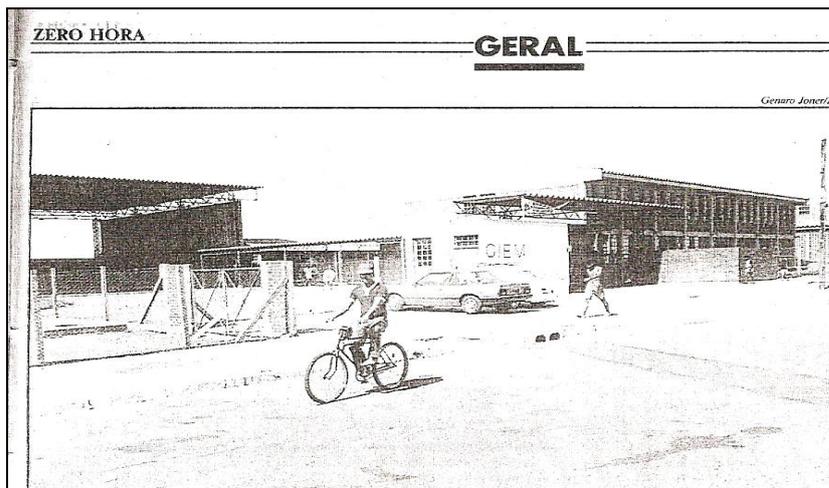
“Ganhou a Tinga, ganhou o povo. Ganhou o carnaval. Foi a festa da superação das dificuldades e o espetáculo levado à avenida deve necessariamente ser aplaudido”.

[...] A Estado Maior da Restinga vinha perseguindo o primeiro lugar à dois anos [...]

[...] Este carnaval mostrou, em fim toda a força das escolas comunitárias. Tinga e Samba Puro tem raízes em comunidades pobres, gente sofrida que trabalha o ano todo e quer fazer bonito no carnaval. Mostrar sua arte, que fica escondida até o momento de começar a se preparar para entrar na pista de eventos Carlos Alberto Barcellos - Roxo [...].

A matéria segue dando vivas a Restinga, que junto com a União da Tinga, que também conquistou o título do grupo B, representaram muito bem sua comunidade. Outra manchete diz: “A Tinga incendiou a Avenida Roxo”, relatando um pequeno incêndio que uma parte do carro abre-alas sofreu na concentração, mas que foi contornado e, recuperada habilmente a alegoria pelos artesãos da Restinga. O episódio teria colocado “fogo” nos componentes, esquentando, aumentando a vibração dos seus integrantes. Percebe-se pelo relato dos jornalistas a concordância dos mesmos com os jurados. Referem que “arrastão do povo foi puxado pelo samba nota dez da escola campeã [...] Restinga: desfile da escola da zona sul encerrou em apoteose o carnaval de Porto Alegre”.

De fato, foi o carnaval da perfeição, em meio a crise econômica, a obras e a tantas mudanças. O que importa aqui é como repercutiu na comunidade estas vitórias, da União da Tinga e da EMR. Com certeza, a partir daí, e muito antes, mas precisamente este campeonato incontestável, fez crescer um orgulho, um reconhecimento maior dos moradores do bairro em relação a sua capacidade de superar adversidades, com garra e beleza. Neste sentido, a imprensa teve um papel fundamental. Após a vitória no dia 14 de fevereiro, Zero Hora publica:



Vazia: a Restinga ficou assim quase todo o dia. Afinal, foi muita festa nos últimos dias

## Restinga em estado de graça

□ Postos de saúde, boas escolas, transporte funcionando bem, distrito industrial já planejado e, para completar, duas vitórias no mesmo carnaval

**ERIKA HANSSEN MADALENO**  
*Editoria Local/ZH*

"Tinga, teu povo te ama"... Essa frase nunca teve tanto efeito como agora, entre os 150 mil habitantes do bairro Restinga, um dos mais distantes de Porto Alegre. A Tinga vive em estado de graça. E não é para menos. Um de seus maiores problemas, o transporte coletivo, está praticamente sanado. Há três postos de saúde que atendem basicamente a população, os três Centros Integrados de Educação Municipal (Ciems) estão funcionando muito bem e outro, para excepcionais, será inaugurado em março.

Mal ou bem, há reforço policial e um projeto da Prefeitura prevê a construção de um Distrito Industrial no bairro, que tiraria sua fama de bairro-dormitório. Como se tudo isso não bastasse, a Tinga foi campeã do carnaval de 1991. Duas vezes, para delírio do povão. A Academia de Samba União da Tinga foi vencedora do Grupo Dois, enquanto o Estado Maior da Restinga tirou o primeiro lugar no Grupo 1 A. Cada um dos

habitantes do bairro, que compõem 10% da população da Capital, traz com orgulho a condição de ser morador da Tinga.

A Restinga, termo que significa "pequeno arroio, com as margens cobertas de mato, sanga", começou a surgir em 30 de dezembro de 1965, com a criação do Departamento Municipal de Habitação. A partir daí, abriu-se caminho para as primeiras remoções de famílias das vilas Theodora, Marítimos, Ilhota e Santa Luzia. Proveniente do Interior, passando dificuldades, esse pessoal foi relegado a segundo plano e "escondido" a 22 quilômetros do centro da cidade, sem qualquer infraestrutura.

De lá para cá, o quadro mudou, graças à garra de seus moradores e às brigas constantes por melhorias com as administrações municipais, mas ainda falta muito a ser feito. Atualmente, o bairro é dividido em Restinga Nova e Restinga Velha. A Nova Restinga compreende, além de quatro unidades vicinais, os Conjuntos Monte Castelo (na segunda unidade) e Loureiro da Silva e Angico (na quarta unidade).

Junto à Restinga Velha, estão as vilas Santa Rita, Barro Vermelho, Figueira, Cabriúva, Chácara do Banco, Mariana, Castelo, Bitá, Elo Perdido, Pitíngua, Flor da Restinga, Vila Particular e o conjunto de apartamentos Sílvio Hollembach. A parte velha e a nova são separadas pelo asfalto da Estrada João Antônio da Silveira.

**DISTÂNCIA** — Pela distância que separa o bairro do centro de Porto Alegre, a atual administração criou o Centro Administrativo Regional Restinga, dentro do projeto de descentralização da Prefeitura. O serviço oferecido à população é o mesmo oferecido em Porto Alegre. E a Restinga conta ainda com capatazias do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV).

O policiamento ainda não é o ideal, na opinião dos moradores, mas já melhorou e o bairro tem um posto da 4ª Companhia da Brigada Militar e a 16ª Delegacia de Polícia. O Distrito Industrial parece estar saindo do papel e será construído numa área de 84 hectares, onde já existe calçamento, luz e água nas proximidades. Esse distrito absorveria a mão-de-obra local, de acordo com Isabel Torres, da Coordenação do Centro Administrativo da Restinga.

Os 48 novos ônibus da frota da Empresa Tinga costumam obedecer aos horários e não falham mais como antigamente, quando existia a empresa Belém Novo, conforme Luiz Roberto Santos, funcionário do Centro Administrativo e morador do bairro há mais de 20 anos. Em breve, iniciam as obras do Núcleo Esperança, projeto do Demhab que vai construir casas embriões e, pouco a pouco, a Tinga vai crescendo.

## "Quem sai daqui, sempre acaba voltando"

A quarta-feira de Cinzas amanheceu ensolarada e calma na Restinga. Boa parte da população estava na Avenida Augusto de Carvalho, festejando ou recebendo os prêmios de campeões do carnaval. A vida tomou conta novamente do bairro por volta do meio-dia, na volta para casa, mas, em seguida, ficou tudo vazio, para o povão poder dormir um pouco. Ontem, foi dia de esquecer as tristezas e os moradores exaltavam a Tinga.

É claro que nem tudo está bem no bairro e, apesar da alegria latente, há muito o que fazer por sua melhoria. De forma geral, a população está satisfeita com os ônibus, com os postos de Saúde e com o DMLU, que tem cumprido suas tarefas a conten-

to, mas reclama, entre outros problemas, de melhor policiamento, de um hospital e dos telefones, já que a Restinga tem ainda linha rural.

Com tantas dificuldades, porém, principalmente as passadas, ninguém tem receio de dizer que mora na Restinga. "Eu nunca tive vergonha", assegura Cleide Regina Quevedo Guedes, moradora no bairro há dez anos. Ex-pastista da Escola de Samba Estado Maior da Restinga, Cleide dá graças a Deus por todos terem uma casa para morar. Em sua opinião, também poderia haver mais ambulâncias nos postos de saúde para transporte ao hospital.

Jacira Castilho Alves, que mora há 20 anos no bairro, gostaria de ver

o posto médico da Restinga Velha funcionando melhor, enquanto Rosane da Rosa Rodrigues reivindica asfalto no Barro Vermelho. Ambas adoram a Restinga, principalmente pela amizade e união das pessoas da parte mais antiga.

Rosane define com exatidão o sentimento do povo do bairro. "Quem sai daqui, sempre volta: tem mel na Restinga", explica a moradora. Afinal, tudo o que o povo da Restinga quer está justamente num dos refrões do samba-enredo da campeã do grupo 1 A: "Liberdade, liberdade, não é derrubar troncos, a chibata e a corrente. Liberdade, liberdade, é viver decentemente, respeitado como gente".

Figura 12 - Restinga em estado de graça

Fonte: Zero Hora, 14.02.1991, p. 31

Além do breve histórico que a jornalista apresenta sobre o bairro, ela coloca em sua matéria, que "ainda há muito o que ser feito", refere a garra de sua população em brigas com

o poder público por melhorias, e, segundo a mesma “[...] esse pessoal foi **escondido** a 22 quilômetros do centro da cidade, sem qualquer infraestrutura”.

No capítulo 2 deste trabalho detalhou-se a política habitacional do período, que poderia ser chamada de “remover para esconder” ao invés de “Remover para promover” (as áreas para especulação imobiliária). O que vale referenciar é uma nova visibilidade que, a partir do carnaval está sendo construída. Matérias desta natureza, serão publicadas sempre que a EMR ganhar. Já não se observa esta referência comunitária -com esta ênfase- quando outras escolas ganham o carnaval. No entanto, esta exaltação ao bairro Restinga, restringe-se ao período carnavalesco.

Este fenômeno é bastante forte em situações onde a base territorial da entidade carnavalesca é expressiva e nos remete aos diversos papéis exercidos pela escola de samba:

Crescendo juntamente com o seu subúrbio, do qual reproduz a íntima composição, a escola de samba tornou-se o seu símbolo, sua manifestação visível, não apenas no período carnavalesco, mas durante o ano todo. E é na intensidade da luta durante o Carnaval que se reforça, entre os habitantes uma real solidariedade: Vêm-se ligados então pelo poderoso interesse coletivo, pelo violento anseio de ganhar o título máximo, no próprio instante em que o concurso, divulgado pelos meios de comunicação de massa, torna-se o ponto de mira do país e do mundo. Sentimentos de esperança, angústia, de alegria são compartilhados pelos suburbanos, qualquer que seja sua condição, estão ligados por uma realização coletiva, por cujo sucesso, não mediram e não medirão esforços. Expressão concreta de um subúrbio, a escola de samba anula as diversas distinções sócio-econômicas, unindo o pequeno número de habitantes mais abastados ao grande conjunto dos menos aquinhoados e dos deserdados da sorte. O acordo das emoções partilhadas tece entre ambos, liames positivos, deixando na sombra desgostos e rancores que levariam a uma ruptura efetiva da integração local.<sup>191</sup>

Se nos detivermos no interior da comunidade, o papel da escola é integrativo, como explicado acima, na relação com outras escolas, é dissociativo, em função da rivalidade, no entanto é criadora de identidade, o “nós” e “eles”. Os “outros” são os de outras escolas e/ou de outras comunidades, ressalva-se nesta questão que existem escolas em Porto Alegre de dois tipos: com base territorial, e com base tradicional (famílias, amizades). A Estado Maior tem base territorial forte, no entanto, muitas pessoas que desfilam na escola não pertencem a comunidade, identificam-se com ela mas não a integram de fato.

Nos anos noventa, em meio a tantas mudanças, a EMR consolida-se como uma referência para a cidade. De 1991 a 2000, são 4 vitórias, 3 vice-campeonatos, dois 3ºs e apenas um 4º lugar. Há que se levar em consideração que o carnaval em nossa cidade estava passando por várias transformações. “Pelo menos nove mil pessoas devem ir ver os desfiles

---

<sup>191</sup> QUEIROZ, 1992, p. 112.

na pista de eventos Carlos Alberto Barcellos - Roxo”. A passarela tem este ano algumas inovações, em relação ao ano passado. Haverá postos da BM, do HPS e dos bombeiros na avenida, noticia a Zero Hora em fevereiro de 1991.

Em 1992 segue-se um bicampeonato, com o tema “Mar, misterioso mar,” novamente a imprensa não poupa elogios ao desempenho da Restinga. A Estado Maior da Restinga traçou um novo divisor da folia carnavalesca porto-alegrense. Que os populares já de antemão haviam dado o troféu para a Estado Maior, colocando que se o amadorismo continuar nas outras escolas, a Tinga vai ser *hours concours!* (ZH, 5.03.1992, p. 30).

*Que pra de mim ganhar  
Tem que rebolar, tem que remexer  
E mesmo assim só vendo eu posso crer  
Chora cavaco que é hora de cantar  
Dá-lhe Restinga que o samba não pode parar*  
(Samba EMR Os Sete Pecados, carnaval de 1993).

Em 1993, quando todos achavam que a EMR levaria o tri campeonato, a vitória foi da Imperadores do Samba. O tema era “Os sete pecados capitais”, e acabou virando o hino da escola. Este foi aquele carnaval em que se diz: “ganhou, mas não levou”. Até hoje seus componentes mais antigos, que vivenciaram aquela situação, demonstram a sua indignação:

Tavama: Na sua lembrança, o senhor lembra dos primeiros campeonatos?

*Ah eu sou [...] pra isso aí eu sou meio ruim. Eu só me lembro que o título mais importante que a escola teve foi em 91, 92 e 94 que aí eu era o administrador e aí eu posso te dizer, **perdemos um campeonato em 93 que foi a escola estava mais linda de todos os tempo [...]** e pra de mim ganhar tem que rebolar, tem que remexer foi aquele ano, a escola estava linda, alegoria, fantasia, tudo era lindo, **e perdemos o carnaval que não era pra perder**, e nós em 94, a gente foi meio humilde e ganhamos o carnaval. Então era pra ser 4 anos consecutivos e não deu (Paco). (Grifos meus).*

Também Hélio Garcia relembra: “A Restinga se prepara na década de 80 e transforma o carnaval na década de 90, tanto é que naquele carnaval de 93 hoje a gente sabe que houveram trezentas e noventa e dez sacanagens pra que o resultado fosse dado em prol da Imperadores do Samba (Hélio Garcia).

O Sr. Pujol explica, também explica.

Tavama: Mas falando assim das recordações e das reviravoltas do carnaval. Um carnaval que todos os restingueiros mencionam foi o de 1993. Deu quebra-quebra na apuração, que era Os Sete Pecados Capitais a escola ia ser, eu também imaginava que a escola

seria tricampeã e acabou não sendo, a Imperador acabou vencendo homenageando Lupicínio Rodrigues, o senhor tem alguma recordação daquele carnaval? Foram nove carros alegóricos, como é que saíram, da onde saíram tantos recursos e tanto luxo?

*Naquele momento nós tínhamos conseguido chegar ao apogeu, no sentido da mobilização das pessoas então as pessoas da classe A contribuíram fortemente e o pessoal dizia que nós éramos da chapa-branca, por que eu o e Zanella nós éramos do governo da época - até que em 87 (91 e 92) nós ganhamos o carnaval quando estávamos fora do governo, que daí nós ficamos com raiva, fomos buscar apoio por fora do governo, e naquele episódio de 1993, existia uma campanha anti-Restinga muito forte contra a Restinga (Pujol).*

2/Quarta-feira, 24 de fevereiro de 1993 ZERO

## CARNAVA

# Tinga cresce e aparece na avenida

*Carros da escola estão maiores e quase não cabem na avenida. A campeã de 93 será conhecida amanhã*

A dificuldade dos carros alegóricos da Escola Maior da Restinga para entrarem na concentração da avenida Perimetral não tirou a animação da escola. Largos demais, os nove carros precisaram ser arrastados às pressas. O patrono da escola, vereador Artur Zanella, desabafou reclamando que a escola não recebeu as medidas corretas da avenida. "Porto Alegre não merece este carnaval. Tem que ter carrinhos pequenos", esbravejou. O desfile foi aberto pela Renascer da Esperança, formada pelos internos da Febem e pelos Comanches. Primeira a desfilir no Grupo 1-A, a Tinga entrou na pista com cerca de três mil integrantes e na hora marcada (23h05min), sob uma surpreendente chuva de fogos de artifício. O público cantou o samba-enredo Das maravilhas aos sete pecados capitais do início ao fim. Logo após a Restinga entraram a Academia de Samba Puro, Império da Zona Norte, Bambas da Orgia, União da Vila do IAPI, Imperadores do Samba, Imperatriz Dona Leopoldina e Academia de Samba Praiana.

**BAILES — No Baile dos**



Vladimir/27H



Gilbert Cunha/27H

**Carnaval imcosul**  
Tudo em até  
**13**  
pra você não economizar em animação.

**A TINGA CAUSA POLEMICA NA ABERTURA DO GRUPO 1-A E FAZ O POVO CANTAR JUNTO NA AVENIDA**

**Faltam ingressos na bilheteria e público protesta**  
A venda de ingressos para a principal noite do carnaval tem confundido. Quatro bilheterias

Figura 13 - Tinga cresce e aparece na avenida

Fonte: Zero Hora 24 de fevereiro de 1993.

Este foi o carnaval inesquecível para todo o integrante da EMR, segundo a maioria deles, o campeonato seria da Restinga. A matéria refere quase três mil componentes, carros e fantasias bem elaboradas. E, o samba, cujo tema era os Sete Pecados Capitais, serve de “hino” para seus integrantes. Na linguagem carnavalesca: “foi o carnaval que ganhamos, mas não levamos”. Havia toda uma expectativa com esta vitória.

40/Sexta-feira, 26 de fevereiro de 1993

**CARNAVAL**

**Tumulto atrasa escolha da campeã**

*Inconformadas com as notas recebidas, algumas escolas provocaram confusão que deixou diversos feridos*

**N**um auditório Araújo Vianna completamente lotado (o público foi estimado em 5 mil pessoas), as torcidas das escolas de samba fizeram festa, discutiram, protestaram e, principalmente, brigaram. Os incidentes começaram provocados por integrantes da Império da Zona Norte. Depois de várias interrupções, a apuração das notas dos jurados foi suspensa no final da noite.

Uma ambulância levou pessoas feridas para o Hospital de Pronto Socorro e logo em seguida foi esvaziado o auditório Araújo Vianna. O pelotão de Choque da Brigada Militar foi acionado quando as pessoas começaram a quebrar vidros e "jogar pedaços de pau e latas de cerveja umas nas outras. Algumas crianças ficaram machucadas.

A maior torcida no local era a da Imperadores do Samba. Confiantes na vitória, os sambistas da escola travaram um duelo com simpatizantes do Império da Zona Norte e da Tinga. Mas os ânimos foram se alterando e o que seria um duelo virou uma guerra, com vidros e bancos quebrados e pessoas feridas.

O presidente do júri, Hermes Souza, lia as notas quando começaram os incidentes com a Filhos da Casquinha, inconformada com uma nota 4 no quesito alegoria e adereços, dada pelo jurado Telmo de Claro. Depois, a Império da Zona Norte, descontente com as notas baixas recebidas no quesito bateria, causou uma confusão maior, chegando a depedrar o auditório.

**Suspense:** a apuração dos votos teve que ser interrompida várias vezes

**Nota baixa:** a avaliação dos jurados não agradou e alguns carnavaleiros partiram para a agressão

**Confiança:** Imperadores cantavam vitória





**Carnaval imcosul**  
Tudo em até **13x**  
pra você não economizar em animação.

Foto: Luis Armando Vaz/ZH

Figura 14 - Tumulto atrasa a escolha da campeã

Fonte: ZH, 26.02.1993.

26 Sábado, 27 de fevereiro de 1993 ZERO HORA

## CIDADES

**CARNAVAL**

# Desfile das campeãs está adiado

□ Tumulto de quinta-feira provoca discussão sobre a opção da Prefeitura de dispensar esquema de segurança para o evento

Luiz demandado Vaz/27



**RENATO DORNELLES**

A Secretária Municipal de Cultura, a Empresa Porto-alegrense de Turismo e a Associação das Entidades Carnavalescas, em virtude dos incidentes ocorridos no auditório Araújo Viana quinta-feira à noite durante a apuração das notas dos jurados, decidiram adiar por uma semana os desfiles e a entrega de prêmios aos vencedores do carnaval. Representantes das três entidades alegam que precisam de tempo para montar um esquema especial de segurança, o que não foi feito para uma ocasião mais polêmica que foi a apuração dos votos.

Adiando o desfile, porém, as autoridades municipais e dirigentes de escolas não abafam a discussão em torno da responsabilidade pela depreciação do auditório. O prefeito Tarso Genro optou por solicitar à Procuradoria Geral do Município e à polícia a abertura de um inquérito para identificar os responsáveis pela confusão e a consequente punição dos mesmos.

O secretário da Cultura Luis Pilla Vares, admitiu que tomou a decisão de não acionar a Brigada Militar durante o conflito de torcidas: "Infelizmente o Araújo foi destruído, mas, por outro lado, não houve vítimas. Decidiu-se por não acionar a Brigada Militar porque havia muitas crianças no local", afirmou, rindo-se a uma decisão após o tumulto ter começado.

A avaliação do secretário não policamente em entrevista à Rádio Gaúcha, com a seguinte alegação: "Não pensei que pudesse acontecer uma coisa dessas. Foi um fato excepcional provocado por pequenos grupos de desordeiros que não estavam integrados ao espírito de carnaval", argumentou Pilla Vares.

**SINDICÂNCIA** — O coordenador da empresa de segurança que trabalhou no Araújo Viana, Edson Cardoso, disse que os 30 homens que realizavam o serviço não agiram durante os distúrbios atendendo solicitação dos organizadores da festa. Estes temiam que a ação de segurança pudesse provocar um confronto maior.

Além das providências adotadas pela Prefeitura para identificar e pelo tumulto, também o Legislativo vai agir no mesmo sentido. Ontem mesmo foi deferido requerimento do vereador Arthur Zanella (PDT), que pediu a instauração de comissão especial para apurar todos os fatos ocorridos durante os trabalhos dos jurados que escolhem os vencedores do carnaval de Porto Alegre.

O diretor do Araújo Viana, José Ademir Lucas Quocos, informou que num levantamento feito ontem foram contabilizadas 250 arquibancadas danificadas; 44 bases de concreto destruídas; 12 ferros de sustentação arrancados; três portas de madeira, um armário de metal e dois portões de ferro arrombados; nove vidros e três cadeiras de fibra quebrados. O valor total dos prejuí-



### Falta espírito esportivo no enredo de 93

O incidente ocorrido quinta-feira à noite no Auditório Araújo Viana durante a apuração dos pontos das escolas de samba permanecerá por muito tempo na memória de Porto Alegre. A falta de segurança no local chamou a atenção para a fragilidade dos esquemas de segurança para eventos desse porte e também para a irresponsabilidade de dirigentes de entidades carnavalescas. Seu papel seria o de acalmar os ânimos dos descontentes, mas alguns tomaram a iniciativa nas agressões, como mostram jornais e TV.

Os motivos da briga foram algumas notas baixas dadas pelos jurados. As reclamações já eram esperadas, o que não justifica os atos de selvageria e vandalismo. O presidente da Império da Zona Norte, João Carlos Marrins, o Gago, diz que "a culpa pelo episódio é dos jurados, que não foram justos na avaliação".

As reclamações da Império da Zona Norte, cuja torcida foi responsável pelos primeiros incidentes, recaíram sobre as notas dadas à escola, no quesito bateria: 8, 8 e 7. A coluna Giro de Quádra, de Zero Hora, em duas oportunidades divulgou comentários de carnavalescos experientes apontando as deficiências da bateria da escola.

O segundo incidente, que

Figura 15 - Desfile das campeãs está adiado

Fonte: ZH, 05: 05, 27.02.1993.

Houve tumulto na apuração, o desfile das campeãs foi adiado, mais um motivo para a comunidade unir-se: a injustiça da qual julgavam terem sido vítimas só serviu para que a escola disputasse o ano seguinte com mais afinco, levando daí o primeiro lugar (1994), homenageando Zumbi dos Palmares. Seu próximo campeonato será em 1999, com o tema "O bailado do cisne nas asas da imaginação". O samba tinha o seguinte refrão: "Teu povo te ama Tinga, no bailado e na ginga".

# CARNAVAL 99



VALDIR FRIOLINI, BANCO DE DADOS/DH - 17/2

Para apresentar *O Bailado do Cisne nas Asas da Imaginação*, a Restinga mostrou alegorias antes só vistas nos desfiles do Rio e estabeleceu um novo padrão no Carnaval de Porto Alegre

## É CAMPEÃ

*A Estado Maior da Restinga conquistou o título do Grupo Especial de Porto Alegre*

**O** alto investimento feito pela Estado Maior da Restinga, com a contratação do diretor de harmonia Luis Fernando Ribeiro do Camo, o Laila, e do carnavalesco Xangai, ambos da Beija-Flor de Nilópolis, deu resultado. A escola da zona sul de Porto Alegre, depois de cinco anos, voltou a conquistar o título do Grupo Especial. A festa começou na própria passarela do samba, onde foram divulgadas as notas dos jurados e o resultado geral do Carnaval.

As notas da comissão julgadora confirmaram um grande equilíbrio no Carnaval porto-alegrense. Em pontos, houve um empate entre a Restinga e a Imprendores do Samba, que chegaram aos 159 em 160 possíveis e ficaram a meio ponto da Bambas da Orgia, terceira colocada. Como critério de desempate, foi utilizado o quesito fantasia, no qual a Restinga conquistou 19,5 pontos, contra 19 da rival.

Na hora da divulgação do resultado – realizada ontem na Passarela do Samba Carlos Alberto Barcellos, o Roxo –, componentes e simpatizantes da Restinga pularam das arquibancadas para a pista. O presidente da escola, Aldo Rabello, era um dos mais entusiasmados:

– Essa vitória foi fruto de um trabalho longo e que interrompe um período sem títulos. Para o próximo ano, com certeza, estaremos ainda melhores.

Com o enredo *O Bailado do Cisne nas Asas da Imaginação*, a Restinga estabeleceu um novo padrão no Carnaval de Porto Alegre, apresentando alegorias de um porte antes só visto nos desfiles do Rio.



VALDIR FRIOLINI

Torcedores da Restinga comemoraram a vitória ainda no sambódromo

Figura 16 - Carnaval de 1999

Fonte: Zero Hora, 16 de fevereiro de 1999.

Segundo a jornalista, a Restinga inaugura um novo padrão no carnaval de Porto Alegre, na ocasião talvez tenha sido mais gritante esta sua diferença em relação as outras. Mas desde 1991, “Mãe África”, a EMR já inovou. Os carros alegóricos ganham mais estrutura com a EMR. Isto deve-se provavelmente ao fato de um intercâmbio com a escola de samba do Rio de Janeiro, Beija-Flor. Segundo alguns dirigentes, desde início de 1990, existe uma parceria, visitas em barracões, vários temas, sambas e até assessoria para mestres de bateria vieram do Rio de Janeiro. A EMR, apesar de ter em seus quadros e em sua comunidade pessoas que se destacam nas suas atividades carnavalescas, sempre procurou inovar e aprimorar-se. Portanto não é exagero afirmar que a Restinga “fez escola”. Vários relatos convergem para a seguinte afirmação: existe restingueiro em todas as escolas de Porto Alegre,

em qualquer barracão, seja na produção, na harmonia, na bateria, nas confecções, mestre-sala, passistas, porta-bandeiras, vários são oriundos da Restinga.

#### 4.4 A CONSOLIDAÇÃO DA ESTADO MAIOR DA RESTINGA

*“Tu és eterna, a comunidade chama,  
Tinga teu povo te ama”.*

No ano de 2000, a Secretaria de Cultura de Porto Alegre propôs um tema histórico, em função dos 500 anos do Brasil. Cada escola do grupo especial iria fazer um tema sobre um dos Sete Povos das Missões. A EMR veio com o tema: Das Trevas a Luz: A epopéia da Missão de São João Batista, uma visão do paraíso. Um trecho do samba diz: “Tinga meu amor, São João Batista vem dizer que te adorou, tu és eterna, a comunidade chama: Tinga teu povo te ama”. Neste carnaval ela obtém o segundo lugar. Em 2003, ela sofre um revés, segundo Pujol:

*[...] logo no início deste século que nós fomos vítimas de um erro estratégico que nós resolvemos homenagear o Ronaldinho, este Ronaldinho que está jogando no Flamengo e que tinha saído do Grêmio, etc e tal, tava na maior evidência, nós resolvemos homenagear o Ronaldinho com algumas restrições inclusive minha, que como gremista estava brabo por ele ter saído, mas daí veio o irmão dele, que é um baita conversador.*

*[...]: Acabou não vindo, nos deixou seguro no pincel, e os recursos que ele nos havia prometido não nos repassaram foi uma desgraça nós acabamos rebaixados, rebaixamos para o grupo B então no outro ano nós resolvemos reunir muita gente, muitos amigos, eu assumi mesmo naquele ano e nós fomos pra batalha desfilamos maravilhosamente bem, a imprensa disse que nós desfilamos para ser campeã do carnaval de Porto Alegre, nós desfilamos pra arrasar, e não só para subir de grupo nos anos subseqüentes, que foi 2005 e 2006 saímos campeão. Eu me aposentei campeão (Pujol).*

O Sr. Pujol relata que, apesar da escola ter sido rebaixada, imediatamente reergue-se, inaugurando a Pista de Eventos no Porto Seco com o 1º lugar no grupo em que concorre.

4 | Reportagem Especial > ZERO HORA > SÁBADO | 4 | MARÇO | 2006



Ontem, clima entre ritmistas da Estado Maior da Restinga ainda era de festa

## Porto Alegre

# Orgulho de ser Tinga

**NILSON MARIANO**

Há 24 anos, o carnavalesco Cesar Ribeiro se ajoelhou no saguão do Hospital de Pronto Socorro (HPS) de Porto Alegre e urrou de desespero:

– Tinga, o teu povo de amal!

Pacientes não entenderam a cena, enfermeiras pensaram que um maluco entrara no hospital. Mas Ribeiro gritou para achar coragem e enfrentar uma dupla tragédia. Ao final do Carnaval, cinco familiares haviam se desastrado no trânsito, tratavam fraturas no HPS. Para arrematar, a Estado Maior da Restinga, a Tinga, perdera o desfile.

– Estava desesperado, vendo a minha família mutilada e a Tinga em último lugar – lembrou Ribeiro, que chegou a presidente da escola.

Aos 58 anos, Ribeiro jamais imaginou que o refrão seria cantado em sambódromos, avenidas e estádios de futebol. Que se tornaria o hino de um bairro empenhado em superar o estigma da criminalidade por meio do trabalho, dos esportes e do samba. Que sintetizaria o orgulho dos restingueses.

Com aproximadamente 62 mil moradores, o bairro mais parece uma cidade dentro da Capital – é maior do que dezenas de municípios

gãuchos. Consolidou-se como loteamento na década de 1970, atraindo famílias expelidas das vias Teodora, São José, Conceição e Ibhota. Atualmente, talvez seja a localidade gãucha que melhor exerce duas genuínas paixões brasileiras: futebol e samba.

A Restinga é conhecida pelos condomínios populares de paredes

desbotadas, pelas roupas secando nas janelas atrás de grades, pelos ônibus entupidos como latas de sardinha.

**Meninos sonham brilhar no futebol**

Mas também pelo alarido de exames de meninos que correm atrás

de uma bola, perseguindo o sonho de virar craque. Quando perguntados sobre o que desejam no futuro, a resposta é invariável:

– Quero ser como o Ronaldinho Gaúcho – disse Adriano Rodrigues Quadros, 11 anos.

– Éa, o Robinho – escolheu Ygor, nove anos, irmão de Adriano.

– Pois eu quero ser como o Tinga.

Ele batalhou e venceu – ressaltou Emerson Menezes, 14 anos.

Por ter se criado na Restinga, o volante Paulo César Tinga, do Inter, é o ídolo da gurizada. Eles se identificam com a garra do vizinho, que não refugia divididas apesar de franziño (1m70cm de altura) e jamais desiste daquelas bolas que outros julgam perdidas.

Craques de hoje e do passado incentivam os meninos. O capitão do tetracampeonato mundial, Dunga, é um dos principais apoiadores do Esporte Clube Gáidão. Ontem, em outro projeto social, Jair Gonçalves Prates, o Príncipe Jajá, 52 anos, treinava dezenas de garotos num campo quase desprovido de grama.

– Estamos aqui para dar uma diretriz, para que não fumem, não bebam, não usem drogas, obedeçam aos pais e estudem – disse Jajá, tricampeão brasileiro pelo Inter.

Ações sociais estão tirando meninos dos becos da Restinga, um dos bairros acessados por traficantes na Capital. O Centro Infantil Renascer da Esperança, da gari Rozeli da Silva, 42 anos, ampara 340 crianças.

– Eles têm esse sonho, de ser jogador de futebol, mas isso não é fácil, eles também devem estudar e ter uma profissão – aconselhou Rozeli.



Em todas as praças, é comum encontrar crianças jogando futebol

# nilson.mariano@zerohora.com.br

Figura 17 - Orgulho de ser Tinga

Fonte: ZH 04.03.2006, p. 4.

Neste período, inaugura-se uma nova fase, de modernização administrativa e articulação com os movimentos sociais da região. Os dirigentes da escola entendem que, a entidade deve trabalhar em consonância com outras forças da comunidade. A EMR continua sendo a referência, porém os espaços de decisão, como as Assembléias Comunitárias de vários temas- além de cultura serão também alvo de atenção da escola. Esta nova mentalidade, consagra-se entre os quadros dirigentes, cuja missão acordada é:

- a) promover a cultura popular e periférica tendo o carnaval como referência;
- b) desenvolver projetos sociais de inclusão a partir de práticas esportivas, artísticas, profissionalizantes;
- c) constituir-se num pólo cultural e artístico;
- d) ser um espaço de referência para o movimento comunitário local e para todos os segmentos.<sup>192</sup>

Neste aspecto, a fala do Sr. Hélio Garcia, alia a questão da imagem do bairro a esta nova fase, de convênios de parcerias:

*[...] lembro que na década de 70 mesmo eu não conhecia a Restinga, e eu só lia no jornal que na Restinga mataram, na Restinga mataram, na Restinga mataram, depois mamãe resolve ir morar na Restinga e a gente foi pra lá e realmente era diferente. E o Estado Maior veio a ser um referencial social, cultural carnavalesco.*

Tavama: Um referencial positivo?

*Positivo, porque aí se começou a falar da Restinga na Ala do Roxo, falar da Restinga na Zero Hora através da crônica do carnaval, começou a falar da Restinga no Roda de Samba do Delmar Barbosa na Rádio Difusora, começou a se falar da Restinga no Roda de Samba da Rádio Gaúcha então começa a se falar da Restinga de uma outra forma com uma outra visão e aí a Restinga o próprio Estado Maior, com oficinas de Informática, de Percussão, de corte e costura, de vocal, em fim com diversas oficinas que foram realizadas inclusive agora na minha última gestão com o governo federal em vários convênios com o governo federal, Ministério da Cultura, Ministério do Trabalho, Pró Jovem, Ponto de Cultura, este governo Lula totalmente voltado para a causa social, da gente periferia, Pro Jovem, investiu demais na sociedade, no jovem, quando que alguma entidade carnavalesca teria como chegar, em qualquer outro governo, do passado, em nenhum. O PT é marcante exatamente por todo o investimento que faz na juventude e no lado social. Então a Restinga passa a se transformar. O interessante é que os próprios delegados de polícia nos chamaram algumas vezes para reuniões, nos pediam pra gente alongar os ensaios. Que a gente fizesse ensaios durante o ano inteiro, porque o índice de criminalidade na comunidade caía bastante. O comando da Brigada Militar quando foi pra lá, agora na minha gestão de 2003 pra cá. O comando da Brigada Militar e a Polícia civil fizeram algumas reuniões conosco e também propondo que a gente tivesse atividades em maior número porque realmente na época de carnaval, de setembro a março, o índice de tudo o que acontecia de o que não deve ser feito, serenava, caía a zero entendeu, então tem este papel social e eu sempre digo que escola de samba é o único lugar que eu conheço na minha vida que não tem qualquer tipo de preconceito, ninguém cuida de ninguém, convive todo o mundo com suas diferenças de sexo, social e tudo (Hélio Garcia).*

Ao longo de toda a sua existência, a EMR nunca deixou de assumir estas funções. A diferença é que agora, nesta conjuntura, existem outros atores sociais, a comunidade está mais

<sup>192</sup> ESTADO Maior da Restinga. Disponível em: <<http://www.estadomaiordarestinga.com.br>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

heterogênea, as relações estão mais institucionalizadas e menos personalizadas (tônica das relações anos 80). Nos anos que seguiram a EMR consolidou-se, tendo o reconhecimento da comunidade, do movimento social e das instituições.

#### 4.4.1 O Sambódromo de Porto Alegre e a comunidade da Restinga

O debate é antigo. E ressurgia a cada carnaval, a cada campanha eleitoral, culminou a sua resolução em 2002, embalada por um escândalo de mau uso de verba pública nos aluguéis das arquibancadas no ano de 2000. Abriu-se uma CPI, o Ministério Público aciona a Prefeitura e a AECPARS, inicia um debate público, ao qual, desta vez a mídia dá ampla cobertura.<sup>193</sup>

Resgatando um pouco a história dos desfiles carnavalescos em nossa cidade, podemos constatar várias formas de utilização da via pública para este evento. Desde o século XIX, as ruas eram tomadas pelos foliões que praticavam o Entrudo, utilizando bisnagas, seringas e limões de cheiro. Estas brincadeiras eram de amplo envolvimento, em praticamente todas as camadas da população - com exceção dos escravos, a estes não era dado o direito de participar. Embora os mesmos fossem vítimas de “molhadelas” e insultos, não tinham o direito de revidar. Estas brincadeiras eram realizadas, por quase toda a área central de Porto Alegre, bem como nos becos e vielas

Alexandre Lazzari, em sua obra “Coisas para o povo não fazer”, realiza uma profunda pesquisa sobre este período onde o carnaval transforma-se de diversão em exposição. Com o advento das Sociedades Carnavalescas, que promoviam bailes e desfiles de corsos, o espaço público passa a ser um cenário para que as famílias abastadas pudessem ostentar o seu prestígio e destacar-se do carnaval do povo - que era realizado quase que de forma espontânea. O Entrudo sofre várias perseguições e funda-se então o “Grande carnaval”, contrapondo-se ao carnaval popular.

Ao que tudo indica o Entrudo fez parte de um carnaval bastante disseminado entre a população de Porto Alegre no século passado, do qual participaram, principalmente as camadas mais humildes. A elite da cidade, a partir da metade do século, começa a cultivar em carnaval fechado em salões, que diferencia os seus participantes da grande maioria da população. São os bailes masques, festas a fantasia realizadas no Teatro São Pedro, no Variedades e outros clubes, reunindo a burguesia porto-alegrense.<sup>194</sup>

---

<sup>193</sup> ZERO HORA, 29.07.2000, p. 28; ZERO HORA, 27.07.2000, p. 4; ZERO HORA, 28.07.2000.

<sup>194</sup> GERMANO, POSSAMAI, KRAWCZYK, 1990, p. 17.

Estes desfiles ocorriam nas atuais: Rua da Praia, Duque de Caxias, Marechal Floriano e General Câmara, a concentração dos carros era na Praça da Alfândega. As Sociedades Esmeralda e Venezianos destacavam-se pelo luxo ostentado e pela grande rivalidade. Também desfilavam Sociedades que não dispunham tantos recursos, mas que eram muito representativos, como a Sociedade Germânia e a Sociedade Floresta Aurora (congregação negra).

Nos arrabaldes, a festa tem outras organizações e muita animação. Na Cidade Baixa, no Parque Farroupilha, na Colônia Africana. É a partir dos anos 20 que os cordões e blocos se constituem de uma forma mais articulada, não ficando fora da folia, também tomam as ruas, inicia-se a construção de uma nova hegemonia: a prevalência do samba nos carnavais.

Nos anos 30, a Prefeitura, embalada pelo Estado Novo, passa a ter um controle maior sobre a festa, organizando e controlando os desfiles, seja na parte central da cidade, seja nos bairros. Por fim, entre os anos de 1940 e 42 institucionaliza-se o desfile de blocos na Av. Borges de Medeiros. Também ocorrem na Casemiro de Abreu, Praça Garibaldi e Azenha. Ou seja, gradativamente, os desfiles vão se concentrando em determinadas vias, para que a força pública possa melhor controlá-los. No entanto, ainda persistem os carnavais de bairros, tendo como patrocinadora, a partir de 1957, a empresa Refrigerantes Sul Rio Grandense (Pepsi Cola). Com a oficialização do carnaval na Av. Borges de Medeiros, em 1962, os carnavais de bairros vão sendo desconstituídos gradativamente. O que mais resistiu a todas estas mudanças foi o carnaval da Santana<sup>195</sup>, que até o início da década de 90 ainda era realizado.

Até 1968, os desfiles eram realizados na Av. Borges de Medeiros, de 1969 a 1975 na Av. João Pessoa; de 1976 a 1987 na Av. Perimetral e, em 1988, passa a ser realizado na Av. Augusto Carvalho - Pista Carlos Alberto Barcellos, o Roxo.

Esta retrospectiva é importante, para traçarmos os caminhos do carnaval. A cidade cada vez mais urbanizada, com um número cada vez maior de veículos de fato, “estrangulava” a perseguida magnitude dos desfiles. Numa relação dialética, pode-se constatar que o percurso oprimia o desenvolvimento de alegorias mais estruturadas, mas, em contrapartida as mesmas não se desenvolviam por outras tantas razões, sendo a principal delas de caráter econômico. O carnaval de Porto Alegre, espelhado nos desfiles cariocas, dos anos 90 já tinha “*know how*” para exigir uma maior estruturação, neste sentido a contribuição da EMR foi notável, pois ela inaugura padrões estéticos diferenciados de desfiles (com os carnavais realizados em 1991, 1992, 1993 e 1999, por exemplo), com ênfase em suas magníficas alegorias.

---

<sup>195</sup> GUTERRES, 2004.

Mas, este é um fator puramente “carnavalesco”, que justifica a necessidade de um local apropriado, capaz de acolher as novas tecnologias do carnaval que estavam em curso e de dar maior visibilidade a festa, proporcionando maior conforto e acessibilidade aos foliões que iriam prestigiar os desfiles.

Nesta questão, entrarão outros atores e conjunturas que irão desencadear o debate a cerca do Sambódromo - Pista de Eventos-Sambódromo.

No final do mandato do prefeito Alceu Collares, o mesmo inaugura a pedra fundamental do “sambódromo” na Av. Augusto de Carvalho, deixando então a tarefa de construção para a próxima administração municipal.

Com a Administração Popular, os carnavalescos da cidade passam a ter um novo tipo de relacionamento com o poder público. Sua entidade, AECPARS é fortalecida, numa relação de tensão e acordos. Demandas oriundas dos setores culturais e do movimento negro pressionam a Prefeitura para a construção de uma alternativa definitiva para os desfiles carnavalescos. O governador Alceu Collares, em 1991, anuncia na imprensa, que como governador ele mesmo vai construir o “sambódromo”.

Cria-se um grupo de trabalho dentro da Prefeitura, responsável por fazer um levantamento de áreas, e o conceito muda para Pista de Eventos, onde seriam então realizados, além dos desfiles carnavalescos, outras comemorações, como desfiles cívicos e militares. O executivo finalmente envia um projeto de construção da Pista de eventos no Parque Maurício Sirotsky para a Câmara de Vereadores, em 1994 ele é recusado (vinte votos contrários e 12 votos favoráveis) pela CMPA e em 1995, ele é impedido de ir a votação por um mandato de segurança do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Resumidamente, o argumento era de que a Pista de Eventos causaria impactos ambientais na região.

Neste ano, é sondada a possibilidade de construção na área da Rede Ferroviária Federal, mas a proposta não se consolida. Em setembro de 1997, a Prefeitura elabora uma nova proposta de local: o Parque Marinha do Brasil, a qual sofre ações no Ministério Público, movidas pelas entidades do bairro Menino Deus (Associação de Amigos e Moradores do bairro Menino Deus, Hospital Menino Deus, Residencial Geriátrico Menino Deus, Fundação Estadual do Bem Estar do Menor e Vovô Clin - Clínica Geriátrica).

Novamente se retoma a proposta da Augusto de Carvalho em 1997, mas em 1998, uma liminar impede a construção numa área de 4 hectares, compreendida entre o Parque Marinha do Brasil e o Estádio Beira-Rio.

O debate durante estas polêmicas deixava transparecer o preconceito que uma parte da sociedade porto alegreense alimenta em relação ao carnaval, mais precisamente, em relação

aos seus protagonistas, em sua maioria pobres e negros. Sendo que a Prefeitura de Porto Alegre, na pessoa do Secretário de Cultura, Pilla Vares, encarou a discussão, denunciando o caráter de fundo racista que estava por trás dos impedimentos legais.

[...] O projeto é muito mais amplo e não se destina exclusivamente a arte do samba [...] entretanto, além dos equívocos, as manifestações que me parecem preconceituosas. O samba de Porto Alegre mais uma vez felizmente-permaneceu predominantemente negro.

[...] Outra maneira preconceituosa de se encarar as escolas de samba é atribuir ao carnaval um aumento da criminalidade. Isso não corresponde a realidade. Escolheu-se um inimigo claro: o carnaval [...].<sup>196</sup>

Em 2000, a Prefeitura apresenta uma terceira proposta locacional, a Foz do Arroio Dilúvio, próximo ao Anfiteatro Pôr do Sol, este local é amplamente discutido pelos carnavalescos, no entanto vai sofrer impedimentos técnicos.<sup>197</sup>

Ainda no ano de 2000, explode um escândalo de provável desvio, ou superfaturamento nas despesas relativas à montagem e desmontagem das arquibancadas do carnaval, o vereador Nereu D'Avila requer uma CPI para apurar supostas irregularidades. Este fato rumoroso na capital faz retornar à cena a necessidade de uma Pista de Eventos, pois com estruturas fixas, não haveria este tipo de problema.<sup>198</sup>

Nas eleições para prefeito, todos os candidatos tiveram que posicionar-se em relação ao tema, o candidato Tarso Genro (que ganhará a eleição), reforça que o conceito defendido por ele é o de Pista de Eventos, e não apenas sambódromo.<sup>199</sup>

---

<sup>196</sup> PILLA VARES (*apud* GERMANO, 2008, p. 105).

<sup>197</sup> Zero Hora, 03 de março de 2000, p. 34.

<sup>198</sup> Zero Hora, 28 de julho de 2000, p. 38, 27 de julho de 2000, p. 4.

<sup>199</sup> Zero Hora, 05 de agosto de 2000, p. 5 Caderno de eleições.

ZERO HORA ELEIÇÕES 2000

## AS PROPOSTAS DOS CANDIDATOS

**O que os candidatos a prefeito pensam sobre construir ou não uma pista de eventos culturais em Porto Alegre, o chamado sambódromo:**

**Tarso Genro (PT)** - "No meu governo, a exemplo do atual, de Raul Pont, a vontade política sobre esse tema vai continuar. Vamos buscar a opinião predominante da sociedade para achar o melhor lugar para a pista de eventos culturais e, depois disso, a palavra final será da Câmara Municipal. Sou iniciador da polémica, já que ela nasceu no meu governo. Mas acho que não se trata de um sambódromo, como dizem, mas de uma pista de eventos culturais que também se destinará ao Carnaval. Acho que a polémica é mais sobre os efeitos deste equipamento nas regiões e muito menos sobre querer ou não a sua instalação".

**Alceu Collares (PDT)** - "Minha ideia é resgatar o projeto apresentado no meu governo e rediscuti-lo com a sociedade e entidades carnavalescas. Quando eu era prefeito discutimos a questão com o Macalé, que era da Associação das Escolas de Samba, e num seminário foi aprovada a ideia de construir o sambódromo. Lançamos a pedra fundamental na Avenida Augusto de Carvalho. O local teria, além da pista de eventos, um Ciep especial para alunos com deficiência. Nosso projeto dava até o nome para o sambódromo, que seria Hamilton Chaves. Ai o PT assumiu a prefeitura e não fez mais nada só porque o projeto era do PDT".

**Yeda Crusius (PSDB)** - "A construção de um sambódromo é hoje uma demanda de Porto Alegre. É uma demanda moderna. Nós assumimos o compromisso de construir o local, não no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho e nem na zona sul da cidade, como é cogitado. O sambódromo deve ser na Zona Norte, num local de fácil acesso por ruas e avenidas. Os recursos seriam gerados a partir de parcerias, mas a responsabilidade é da prefeitura".

**Cézar Busatto (PMDB)** - "Meu compromisso é construir o sambódromo no primeiro ano de governo. Isso vai proporcionar

**da pista de eventos próximo a essa via. Recursos devem partir de financiamentos internacionais".**

**Valter Nagelstein (PPS)** - "Ha muito tempo defendo o fim da prática do 'montar e desmontar' arquibancadas para os desfiles de Carnaval. O sambódromo deve ser imediatamente construído na mesma área onde os desfiles são realizados hoje".

**Nelson Vasconcelos (PV)** - "Minha proposta é não só de construir o sambódromo, como também que haja dois Carnavais por ano. Um no verão e outro no inverno. Somos a sexta cidade mais visitada do país e por isso precisamos investir em questões como essa, ligadas ao turismo. Os recursos devem ser da prefeitura".

**Luiz Carlos Olinto Martins (Prona)** - "Planejamos construir a pista de eventos e com isso contribuir para reavivar o Centro. O local seria o calçadão do porto, entre o muro da Avenida Mauá e os armazéns. Mas não seria um sambódromo como o do Rio".

**Carlos Lacerda (PRTB)** - "É o nosso pensamento construir o sambódromo, mas o local precisa ser discutido antes com a sociedade e com os carnavalescos. Os recursos devem partir da prefeitura, mas o governo do Estado também pode ajudar por meio de uma parceria. Somos os únicos a ter um candidato a vice-prefeito que é carnavalesco, o Adail Antunes Ribeiro, por isso o Carnaval está entre nossas prioridades".

**Julio Flores (PSTU)** - "Somos favoráveis a obra desde que seja apoiada num plano de obras públicas e submetido às entidades carnavalescas, aos conselhos populares e ao Orçamento Participativo".

**Luiz Guilherme Giordano (PCO)** - "Rejeitamos qualquer tentativa de impor questões no debate. O sambódromo é um tema menor, uma discussão paroquial".



JOSÉ DONAL, BANCO DE DADOS - 7/2/00

**Desfiles terão local assegurado por 10 dos 11 candidatos**

economia para o município, já que todo ano são alugados canos de ferro e tapumes para montar a pista de desfiles, a um custo aproximado de R\$ 2 milhões. Em 12 anos foram R\$ 24 milhões, enquanto que com R\$ 6 milhões daria para construir um sambódromo de primelíssima qualidade. Não haverá Carnaval à altura de Porto Alegre se não for construído o sambódromo. Se a desculpa é de que o problema é a escolha do local, então que se faça na mesma avenida onde os desfiles são realizados hoje".

**Germano Bonow (PFL)** - "Sou favorável à criação da pista de eventos, mas não a colocarla nem no bairro Menino Deus e nem nas imediações do Centro. Minha proposta é construí-la nas imediações do bairro Restinga com avenidas que facilitem o acesso à Região Metropolitana, já que o Carnaval de Porto Alegre cada vez mais tem a participação de pessoas desta região. A solução seria a construção da Quarta Perimetral e

## Projeto está em fase adiantada

O projeto para a construção da pista de eventos culturais de Porto Alegre está na fase de ajustes finais na Secretaria Municipal do Planejamento. A pista para os desfiles de Carnaval terá cerca de 60 metros de comprimento por 20 metros de largura. A localização, principal alvo da polémica, será em frente ao Arroio Dilúvio, tendo de um lado a Avenida Edvaldo Pereira Paiva, e de outro, o Rio Guaíba. Não há previsão de custo da obra. O projeto precisa de licenciamento ambiental e de autorização do Legislativo.

O secretário do Planejamento, Newton Burmeister, informou que faltam apenas os projetos complementares de infra-estrutura (iluminação, som e bares). Disse que a obra vai aproveitar as condições do terreno. As arquibancadas, por exemplo, ficarão na parte onde há desnível para aproveitar o que já existe.

— O projeto será muito mais uma definição de paisagem do que uma construção.

O secretário municipal da Cultura, Charles Kiefer, lembra que desde a administração Tarso Genro o município tenta construir a pista de eventos. O primeiro local escolhido ficava nas imediações do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, mas a prefeitura foi derrotada por duas ações judiciais impetradas pelo Ministério Público e pela Associação de Moradores do Bairro Menino Deus.

Hoje a ideia é transferir os desfiles carnavalescos para a área ao lado do Anfiteatro Pôr-do-Sol, entre a avenida e o rio, exatamente em frente à Avenida Ipiranga. Outra proposta de local — no Cristal, atrás do hipódromo — começa a ser cogitada pela prefeitura.

Figura 18 - Eleições 2000

Fonte: ZH 05.08.2000, p. 5.

No ano 2001, o local no jornal ZH das discussões sobre a Pista de Eventos/Sambódromo muda. Uma discussão que deveria envolver todos, localizada na seção "Geral" (mas que deveria estar localizada na seção cultural) é deslocada para a seção "Pelo Rio Grande/Região Metropolitana", seção esta que está localizada entre os "Anúncios Fúnebres" e a seção "Policial". E, neste lugar o assunto fica, até a sua resolução, em 2002.<sup>200</sup>

Nas seções de "Opinião", "Leitor", "Coluna de Paulo Santana" entre os meses de janeiro e fevereiro referente a Pista de Eventos, são publicadas 9 artigos. Sendo que em nenhum período a discussão sobre a Pista de Eventos esteve inserida na seção de cultura do jornal.

Estas breves observações já poderiam suscitar várias reflexões, que poderiam indiciar o veículo de comunicação como parcial. Não mereceria o tema uma discussão na seção

<sup>200</sup> ZH 15.05.2001 p. 38; ZH 02.08.2001 p.52; ZH 03.01.2002 p. 37; ZH 09.01.2002 p.46; ZH 18.01.2002 p. 46; ZH 24.01.2002 p. 54; ZH 06.02.2002 p. 46; ZH 18.02.2002 p 33; 25.02.2002 p. 33; 28.02.2002 p. 62; ZH 06.03.2002 p. 38; 07.03.2002 p. 52 e 26.03.2002, p. 46.

“Geral”, ou melhor, na seção “Cultura”? As entidades culturais que iriam se beneficiar destes equipamentos não produzem cultura o ano inteiro? As escolas de samba, assim como os Centro de Tradições Gaúchas possuem atividades que extrapolam o calendário oficial. Do carnaval ou das comemorações alusivas ao “20 de setembro.”

A única vez que o assunto tem destaque, como matéria de capa, é quando o CMDUA - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental - decide a localização definitiva. Mas a manchete de capa diz: “Prefeitura define sambódromo no Porto Seco”.<sup>201</sup>

Ora, quem define é a CMPA - Câmara Municipal de Porto Alegre, em última instância. E, o CMDUA indica para o Prefeito remeter a Câmara Municipal. A composição do CMDUA, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental é tripartite (1/3 membros da PMPA, 1/3 sociedade civil “técnica” e 1/3 representantes comunitários das regiões de planejamento), logo, não foi a Prefeitura quem definiu, e sim o Conselho, em reunião no dia 05.03.2002. Este é um claro exemplo da necessidade do uso da metodologia para utilizar o jornal como fonte histórica: o que noticiou, como e por quê?

As propostas foram discutidas no CMDUA, instância deliberativa que é composta por membros representantes das comunidades, da prefeitura e de entidades relacionadas ao tema de planejamento urbano<sup>202</sup>, durante mais de dois anos.

As discussões foram inúmeras, infelizmente, no sistema de atas, não existem notas taquigráficas destas reuniões, a partir de 2010 já têm este serviço. Mas o debate foi público, tomando maiores proporções no início de 2002, quando, às vésperas do carnaval, acirram-se as discussões. As alternativas por fim ficam em três possibilidades: Restinga, Humaitá e Porto Seco. A região Humaitá acaba dividindo-se entre os que querem e os que são contra. Em função da falta de acordo, foi retirada das possibilidades de votação.

Aqui o interessante é ter atenção para o caso do credenciamento da Restinga para receber a Pista de Eventos. Um bairro distante do centro, mas com uma comunidade carnavalesca atuante e um movimento comunitário combativo, deram voz a algumas questões: a recusa de outros lugares está baseada em argumentos preconceituosos; mais uma vez, o que a sociedade não quer, a Restinga acolhe; o samba tem o poder de integrar, EMR aqui é o “coração da cultura popular” diziam os cartazes.

Além disto, seria uma chance de empregar a população pobre e ainda desenvolver o parque industrial, oferecer oficinas culturais, dinamizar a região, a estrutura já estaria pronta -

---

<sup>201</sup> ZH 06.03.2002, CAPA.

<sup>202</sup> Ver composição atual do CMDUA.

junto ao Parque Industrial, um projeto de Universidade do Carnaval foi elaborado para ser sediada no local, a fim de aproveitar o público carnavalesco e profissionalizá-lo.<sup>203</sup>

46 | PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 18/01/2002 | PELO RIO GRANDE/REGIÃO METROPOLITANA

**CARNAVAL Restinga e Porto Seco querem sediar pista de eventos da Capital**

## Bairros disputam sambódromo

Rejeitado sucessivamente em vários bairros da Capital, o sambódromo agora é disputado pelas comunidades da Restinga e do Porto Seco, das zonas Sul e Norte de Porto Alegre.

A briga pela polêmica pista de eventos ainda inclui o bairro Humaitá, preferido pela prefeitura e pelas entidades carnavalescas, mas a região demonstra forte oposição popular ao projeto.

O temor de arruaças e principalmente a aversão ao volume de cavacaquinhos e tamborins motivaram abaixo-assinados entre os moradores de Humaitá, a exemplo do que ocorrerá no Merino Deus, onde uma insurreição desfez o projeto inicial da prefeitura. Uma definição será apresentada até o início de fevereiro, quando se reúne o conselho formado por técnicos e líderes comunitários que encerrará a questão.

Há uma semana, a reunião que definiria a construção no Humaitá terminou em bate-boca. Na ocasião, foram sugeridas vistorias nas áreas junto ao Parque Industrial da Restinga e ao Porto Seco, que agora tentam mostrar porque são o lugar ideal para receber a obra.

— Seria uma chance de empregar a população pobre e ainda desenvolver o parque industrial, que tem dificuldades de se firmar — afirma o conselheiro da região da Restinga, Carlos Roberto Comassetto.

Na opinião de Comassetto, seria uma oportunidade de levar projetos envolvendo dança, teatro e esporte à comunidade carente da região. Para os representantes da Restinga, a área do Porto Seco já seria beneficiada por um terminal rodoviário. Este seria o momento de atender a comunidade da Zona Sul, que às 19h de ontem inaugurou até um comitê pró-sambódromo. Camisetas e botons serão distribuídos.

— Em participação popular, eles

**AS OPÇÕES**

Onde poderia ser instalada a pista de eventos da Capital:

**Porto Seco**  
Das que contam com apoio local, é a área mais próxima do Centro. O terreno público fora de uma área tipicamente residencial e a infra-estrutura instalada contam pontos, pois tornariam mais barata a construção da pista.

**Restinga**  
Leva vantagem na mobilização popular. A área sugerida pela comunidade, junto ao Parque Industrial da Restinga, é pública e também conta com infra-estrutura (água, eletricidade etc). É rejeitada pelas outras comunidades carnavalescas pela distância.

**Humaitá**  
É o terreno preferido pelas entidades carnavalescas e pela prefeitura, principalmente pela proximidade do Centro. Em contrapartida, enfrenta forte resistência da comunidade. A falta de infra-estrutura, a topografia e o terreno alagadiço são empecilhos que encareceram a obra em relação às concorrentes.

**OS CRITÉRIOS DE ESCOLHA**

- ◆ Compatibilidade com o plano diretor e os projetos da prefeitura
- ◆ Acessibilidade de transporte
- ◆ Espaço para barracos
- ◆ Impactos sonoros, econômicos, na circulação, em elementos naturais e na segurança
- ◆ Topografia e infra-estrutura
- ◆ Disponibilidade do terreno
- ◆ Desejo da população e dos carnavalescos

leavam vantagem, mas este é apenas um dos vários critérios que serão aplicados às três áreas — explica o secretário municipal de Planejamento, Carlos Eduardo Vieira.

O representante do Porto Seco nas reuniões que definiram o endereço do sambódromo, João Vieira, acredita que a boa malha rodoviária não é impeditivo, mas uma vantagem

sobre a Restinga. Além disso, haveria apoio de empresários e menor número de residências com possíveis incomodados pelo barulho.

— É muito mais fácil usar uma estrutura pronta de acesso do que precisar abrir alguma rua. Além disso, aqui o sambódromo não ficaria tão longe — rebate Vieira.

Distante da disputa, mas diretamente interessado no resultado, o presidente da Associação das Entidades Carnavalescas, Jorge Sodré, ainda aposta na área de Humaitá como a mais apta para receber os desfiles.

— Queremos um local em que a obra apareça e haja boas condições de acesso. As outras áreas são muito distantes — alega.

Enquanto a pista de eventos não sai, a prefeitura transforma a Avenida Augusto de Carvalho em passarela há 13 anos. Colocar iluminação, arquibancadas e som na via custou R\$ 913 mil este ano.

Figura 19 - Bairros disputam sambódromo

Fonte: CID/ZH 18.02.2002.

Foram meses de intenso debate público, com a determinação de que o CMDUA definiria em março daquele ano, as mobilizações aceleraram-se na Restinga, é criado um Comitê Pró-Pista de Eventos na Restinga, com a participação de 64 entidades, entregue um abaixo assinado para o prefeito com mais de 10.000 assinaturas. Com camisetas, botons, a comunidade organizada, faz um verdadeiro carnaval em frente a Prefeitura, conforme notícia a Zero Hora em 24.01.2002:

Restinga luta por sambódromo: os moradores da Restinga estão empenhados em fazer do bairro a sede da Pista de Eventos da capital, a ser construída em 2003 [...]. Ontem, durante a tarde, grupos culturais participaram de um tamborço no Largo Glênio Peres no Centro de Porto Alegre [...]. Se o bairro Humaitá não quer, nós queremos, dizia uma moradora [...]. O Comitê pretende visitar todas as escolas de samba.

<sup>203</sup> ZH, 18.01.2002, p. 46.



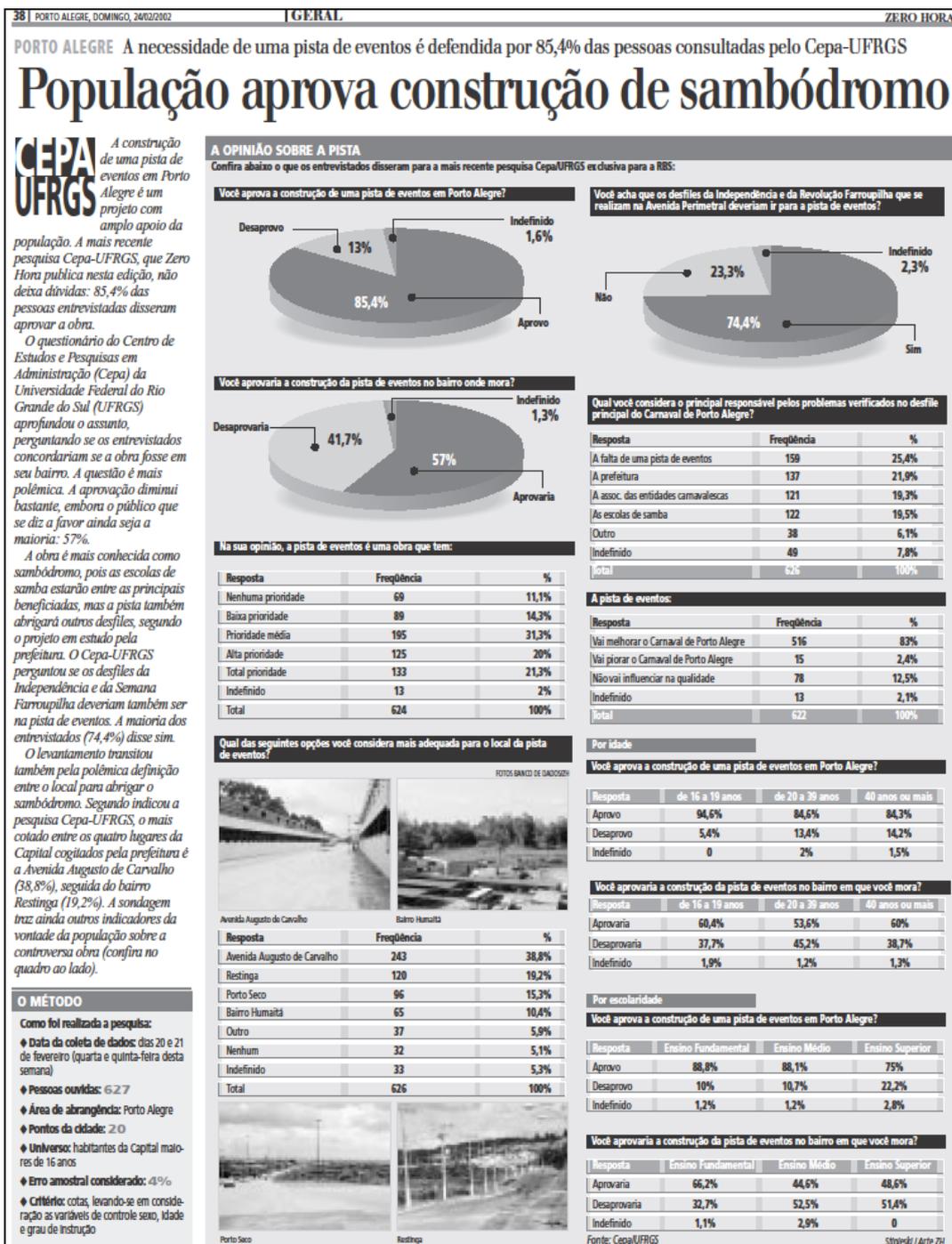


Figura 21 - População aprova sambódromo

Fonte: CID/ZH, 24.02.2002.

O que interessa aqui valorizar com estes relatos é a forma pela qual o carnaval foi internalizado pela comunidade, como principal característica sua, a ponto de propor a construção da Pista de Eventos no bairro. Num movimento ousado, de reterritorialização da festa, de simbolicamente “volta às origens”, ao contrário do que possa parecer, não se tratava de “guetizar” o carnaval, e sim de dar visibilidade a comunidade e ao seu carnaval. A

periferia seria o centro das atenções. Talvez uma tentativa de retribuição à Estado Maior da Restinga de parte do que ela realizou em prol da notoriedade do bairro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Tinga, teu povo te ama”  
(grito de guerra da Estado Maior da Restinga, autor: o povo).*

A partir da problemática do *déficit* habitacional e das políticas públicas implementadas pelos governos surge o bairro Restinga em meados da década de 60 do século passado.

A origem social e étnica de seus moradores foi fundamental para a criação da entidade carnavalesca Estado Maior da Restinga. A singularidade das experiências de seus componentes aliada a um contexto de reconhecimento da comunidade através da trajetória da entidade carnavalesca contribuiu decisivamente para a visibilidade da comunidade, de uma forma positiva para os seus moradores e para o resto da cidade.

Para construir este entendimento, foi preciso retomar alguns processos que contextualizaram estas transformações, seja no espaço urbano, seja no próprio carnaval.

O estudo dos aspectos da conjuntura social e econômica de Porto Alegre, no período que se abre a partir da década de 1930 é fundamental para a compreensão da sua urbanização e a formação de seu *déficit* habitacional.

Os problemas enfrentados pela população de mais baixa renda em relação a moradia foram se agravando, paralelamente a alta dos aluguéis e a especulação imobiliária já se fazia notar. Neste cenário, o poder público municipal toma partido em prol dos segmentos de maior poder aquisitivo e de capacidade de investimentos, na discussão sobre os impostos prediais, já em 1927: “fica comprovada a orientação do grupo hegemônico no poder, no sentido de estimular a construção civil nos casos em que ela contribua para o ritmo do desenvolvimento capitalista da cidade”.<sup>205</sup>

A questão social no final dos anos 30 em Porto Alegre, pauta-se pelo *déficit* habitacional e o poder público tomou medidas que, ao invés de resolver, agravou em grande parte os problemas pré-existentes. A tradição positivista de seus governantes demarcou as políticas intervencionistas no espaço. Ao eleger áreas prioritárias para os investimentos públicos (com recursos advindos de endividamento externo) planejou-se o retorno financeiro em forma de tributos, que afastou desta maneira as populações mais pobres de seus locais de moradia; sobre taxou os cortiços nas regiões centrais, criando um contingente populacional apartado dos recursos e da estrutura urbana.<sup>206</sup>

---

<sup>205</sup> BAKOS, 1996, p. 162.

<sup>206</sup> *Ibid.*, p. 188.

Souza e Muller definiram o período de 1890 a 1945 como o período de industrialização de Porto Alegre, nele várias intervenções urbanas são operadas:

Em Porto Alegre, sucederam-se neste período quatro administrações que se tornaram importantes: a de Montaury, de 1897 a 1924, de longa duração, as de Otávio Rocha e Alberto Bins, por suas realizações, mas principalmente as de Loureiro da Silva, que graças às possibilidades do Estado Novo e a disponibilidades de recursos através de empréstimos externos, conseguiu pôr mãos a numerosas obras para a remodelação da cidade.<sup>207</sup>

A relação de obras públicas<sup>208</sup> e de instalação de indústrias foi bastante significativa, resumidamente, foi neste período a primeira fase de urbanização da cidade propriamente dita. Onde, as ações governamentais são marcadas pela busca da “modernidade” nos contornos da cidade, a preocupação com a mobilidade e o direcionamento do crescimento da cidade já é perceptível.

O país passa por uma gradual transformação de suas ações produtivas, tendo na industrialização a sua principal meta. Este processo intensificou-se nas décadas de 1940 e 1950 causando uma aceleração do crescimento demográfico no meio urbano, onde o campo sofreu uma verdadeira “diáspora” para as cidades.

Inicia o período de metropolização da cidade, onde a estruturação de longo prazo adquire seus contornos. Planos setoriais, retomada do Plano de Melhoramentos, elaboração do Plano Diretor, foram medidas importantes para que os órgãos públicos pudessem operar as retificações necessárias para a malha urbana. Há que se considerar a visão tecnicista e elitista do Planejamento Urbano da época, pois o mesmo não reconhecia a cidade real, enquanto meio urbano. Os limites da cidade terão suas definições, somente nas próximas décadas. E, a questão habitacional agravou-se com a especulação imobiliária e o aumento da favelização.

Os principais alvos do poder público municipal eram os territórios negros, que, não tinham esta denominação na época, eram as chamadas vilas de malocas. Próximas ao centro da cidade, conhecidas como vilas marginais, ou mesmo becos, cortiços, estes espaços foram os primeiros a serem “saneados”.

A Prefeitura criou vários órgãos para tentar gerenciar estas questões: Comissão da Casa Popular (1946); Serviço de Habitação Popular (1949); Superintendência de Habitação Popular (1951) e o Departamento Municipal da Casa Popular (1952), que se transformará em DEMHAB, em 1965.

---

<sup>207</sup> SOUZA; MÜLLER, 2007, p. 76.

<sup>208</sup> Para ver as principais obras do período. *Ibid.*

Opta-se assim, não pela qualidade dos loteamentos, mas pela quantidade. Desse modo, considerava-se que era possível minimizar o problema habitacional que vinha gerando reclamações das mais variadas camadas sociais.

Como exemplo das vilas inauguradas sem infra-estrutura podemos citar: Vila Santa Anita (1953), Vila Sarandi (1953), Vila Vargas (1955), Vila Santo Agostinho (1956), Vila São Borja (1958) e Vila Santa Rosa (1959). Em 1958, Porto Alegre apresentava mais de trinta e seis vilas de malocas. Entre elas, as maiores eram Dona Teodora e Santa Luzia, (sendo que estas duas integraram os primeiros núcleos da Restinga).<sup>209</sup>

Neste contexto de ditadura militar, a partir de 1964, o governo municipal opera então suas estratégias de intervenção urbana, o que significa a remoção pura e simples dos pobres da cidade para as áreas periféricas.

No segundo capítulo procurei abordar a reterritorialização de uma parcela significativa da população negra com as remoções para a Restinga. Embora o perfil sócio-econômico dos moradores da Nova Restinga seja diferente do perfil sócio-econômico dos moradores da Restinga Velha, ambos setores uniram-se para formar a Estado Maior da Restinga, comprovando a necessidade de sociabilização deste novo território e a identificação com o samba.

A partir de 1966, o destino de grande parte dos núcleos irregulares que habitavam as zonas de valorização imobiliária será a remoção para a Restinga. Esta área havia sido adquirida com verbas municipais que demorou mais de dez anos para atender minimamente a necessidades de infraestrutura do núcleo Restinga Velha.

È somente no final do ano de 1969, que o DEMHAB confirmará junto ao BNH o empréstimo que dará início as obras da Nova Restinga. Este incremento populacional e os reassentamentos das Vilas Ilhota, Santa Luzia e Dona Theodora vão re-aglutinar pessoas que possuíam formas de sociabilidade comuns, através do carnaval.

A entidade, criada em plena ditadura militar, por um considerável período foi o único canal de comunicação com o poder público, posto que, outras formas de organização foram reprimidas. Além da escola de samba, somente a Igreja e os Clubes de Mães eram reconhecidos pelo poder público como interlocutores da comunidade.

Neste último capítulo aparecem os relatos dos membros da escola de samba, que fundamentaram através de suas memórias o argumento central deste trabalho: a visibilidade que o bairro adquire a partir da escola de samba. E, mais do que isso, a centralidade de sua proposta, de ser um espaço de encontro, de sociabilidade e de promoção social. Em cada relato, a lembrança saudosa, “daquele carnaval” refere a episódios, a encontros a vivências que a cultura carnavalesca proporcionou.

---

<sup>209</sup> D'AVILA, 2000, p. 44.

Os desfiles carnavalescos expressam identidades e sentimentos de pertença construídos no funcionamento cotidiano da escola de samba. Enquanto tais, os desfiles configuram momentos privilegiados para seus participantes descobrirem como se vêem e como são vistos na sociedade: como se classificam e como são classificados, tendo por suposto, a confluência de olhares, por dentro e sobre(por fora) a festa do carnaval.<sup>210</sup>

O sentido geral dos relatos, salvo suas especificidades, informam a Estado Maior como referência espacial de lazer, cultura, encontro e cidadania. Foi através da vivência carnavalesca que constituíram relações de sociabilidade numa região que dispunha de poucos recursos. Com a Prefeitura a relação, muitas vezes pendular, de cooperação e de tensionamento com as autoridades, foi se qualificando, e abrindo brechas, ocupando espaços, na comunidade, no poder público e na tradicional polarização do carnaval de Porto Alegre.<sup>211</sup>

Neste sentido, a cobertura jornalística, restrita ao período carnavalesco, teve um papel muito importante. Pois, ao enaltecer a Escola de Samba nos seus campeonatos, a comunidade da Restinga reconhecia-se, e era reconhecida de uma forma positiva.<sup>212</sup>

O reconhecimento inicial da entidade, foi através das suas vitórias e classificações nos carnavais de Porto Alegre, desde sua fundação.

Quando da discussão em 2002 sobre o local da Pista de Eventos em Porto Alegre, que acabou sendo definida para a área do Porto Seco, o que mais tentei chamar a atenção foi para a iniciativa da comunidade em “tomar para si” a causa do carnaval. Pode-se discutir se o local era ou não o mais adequado, mas o que vale ressaltar é a formação de uma “tradição” carnavalesca em uma região, que até algumas décadas atrás era praticamente desabitada.

O fato da Restinga enquanto bairro, não a escola de samba isoladamente, mobilizar-se, no centro da cidade, aparecer para a cidade, reunir-se com autoridades, entidades, reivindicando este equipamento cultural é simbólico. Demonstrou um protagonismo, que nenhuma região da cidade teve, pois nenhuma região queria receber este equipamento (o Comitê Pró Porto Seco, foi formado depois). A articulação rápida e eficiente que se deu em torno desta demanda, serviu de embrião para a formação de outros Comitês. Como o Pró-Escola Técnica (que já foi inaugurada) e o Comitê Pró-Hospital (que está em obras). Há que se registrar que o movimento comunitário e pessoas ligadas a partidos políticos também estiveram presentes nestas lutas, nestas conquistas, mas também é válido informar que muitos de seus membros participam e desfilam na Estado Maior da Restinga! Ou seja, uma

<sup>210</sup> PAIS, José Machado; BLASS, Laila Maria da Silva. **Tribos urbanas, produção artística e identidades**. São Paulo: Anna Blume/CAPES, 2004.

<sup>211</sup> Antes dos campeonatos da Estado Maior da Restinga, a polarização das disputas do carnaval de Porto Alegre era entre Bambas da Orgia e Imperadores do Samba.

<sup>212</sup> BITTENCOURT Jr., 1992, p. 62-4.

identificação com o carnaval que perpassa várias camadas da comunidade. As sessenta e quatro entidades que subscreveram a lista de apoio eram, inclusive compostas por CTGs, grupos de RAP, e até mesmo Igrejas da região.

O núcleo inicial da Restinga, foi formado por pessoas oficialmente desenraizadas, despejadas de seus locais de moradia. Em sua maioria, eram negras, possuidoras de vivências comunitárias, com sua maneira de brincar o carnaval da Ilhota, da Santana<sup>213</sup> com formas de sociabilidade peculiares das camadas excluídas da cidade. Ao serem removidas, deixaram para trás as velhas tábuas de suas malocas e outros pertences que não couberam nos caminhões. Mas trouxeram o samba, o carnaval, tal qual os africanos que vieram para o Brasil, sem nada nas mãos, mas com toda a bagagem cultural em seus corações e mentes.

Com a Estado Maior da Restinga, re-editaram o seu carnaval, transformando suas experiências, muitas vezes de coadjuvantes, em realizações. Compuseram um novo território negro, vivenciando o samba, sua corporeidade e musicalidade singular. Praticaram, administraram, elaboraram, criaram, ganharam e perderam carnavais, mas a principal vitória não se deu na avenida, e sim na conquista, que é diária, do estabelecimento e manutenção de vínculos com os seus, tendo na escola de samba uma referência enquanto território negro. Enquanto espaço cultural.

A Sra. Maria Clara (que veio reassentada do bairro Santana) traduz um sentimento coletivo de todos os entrevistados, quando se refere ao seu processo de pertencimento a escola e a comunidade:

*Tanto é que “sou Tinga e daí?” , isto é uma palavra que foi feita e até foi um bate-boca muito sério há muitos anos atrás, entre o presidente César Ribeiro e uma outra pessoa que hoje eu não me lembro qual é. Nessa conversa o César Ribeiro, defendendo a Restinga, e aí o cara lá disse “Ah, negão restingueiro, isso, aquilo” sabe, botando a Restinga lá embaixo! E aí o César disse: “Sou Tinga e daí?” e depois [...] (Maria Clara).*

Tavama: Pegou né [...]:

<sup>213</sup> Na década de 70 do século passado, o Bairro Santana foi alvo de importantes e profundas alterações urbanísticas: “Aqui era quase uma vilinha, no que hoje é a Silva Só [...] ali muita gente foi pra Restinga (Delma Gonçalves) “A Restinga toda foi formada através do bairro Santana, das casinhas aqui que gente tinha na Ipiranga [...] foram levadas [...] alguns botaram a casinha no caminhão e foram pra lá, pra Restinga Velha, depois pra Restinga Nova [...]. Ali, 30% da Acadêmicos se mudou pra Restinga [...] e lá é uma comunidade nova e surgiu com força, tanto é que hoje são duas, a União da Tinga e a Estado Maior (DORNELLES (apud GUTERRES, 2004, p. 21).

*Pegou, pegou e é o nosso lema. Sou Tinga e daí? Então a Restinga se transformou. Nós restingueiros nos transformamos assim. Porque, como eu já te disse lá no início, a Restinga é o segundo paraíso do Universo, então ela tem uma identidade. Nós somos um povo discriminado. Não sei se tu sabes (Maria Clara).*

Tavama: Claro!

*Mas eu acho que é em função desta discriminação, deste sofrimento, que nós nos tornamos fortes. Dá mais força, então em relação ao carnaval mais força ainda, **porque nos temos uma escola** que em uma hora nós mostramos pra toda uma cidade o que o restingueiro é, e que nós somos capazes de fazer. Mesmo como povo sofrido, povo discriminado, nós conseguimos! (Maria Clara). (Grifos meus).*

Concluo que, apesar do objetivo último de toda a agremiação carnavalesca ser o campeonato, talvez o maior patrimônio constituído pelos carnavalescos da Estado Maior da Restinga seja o fortalecimento da auto-estima da comunidade, que conseguiu estabelecer uma identidade com aspectos positivos, com uma diferença de parâmetro organizacional, diverso dos movimentos sociais tradicionais, mas tão legítimo e eficiente quanto.

A experiência da Estado Maior da Restinga estabeleceu uma nova relação de visibilidade social para a comunidade da Restinga. Sendo a identidade um processo relacional, interativo, onde o “como os outros me vêem” é fundamental na auto-imagem de qualquer pessoa ou grupo, a notoriedade alcançada pela escola de samba contribuiu neste sentido. Sua ação pública, através do carnaval, criando um “nós”, formando uma identidade coletiva que se destaca não pela precariedade, mas pela beleza, pela arte, pela articulação da comunidade, conjugada com a sua aparição pública nos meios de comunicação que retratam os êxitos da comunidade resultam numa nova visibilidade, não mais pautada pela violência e pobreza.

Não é á toa que na fachada de sua quadra de ensaios<sup>214</sup>, cujos atuais dirigentes insistem em denominar sede (pois implica numa concepção de lugar que ofereça atividades o ano inteiro, não restrita ao carnaval) estão inscritas as seguintes frases: Tinga teu povo te ama! S.R.B. Estado Maior da Restinga, orgulho da comunidade!

Por fim, através do estudo realizado, foi possível compreender o papel da escola de samba Estado Maior da Restinga na formação de laços identitários formados através de narrativas, de história comuns, de um território comum e da participação no carnaval, que compuseram a base sobre a qual as pessoas identificam-se e anunciam, num tom que mistura provocação e orgulho: “Sou Tinga, e daí?”

<sup>214</sup> Imagem foto tirada pela autora, 2010.



Figura 22 - Sede Estado Maior da Restinga - Av. João Antônio da Silveira, Restinga, Porto Alegre/RS.

Fonte: Acervo da Autora.



Figura 23 - Interior do Ginásio da EMR

Fonte: EMR. Disponível em: <<http://www.estadomaiordarestinga.com.br>>.

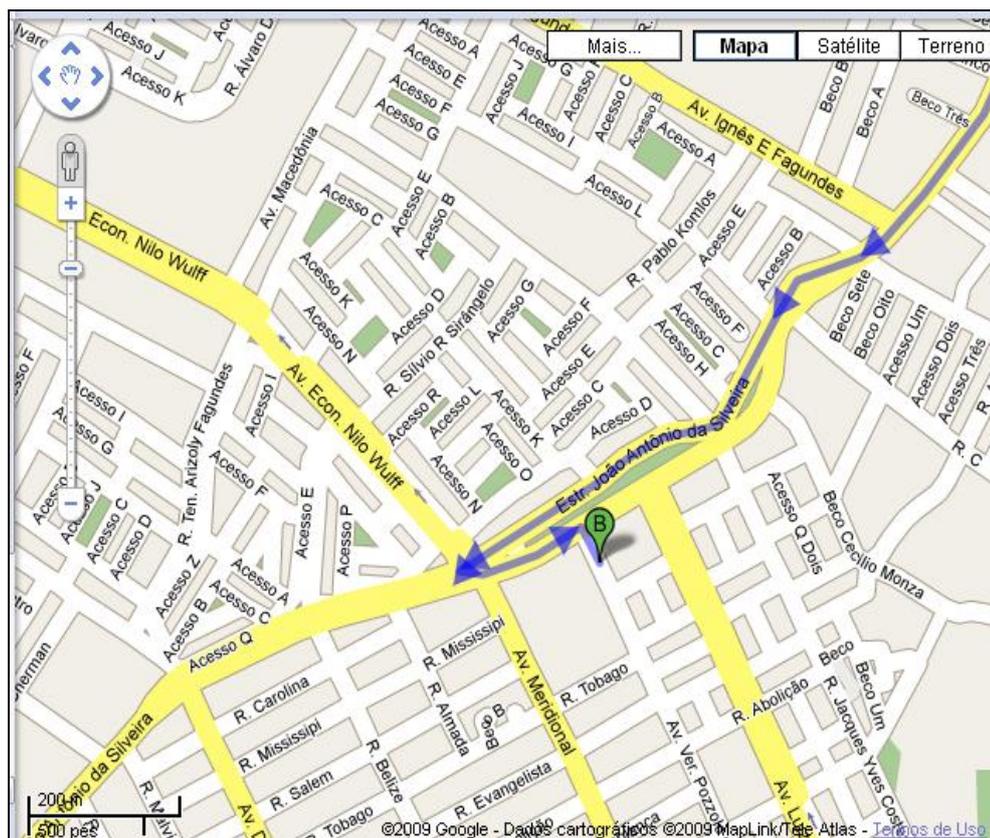


Figura 24 - Planta para acesso

Fonte: Disponível em: <<http://www.estadomaiordarestinga.com.br/googlemaps>>.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In: SANTOS, Renato Emerson dos Santos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O negro na geografia do Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- ANJOS, José Carlos dos. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira.** Porto Alegre: UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ASSUNÇÃO, Kizzy. A urbanização da cidade de Porto Alegre de 1940 a 1977: a memória da vila Ilhota através de seu desaparecimento no meio urbano. In: BARROSO, Vera Maciel; OSMARI, Maria (Orgs). **Do Morro Santana a cidade de Porto Alegre.** Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura: FAPA, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** Tradução de Iara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Universidade de Brasília, 1993.
- BAKOS, Margareth. **Porto Alegre e seus eternos intendentess.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BITENCOURT Jr., Iosvaldyr C. A imprensa no carnaval. In: KRAWCZYK, Flávio; POSSAMAI, Zita; GERMANO, Iris. **Carnavais de Porto Alegre.** Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 64.
- \_\_\_\_\_. Territórios Negros. In: SANTOS, Irene. **Negro em preto branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre.** Porto Alegre: Do Autor, 2005.
- CAMPOS, Deivison. A resignificação de Palmares: uma história de resistência. In: SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luis Carlos (Orgs.). **RS Negro: cartografias sobre a produção de conhecimento.** Porto Alegre: EDIPUCRS e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2008.
- D'AVILA, Naida. **Com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre:** Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, 2000.
- DA MATTA. **Carnavais, malandros e heróis, para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1994.

ESTADO Maior da Restinga. Disponível em: <<http://www.estadomaiordarestinga.com.br>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

FEDOZZI, Luciano Joel. **O poder da aldeia**. Gênese e História do Orçamento Participativo em Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GERMANO, Íris. Carnavais de Porto Alegre, etnicidades e territorialidades negras no sul do Brasil. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio; CARNEIRO, Luis Carlos da Cunha. **RS Negro**. Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GUIMARÃES, Rafael. **A enchente de 41**. Porto Alegre: Libretos, 2009.

GUTERRES, Liliane S. **Sou Imperador até morrer**: um estudo sobre identidade, tempo e sociabilidade em uma escola de samba de Porto Alegre. Porto Alegre: PPG Antropologia Social/UFRGS, 1995. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. **Memória do Carnaval da Santana**. Porto Alegre: Unidade Editorial. 2004.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: SANTOS Milton et al. **Território, territórios, ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KRAWCZYK, Flávio; POSSAMAI, Zita; GERMANO, Iris. **Carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LAZZARI, Alexandre. **Coisas para o povo não fazer**. Campinas/SP: UNICAMP/Cecult, 2001.

LEITE, Ilka Boaventura (Org). **Os negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996

LUCA, Tânia Regina de. A história por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAIA, Sandra. **Histórico das Escolas de Samba de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2000.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história-possibilidades de análise. In: ALVES, Nilda; CIAVATTA, Maria. **A leitura de imagens na pesquisa social**. São Paulo: Cortez, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe B; HOLANDA, Fabíola. **História oral como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTEIRO, Charles. Duas leituras sobre as transformações da cultura urbana de Porto Alegre nos anos 1970: entre memória e ficção. **Revista de Estudos Ibero Americano**, Porto Alegre, PUCRS, n. 2, p. 90, dez. 2004.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas**: história e memória da cidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

NALIN, Nilene Maria. **Os significados da moradia**: um recorte a partir dos processos de reassentamento em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado Pós-Graduação em Serviço Social PUCRS, Porto Alegre, 2007.

NUNES, Marion Kruse. **Restinga memória dos bairros**. Porto Alegre: Unidade Editorial Secretaria Municipal da Cultura, 1997.

OLIVEIRA, Leunice Martins. **Currículo e cultura negra na Restinga**: um estudo de escolas e agências sócio-educativas, rompendo silêncio, criando identidade. Dissertação Mestrado em Educação. PUCRS, Porto Alegre, 1997.

OLIVEN, Ruben G. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1996.

ORGULHO de ser Tinga. **Zero Hora**. Porto Alegre, 2006, p. 4.

PAIS, José Machado; BLASS, Laila Maria da Silva. **Tribos urbanas, produção artística e identidades**. São Paulo: Anna Blume/CAPES, 2004.

PANIZZI, Wrana; ROVATTI, João. **Estudos Urbanos**. Porto Alegre e seu planejamento. Porto Alegre: Editora da Universidade. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; ZANIRATO, Silvia Helena (Orgs) **As dimensões da imagem: interfaces metodológicas**. Maringá: EDUEM, 2005.

PESAVENTO, Sandra J; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais**. Percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

\_\_\_\_\_. **Uma outra cidade o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS. **Malocas**. Porto Alegre, 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval Brasileiro o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

RAGO, Margarete. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RBS/RS. **Revista Ilustrada de Porto Alegre**. Porto Alegre: Edições RBS, 1997, p. 115.

REIS, José Carlos. Tempo, história e compreensão narrativa em Paul Ricouer. **Revista Lócus**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1 jan./jun., 2006.

RIBEIRO, Luis César de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves (Orgs.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é Positivismo?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

ROLNICK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNICK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**. O negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROVATTI, João F. A “fertilidade” da terra em Porto Alegre. In: PANIZZZI, Wrana M; ROVATTI, João F. **Estudos Urbanos, Porto Alegre e seu planejamento**. Porto Alegre: Universidade. UFRGS, 1993.

SALENGUE, Laís Guimarães; MARQUES, Moacyr Moojen. Reavaliação dos Planos Diretores: o caso de Porto Alegre. In: PANIZZZI, Wrana M; ROVATTI, João F. **Estudos Urbanos, Porto Alegre e seu planejamento**. Porto Alegre. Universidade UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

SANTAELLA, Lúcia. Os três paradigmas da imagem. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec/CNPQ, 1998.

SANTOS, Elzelina Dóris dos. **Contando a história do samba**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

SANTOS, Irene (Coord.). **Colonos e quilombolas**. Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: [s.n], 2010.

SANTOS, Milton. et al. **Território, territórios, ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Tavama Nunes. **Planejamento urbano e participação popular**. Monografia para Curso de Especialização em gestão Pública - UERGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Porto Alegre, urbanização e exclusão 1940-1950**. Monografia Curso de Especialização em História do Brasil - FAPA, 2005.

SCHMIDT, Benito. Construindo biografias [...] historiadores e jornalistas, aproximações e afastamentos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

SEBE, José Carlos. **Carnaval, carnavais**. São Paulo: Ática, 1986.

SILVA, Josiane Abrunhosa da. Descobrindo o universo carnavalesco. In: KRAWCZYK, Flávio; POSSAMAI, Zita; GERMANO, Iris. **Carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

\_\_\_\_\_. **Bambas da Orgia**: um estudo sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, seus carnavalescos e os territórios negros. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - UFRGS, 1993.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Editora Nacional e USP, 1968.

SOMMER, Michelle Farias. **Territorialidade Negra Urbana**: a morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo a herança histórica comum. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SOSTER, Ana. **A cidade se reconfigura com as transformações nos bairros**. Dissertação de Mestrado em Geografia. PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, Anita Silva de. **Projeto Renascença**: um caso de gentrificação em Porto Alegre durante a década de 1970. Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional. UFRGS. Porto Alegre, 2008.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRAMONTE, Cristiana. **O samba conquista passagem**: as estratégias e a ação educativa das escolas de samba. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

VILASBOAS, Ilma Silva; BITENCOURT Jr., Iosvaldyr C; SOUZA, Vinícius Vieira. **Museu de percurso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora Porto Alegre, 2010.

ZAMBONI, Vanessa. **Construção social do espaço**. Identidades e territórios em processo de remoção: o caso da Restinga. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

## **ANEXOS**

## ANEXO A - Estatuto da Escola de Samba Estado Maior da Restinga



**ESTATUTO SOCIAL**

**SOCIEDADE RECREATIVA E BENEFICENTE ESTADO MAIOR DA RESTINGA**  
CNPJ/MF 89.325.344/0001-84

Fundada em 20.03.1977

**1573095**  


**CAPÍTULO I**  
Da denominação, sede, objeto e duração.

**ARTIGO 1º**  
A **SOCIEDADE RECREATIVA E BENEFICENTE ESTADO MAIOR DA RESTINGA**, doravante designada simplesmente "RESTINGA", fundada em vinte de março do ano de um mil novecentos e setenta e sete (20.03.1977), é uma pessoa jurídica de direito privado, de finalidade social, sem fins econômicos e lucrativos, apartidária, regida pela legislação vigente e por este Estatuto, e constituída por prazo indeterminado, com sede na Estrada João Antônio da Silveira, nr. 2355, bairro Restinga Nova, CEP 91.790-000, Porto Alegre/RS.

**Parágrafo Primeiro:**  
O objetivo da Restinga é promover o desenvolvimento, pesquisa, preservação e memória do carnaval, através de atividades, projetos e ações sociais, culturais e educativas junto a comunidade na qual está inserida; fortalecendo os laços familiares e grupais.

**Parágrafo Segundo:**  
A Restinga tem como símbolo o "cisne", e as cores da sua bandeira são: vermelho, verde e branco.

**ARTIGO 2º**  
A Restinga tem por objeto, sem qualquer distinção quanto a sexo, raça, cor, credo ou religião:

- a) desenvolver atividades carnavalescas, culturais, artísticas, educacionais e assistenciais, visando o desenvolvimento geral da comunidade;
- b) oportunizar a difusão de idéias, pesquisa, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, com ênfase para as festas momescas; mas sem exclusão de outras;
- c) oferecer mecanismos para a formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- d) prestar, inclusive, serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de assistência social, sempre que for necessário.
- e) prestar, diretamente ou através de terceiros, dentro ou fora da comunidade, assistência a crianças e adolescentes pertencentes ou em comunidades sociais humildes e/ou

1



marginalizadas, visando seu bem estar físico, psicológico e emocional, bem como a criação e fortalecimento de redes locais de cooperação e desenvolvimento, através da articulação com instituições públicas e/ou privadas, lideranças e serviços existentes nos locais de atuação (escolas, postos de saúde, lideranças comunitárias, etc.), com ênfase na cultura carnavalesca, mas sem prejuízo do esporte, saúde, cultura, ecologia e educação, podendo, oportunamente, estender esta assistência a outras áreas de apoio à infância e adolescência no país;

f) auxiliar, mediante doações diretas ou campanhas específicas que se coadunem com o objetivo da Restinga, visando ampliar e fortalecer assistência, ensino e pesquisa em benefício da criança e do adolescente.

g) incentivar a fundação de associações congêneres no país, ou seja, aquelas cujos objetivos sociais sejam do mesmo gênero da Restinga;

h) pôr em prática outras atividades conexas necessárias, a juízo da Diretoria; e

i) orientar e supervisionar a criação e funcionamento de projetos sociais para instituições indicadas pela Diretoria.

#### **ARTIGO 3º**

A Restinga priorizará a comunidade na qual está inserida para a aplicação de suas rendas ou receitas provenientes de quaisquer fontes, destinando-as exclusivamente aos seus objetivos estatutários e à conservação do seu próprio patrimônio.

A entidade não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, para os seus membros diretores.

Serão remunerados os empregados contratados para permitir a consecução de seus objetivos, obedecendo-se para tanto as disposições legais aplicáveis.

#### **ARTIGO 4º**

O prazo de duração da entidade é indeterminado.

### **CAPÍTULO II**

Dos associados, sua admissão, direitos e deveres.

#### **ARTIGO 5º**

Poderão ser admitidos como associados pessoas físicas ou jurídicas, em número ilimitado, que se disponham a observar o presente Estatuto e a cumprir todas as obrigações que nele lhes são atribuídas.

#### **ARTIGO 6º**

Os associados são classificados nas seguintes categorias:

- a) Contribuintes;
- b) Beneméritos;
- c) Honorários;

**1573095**

